

EDITORA



UnB

A violência na Área Metropolitana de Brasília

Arthur Trindade M. Costa (org.)



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Izabela Costa Brochado
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lídia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Verônica Moreira Amado



A violência na Área Metropolitana de Brasília

Arthur Trindade M. Costa (org.)



Coordenação de produção editorial
Preparação e revisão
Diagramação

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Talita Guimarães Sales Ribeiro
Wladimir de Andrade Oliveira

© 2018 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Esta obra foi publicada com recursos provenientes do Edital DPI/DPG nº 2/2017.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

V795 A violência na Área Metropolitana de Brasília / Arthur Trindade M. Costa, organizador. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2019.
142 p.

Ebook.
ISBN 978-85-230-1179-6.

1. Violência – Brasília – Brasil. 2. Homicídios – Brasília – Brasil. 3. RIDE. 4. Brasília – Entorno. I. Costa, Arthur Trindade M., (org.).

CDU 323.285(817.4)

Sumário

Introdução	7
Arthur Trindade M. Costa	
Capítulo 1. A Área Metropolitana de Brasília	23
Analia Soria Batista	
Capítulo 2. Descrição dos homicídios na Área Metropolitana de Brasília ..	47
Arthur Trindade M. Costa e Marcelle Figueira	
Capítulo 3. O fluxo de justiça criminal dos homicídios na AMB	57
Cristina Zackseski, Welliton Caixeta Maciel e Arthur Trindade M. Costa	
Capítulo 4. Os profissionais do sistema de justiça criminal.....	79
Bruno Amaral Machado e Maria Stela Grossi Porto	
Capítulo 5. Os jovens em seu bairro	99
Yacine Guellati	
Referências.....	135



Introdução

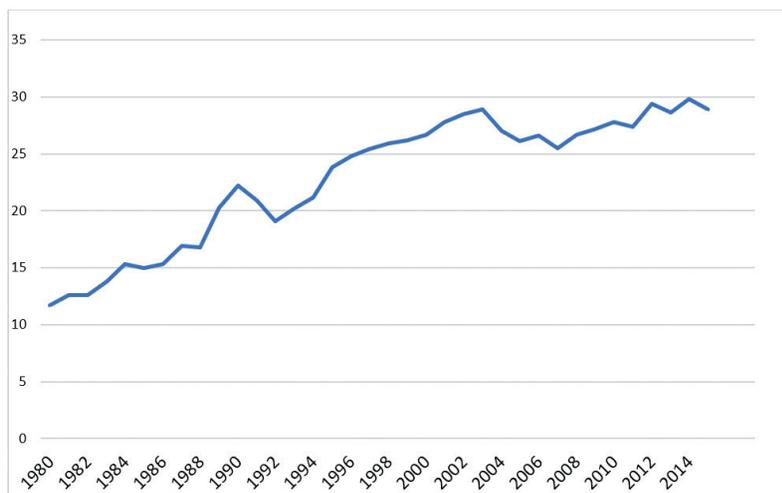
Arthur Trindade M. Costa

No Brasil a violência tem feito parte da história e do cotidiano dos cidadãos, especialmente dos grupos social e politicamente desprivilegiados, tais como as mulheres, crianças, jovens, idosos, grupos étnicos, trabalhadores rurais e homossexuais. A violência, no entanto, ganhou grande visibilidade nas últimas décadas, devido ao enorme crescimento da mortalidade por homicídio e da criminalidade nas áreas urbanas.

Certamente, a consequência mais visível da violência é o acentuado crescimento da mortalidade violenta, especialmente nas grandes regiões metropolitanas do país. Esse crescimento pode ser verificado no aumento da taxa de mortalidade por homicídio, que saltou de 11,7 homicídios por 100 mil habitantes em 1980 para 28,9 em 2014, representando um aumento de 147%.

Os homicídios se tornaram umas das principais causas de mortalidade da população brasileira. Na mortalidade geral, as mortes por causas externas (homicídios, suicídios e acidentes) constituem atualmente o terceiro grupo de causas em importância, depois das doenças cardiovasculares e as neoplasias. Entre as causas externas, em 1980, os homicídios representavam apenas 17,2% do total de óbitos, atrás dos acidentes de trânsito, que representavam 32,0%. Em 2015, essas proporções foram de 38,3% e 25,0% para homicídios e acidentes de trânsito respectivamente. Em números absolutos, o Sistema de Informações do Ministério da Saúde contabilizou 59.080 homicídios em 2015 contra 13.910 em 1980. Entre 1980 e 2015, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes aumentou 147%, saltando de 11,7 para 28,9 (Gráfico 6.1). Considerando que muitos dos homicídios não são classificados como tal no Sistema de Informações do Ministério da Saúde, o número real é ainda superior.

Gráfico 1: Taxa de homicídios no Brasil (1980 – 2014)



Fonte: Atlas da violência 2017. IPEA/FBSP.

Essas mortes não se distribuem de forma igual na sociedade. O problema concentra-se fundamentalmente nas principais áreas urbanas do país. Na década de 1990, o crescimento da taxa de homicídios foi mais acentuado nas 14 maiores regiões metropolitanas do país, incluindo o Distrito Federal e Entorno. Em 2000, essas regiões metropolitanas concentravam 35,6% da população brasileira e respondiam por 59,3% do número total de homicídios. A partir daí, observou-se um aumento expressivo das taxas de homicídios nas cidades médias do país (acima de 200.000 habitantes).

Essa dinâmica sugere a “interiorização” da violência. De acordo com o *Mapa da violência*, a taxa de homicídios das capitais brasileiras caiu de 45,7 a cada 100 mil habitantes em 1997, para 36,6 em 2007. As dez maiores regiões metropolitanas também apresentaram quedas nas taxas de mortes violentas no mesmo período. Nessas regiões, as taxas caíram de 48,4 para 36,6. Já no interior dos estados brasileiros, verificou-se uma dinâmica oposta. A taxa de homicídios nas cidades do interior aumentou de 13,5, em 1997, para 18,5, em 2007.

O quadro também apresenta importantes diferenças entre as regiões do país. Em 1997, a região Sudeste (57%) respondia por mais da metade dos homicídios

ocorridos no País, seguida da região Nordeste (22%), Sul (9%), Centro-Oeste (7%) e Norte (5%). A partir daí observou-se uma mudança na distribuição regional das mortes violentas. A região norte apresentou crescimento de 98% do número de homicídios, com destaque para o estado do Pará (195,4%), que registrou o maior aumento. Na região Nordeste o crescimento foi de 77% com destaque para os estados do Maranhão (241%), Alagoas (186%) e Sergipe (176%). A região Sul também apresentou crescimento acentuado de 63%, com destaque para o estado do Paraná (96%). A região Centro-Oeste também registrou aumento no número de homicídios com destaque para o estado de Goiás (105%). Apenas a região Sudeste apresentou 22% de queda no número de homicídios, com destaque para o estado de São Paulo (-55%).

De forma geral, os bairros com atendimento deficiente de serviços públicos, com precária infraestrutura urbana, baixa oferta de empregos, serviços e lazer são flagrantemente os mais afetados pela violência letal. No que se refere à distribuição etária da mortalidade por homicídios, os dados revelam que é a população jovem masculina a mais atingida por essa violência. A faixa jovem, de 15 a 24 anos de idade, concentra o maior número de mortes violentas. Apesar de representarem apenas 18,6% da população brasileira em 2007, os jovens concentravam 36,6% dos homicídios do ano.

Este relatório apresenta um diagnóstico dos homicídios nos municípios da Área Metropolitana de Brasília (Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso) e o funcionamento das instituições que compõem o sistema de justiça criminal no processamento desse tipo de crime.

Tendências da violência e criminalidade

Três grandes tendências podem ser observadas no contexto de violência e criminalidade: a) o aumento dos crimes contra o patrimônio, particularmente os roubos, furtos e extorsão mediante sequestro, b) a emergência de novas dinâmicas

relacionadas à criminalidade organizada, em especial o tráfico internacional de drogas e c) o aumento dos conflitos intersubjetivos violentos.

Embora possam guardar algum tipo de relação, o aumento dos crimes contra o patrimônio, o surgimento de novas tendências da criminalidade organizada e aumento dos conflitos intersubjetivos devem ser analisados de forma separada, pois apresentam objetos próprios, dinâmicas diferentes e consequências específicas.

Embora o número de furtos e roubos a residências tenha aumentado, o comércio continua sendo o principal alvo dos crimes contra o patrimônio. Se, por um lado, as motivações desse tipo específico de criminalidade ainda são objeto de debate, suas consequências já são bastante conhecidas. Sabemos que os crimes contra o patrimônio não se distribuem de forma homogênea pelo espaço urbano. Ao contrário, existe uma concentração espacial desse tipo de crime, influenciada pelas condições socioeconômicas e demográficas das áreas urbanas.

Os grupos sociais mais afetados por esse tipo de criminalidade têm adotado diversas estratégias para lidar com o problema. Por um lado, aumentaram as demandas sobre as instituições policiais, cobrando a contratação de mais efetivos policiais, a aquisição de equipamentos mais modernos e a adoção de programas especiais de policiamento das áreas comerciais e residenciais. De outro, temos verificado o crescimento e a sofisticação de sistemas de vigilância privada.

Acompanhando a tendência mundial, a sociedade brasileira tem se deparado com o crescimento do número de firmas de vigilância privada. Devido às características do aparato legal e burocrático brasileiro, boa parte dessas firmas é irregular e está submetida a uma fiscalização precária. Com relação às áreas residenciais, observamos, nos últimos 20 anos, o surgimento de novos padrões de moradia: condomínios verticais e horizontais, cuja característica comum é a centralidade da preocupação com a segurança dos seus moradores. Esses condomínios são verdadeiros “enclaves fortificados”.

Entretanto, as áreas comerciais dos bairros de classe alta e média não são as únicas afetadas por esse tipo de criminalidade. Os estudos mostram que outras regiões menos nobres também concentram grande número de crimes contra o patrimônio. As principais

vítimas são pequenos comerciantes, tais como donos de bares, açougues, padarias etc. Nesses casos, as vítimas dificilmente contam com a atenção das unidades policiais e tampouco podem dispor de um sofisticado e caro aparato de segurança privada.

Nessas áreas, são frequentes os relatos sobre a atuação de grupos de extermínio e justiceiros. O vigilantismo, como é conhecido esse fenômeno, tem sido empregado para conter o crime e controlar determinados grupos sociais, como prostitutas, homossexuais e grupos indígenas. Os grupos de justiceiros atuam à margem da lei, frequentemente são integrados por policiais e contam, via de regra, com apoio financeiro de comerciantes e empresários.

Com relação ao crime organizado, chama atenção nas últimas décadas o surgimento de novas dinâmicas relacionadas ao tráfico de drogas ilícitas. Embora seja um importante setor da economia global, o tráfico de drogas opera a partir de organizações criminosas fundadas em bases locais e étnicas, nas quais os aspectos culturais desempenham papel fundamental.

Outro aspecto relevante do tráfico de drogas é a sua flexibilidade e versatilidade. Seu *modus operandi* é a formação de redes em níveis locais, nacionais e internacionais. No caso do Brasil, nos últimos anos pudemos perceber a melhoria da capacidade de coordenação e articulação das ações de diferentes facções criminosas (novas ou pré-existentes). Isso se deve, em parte, às características do sistema penitenciário brasileiro. Há inúmeros relatos sobre como o convívio nas prisões entre membros de grupos criminosos deu origem às redes de crime organizado.

Mais recentemente, temos assistido a ações realizadas por esses grupos criminosos contra estabelecimentos policiais e outros órgãos da administração pública. Isso tem chamado a atenção das autoridades políticas, das lideranças policiais, dos militares, bem como tem contribuído bastante para o aumento do sentimento de insegurança da população em geral. Em função disso, cresce a pressão para que as forças de repressão intensifiquem suas atividades. Também aumenta a pressão para que se estabeleçam penas mais duras contra esse tipo de crime.

Entretanto, os efeitos do crime organizado não desafiam apenas a autoridade dos agentes estatais. Sua mais grave consequência é sentida pelas pessoas que residem nas áreas onde os grupos criminosos se instalam. A expansão do comércio ilegal de drogas encontrou condições favoráveis nas periferias e favelas dos grandes centros urbanos brasileiros. No Rio de Janeiro, as características das favelas – alta mobilidade interna, fácil controle das vias de acesso e ausência do Estado – proporcionaram condições favoráveis para que o varejo do comércio de drogas fosse deslocado para o seu interior.

No plano comunitário, a presença do varejo de drogas, cuja principal expressão é a “boca de fumo”, veio a deteriorar ainda mais o já frágil tecido social. Em alguns lugares, as quadrilhas organizadas transformaram-se no poder central das favelas. Moradores incômodos foram expulsos ou mortos, e as associações de moradores foram esvaziadas e perderam substancialmente a participação no debate político. De modo geral, a presença dessas quadrilhas alterou profundamente toda a rede de sociabilidades locais, das famílias aos blocos de samba (ARIAS, 2007).

No plano individual, as quadrilhas de narcotraficantes exercem uma grande influência sobre a juventude pobre das favelas. O pertencimento a um grupo criminoso e a posse de uma arma operam como mecanismos de reconhecimento num cenário de exclusão e invisibilidade social. Nesse contexto, a violência deixa de ser simplesmente uma estratégia de ação e passa a ser o próprio instrumento de expressão social. Esse tipo de violência expressiva põe em cena, não uma juventude miserável, mas uma juventude pobre que aspira reconhecimento social.

Algumas pesquisas têm destacado a relação entre a mortalidade violenta e a criminalidade organizada, em especial o tráfico de drogas. A probabilidade de morte violenta tende a aumentar quando se verifica algum tipo de envolvimento com essas atividades. Entretanto, parte significativa dos homicídios registrados no Brasil pode ser computada às violências intersubjetivas, não necessariamente relacionadas ao tráfico de drogas ou aos crimes contra o patrimônio.

Esse tipo de violência historicamente faz parte do cotidiano de boa parte da sociedade brasileira. Trata-se de conflitos entre pessoas conhecidas, cujo resultado

muitas vezes é a morte de uma das partes. Essas situações compreendem conflitos entre cônjuges, parentes, amigos, vizinhos e colegas de trabalho. Resultam geralmente de conflitos cotidianos, cujos atores sociais são incapazes de administrar de forma a não produzirem mortes.

A noção de conflito intersubjetivo aponta, portanto, para o contexto relacional do qual emerge a discórdia. O conflito intersubjetivo inclui aqueles que ocorrem em espaços de relativa intimidade, como os domésticos e conjugais e, para além deles, os que acontecem na vizinhança, nos espaços de lazer (especialmente nos bares), de trabalho e de negócios.

Os desafios para a segurança pública no Brasil

Até a década de 1990, questões relativas à segurança pública eram tratadas essencialmente como responsabilidade dos governadores de estados. Em função do crescimento da violência urbana das últimas décadas, essa percepção vem mudando. Em março de 2002, uma pesquisa nacional realizada pelo Instituto Datafolha verificou que a segurança pública era a segunda principal preocupação do eleitorado brasileiro (21%), atrás apenas do desemprego. A mesma pesquisa apontou que, para o eleitorado, os governos municipais (27%), estaduais (30%) e federais (32%) eram igualmente responsáveis pela segurança dos cidadãos. Cobrava-se maiores investimentos em segurança pública, reformas nas estruturas das polícias e implantação de políticas públicas mais eficientes.

De certa forma, essas cobranças surtiram efeito. Entre 2003 e 2009, verificou-se um crescimento de 110% no total de despesas com segurança pública no Brasil. Os gastos na área aumentaram em todos estados. Mas foi nos gastos federais que se verificou o aumento mais expressivo (204%).

Apesar dos esforços, esse aumento não implicou diminuição nas taxas de criminalidade e de violência. Como mostramos na primeira seção deste relatório, na década de 2000, as taxas de homicídios estabilizaram-se no patamar de 26

homicídios por 100 mil habitantes. Esse quadro aponta para uma baixa efetividade dos gastos em segurança pública, que pode ser atribuída aos seguintes fatores: a) tipo de gasto; b) falta de foco das ações de prevenção de violências; e c) baixa capacidade de coordenação do Sistema de Justiça Criminal e Segurança Pública.

Quanto à qualidade dos gastos em segurança pública, observou-se que, no geral, os investimentos cresceram menos que os gastos de pessoal e custeio. Isso se deveu ao aumento dos efetivos e à melhoria dos salários dos profissionais de segurança pública. Parte significativa dos investimentos na área tem origem no governo federal, por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI).

De fato, a criação dessas duas fontes de fomento significou um considerável aumento nos gastos federais com segurança pública. Os gastos federais na área saltaram de pouco mais de 1,5 bilhões de reais, em 1992, para cerca de 7,29 bilhões em 2009, o que significou um aumento de 386%.

Entretanto, observou-se que 86% do total de recursos repassados pela união aos estados e municípios destinaram-se à compra de equipamentos, viaturas, armamentos, material de comunicações, bem como à construção de prédios. Somente 3% dos recursos foram utilizados no treinamento e formação dos policiais. Finalmente, apenas 7% foram aplicados na implantação de projetos inovadores, tais como policiamento comunitário, centros integrados de segurança e cidadania, ouvidorias de polícia e sistemas de informações criminais.

No que se refere às ações de prevenção de violências, continua sendo uma grande incógnita os fatores que explicam o espantoso crescimento da mortalidade por homicídios nas últimas décadas. Análises mais agregadas que procuram relacionar indicadores socioeconômicos com níveis de mortalidade por homicídio não têm sido capazes de explicar o fenômeno. As pesquisas não evidenciaram relação entre as tendências dos níveis de escolaridade, de desemprego ou de desigualdade social e econômica nas últimas décadas com os níveis crescentes de violência.

As estatísticas sobre homicídios refletem apenas algumas das consequências de uma variedade enorme de conflitos sociais. Portanto, a leitura dos indicadores não pode dar lugar à redução simplificadoras do fenômeno da violência a uma única espécie de comportamento social. Por ser polissêmico e multifacetado, o conceito de violência abrange uma série de comportamentos sociais cujas explicações repousam em diferentes causas.

Em função disso, gestores de segurança, policiais e pesquisadores passaram a concentrar suas análises no levantamento de grupos, situações e áreas de risco. Busca-se, com isso, dar foco às políticas de prevenção à violência. Entretanto, ainda são poucas as políticas que concentram seus recursos em determinados grupos sociais (i.e. jovens, mulheres, indígenas), em determinadas situações (i.e., brigas de bares, conflitos interpessoais, conflitos fundiários etc.). Também são pouco frequentes as políticas que concentram seus recursos numa área pequena e delimitada.

O Sistema de Justiça Criminal e Segurança Pública brasileiro é pouco articulado. Isso se torna mais grave quando constatamos que as principais políticas públicas na área de segurança e justiça criminal são decorrentes de uma complexa e contínua interação entre diversos atores, tanto dentro quanto fora do governo. Autonomia e interdependência são as características essenciais das políticas públicas nessa área. Os atores políticos, dentro e fora do governo, estabelecem entre si relações autônomas e não-hierárquicas. Entretanto, esses atores são interdependentes, ou seja, o resultado da ação de cada um depende da participação dos outros. Numa estrutura social dessa natureza, o desafio é estabelecer práticas e espaços sociais de coordenação, de forma a obter coerência na ação dos atores que compõem a política.

Entretanto, são raros os espaços de interação e articulação de ações dentro do Sistema de Justiça Criminal Brasileiro. De forma geral, as interações entre delegados, promotores e juízes são pouco frequentes e marcadas pelo formalismo. Em parte, essa desarticulação assenta-se no não reconhecimento da discricionariedade que, de fato, gozam os operadores do sistema, especialmente os policiais. Dessa forma, as escolhas que delegados, promotores e juízes fazem cotidianamente são orientadas por critérios diferentes e, às vezes, conflitantes. Pior ainda, priorizam-se crimes e situações distintas.

Embora sejam raras as iniciativas para articular as ações no interior do Sistema de Justiça Criminal, a análise das delegacias e promotorias especializadas nos permite pensar que sim, é possível uma política criminal. Para isso, entretanto, é necessário melhorar a comunicação entre os atores do sistema, bem como reconhecer que todos fazem escolhas que são inerentes ao exercício das suas profissões.

Em tese, caberia às Secretarias Estaduais de Segurança Pública (e Defesa Social) coordenar as ações das diversas agências que compõem o sistema. Entretanto, verifica-se que, de forma geral, as secretarias estaduais contam com poucos profissionais capacitados em temas estratégicos para sua atuação, como políticas públicas, administração financeira e orçamentária, estatística e análise criminal. No plano das relações intergovernamentais, de forma geral, a capacidade de articulação dessas secretarias com outros estados e municípios é baixa. Da mesma forma que é fraca sua articulação com universidades e organizações não governamentais com atuação na área de prevenção de violências.

Apesar desses problemas, a década de 2000 registrou casos de políticas públicas bem-sucedidas. No campo da prevenção de violências, por exemplo, as cidades de Diadema (SP) e Canoas (RS) registraram reduções nas taxas de homicídios em função de políticas públicas focadas em áreas, grupos e situações de risco. Nos dois casos, foram realizados diagnósticos para eleger o foco dessas políticas.

Alguns programas comunitários foram experimentados com sucesso, como o Fica Vivo em Minas Gerais e o Afro-Reggae no Rio de Janeiro. Os dois casos revelam a importância da sociedade civil na prevenção da violência. Aqui merece destaque o surgimento, no âmbito das universidades, de núcleos e centros de pesquisas sobre violência e segurança. Vale também ressaltar a atuação de organizações não governamentais como o Viva Rio (RJ) e o Sou da Paz (SP) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

No âmbito das polícias, vale destacar o fortalecimento de algumas corregedorias, a criação de procedimentos operacionais padrão e a adoção de programas de policiamento comunitário. Algumas polícias investiram na formação, capacitando seus profissionais em análise criminal e gestão de segurança pública. O Ministério da Justiça criou a Rede

Nacional de Especialização em Segurança Pública (RENAESP) para dar acesso a uma formação especializada e qualificada aos profissionais de segurança pública.

No campo da integração das ações, também sugeriram iniciativas bem-sucedidas. Em São Paulo, as polícias realizaram reformas gerenciais que melhoraram a articulação das ações de segurança pública. Em Minas Gerais, foi criada a Secretaria de Estado de Defesa Social para coordenar as ações das Polícias Militar e Civil. Em Pernambuco, a adoção do Pacto pela Vida possibilitou uma melhor coordenação das instituições policiais. No Rio de Janeiro, as Unidades de Polícia Pacificadora significaram uma nova estratégia de policiamento em áreas de risco.

A Área Metropolitana de Brasília

A Região Integrada de Desenvolvimento Econômico – RIDE engloba o Distrito Federal e mais 22 municípios limítrofes, sendo 19 localizados no estado de Goiás e três em Minas Gerais. Entretanto, a região apresenta características socioeconômicas muito distintas. Os contrastes não se concentram nas diferenças em o Distrito Federal e os demais municípios, eles ocorrem também entre os 22 municípios da RIDE.

Estudo realizado pela Secretaria de Planejamento do Distrito Federal em 2003 apontou profundas diferenças entres os municípios da RIDE no que diz respeito à dependência socioeconômica do Distrito Federal. Notadamente a maior dependência refere-se à utilização dos serviços públicos de saúde. A pesquisa apontou que 68% dos moradores do Entorno já haviam procurado atendimento hospitalar no Distrito Federal (SEPLAN, 2003).

A dependência também pode ser percebida no que diz respeito ao mercado de trabalho. Em 2003, cerca de 36% dos moradores do Entorno que possuíam alguma atividade remunerada trabalhavam no Distrito Federal (SEPLAN, 2003). No entanto, há grandes diferenças na região. Nos municípios de Águas Lindas, Luziânia, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Cidade Ocidental e Santo Antônio do Descoberto, cerca de 53,7% dos empregos eram exercidos no Distrito Federal.

Nos demais municípios a dependência do mercado de trabalho caía para menos de 20%, sendo que em Cristalina (GO) e Unai (MG), esse percentual era inferior a 2%.

Em função dessas diferenças, iremos concentrar nossa análise nos oito municípios goianos mais dependentes do Distrito Federal: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso. Esses municípios compõem a Área Metropolitana de Brasília (AMB).

Em 2010 a população dos municípios goianos somava 862.806 habitantes, cerca de 26% da Área Metropolitana de Brasília. Entretanto, o PIB desses municípios indica uma baixa atividade econômica, com exceção do município de Luziânia, oitavo PIB do estado de Goiás (FERREIRA; VASCONCELOS; PENNA, 2008).

A população desses municípios não é composta apenas por pessoas de outros estados que migraram em busca das oportunidades oferecidas pelo Distrito Federal. Em 2003, pouco mais de 30% dos moradores desses municípios haviam residido anteriormente no Distrito Federal e se mudado em busca de moradia mais barata. A proporção de migrantes com menos de dez anos de residência nos municípios era superior a 40%, chegando a 84% em Águas Lindas de Goiás em 2000 (VASCONCELOS *et al.*, 2006).

Assim, com a finalidade de servir de moradia para a população carente, esses municípios foram dotados com precária infraestrutura, sem o desenvolvimento do leque de atividades econômicas diversificadas que pudessem promover a elevação da renda e a geração de empregos qualificados (VASCONCELOS *et al.*, 2006). Ou seja, boa parte dos moradores dessa região ainda não possui laços comunitários, situação agravada pela quase ausência de trabalho no local, o que os obriga a longos deslocamentos diários. São em boa medida estranhos, que ainda não se conhecem e, dadas as condições econômicas, têm dificuldades de se organizarem socialmente.

No que diz respeito a escolaridade, segundo o Censo 2000, menos de 58% da população desses municípios não havia concluído o Ensino Fundamental. Em Águas Lindas de Goiás, Planaltina de Goiás e Santo Antônio do Descoberto, menos de 90% da população não havia concluído ao menos o Ensino fundamental.

No que se refere aos índices de violência e criminalidade, três municípios da Área Metropolitana de Brasília estão entre os 200 mais violentos do país: Valparaíso, Luziânia e Águas Lindas de Goiás. É importante notar que esses três municípios concentram 54% da população da AMB e respondem por 62,8% das mortes violentas.

A AMB também chama atenção pelo crescimento acentuado do número de homicídios. Entre 2000 e 2010, os municípios da AMB apresentaram aumento de 59,3% nas taxas de homicídios, com destaque para Valparaíso (168%) e Águas Lindas de Goiás (137%).

Tabela 1: Homicídios na Área Metropolitana de Brasília – 2010

Município	População	Homicídios	Taxa
Águas Lindas de Goiás	159.378	101	63,4
Cidade Ocidental	55.915	29	51,9
Formosa	100.085	38	38,0
Luziânia	174.531	145	83,1
Novo Gama	95.018	76	80,0
Planaltina de Goiás	81.649	33	40,4
Santo Antônio do Descoberto	63.248	30	47,4
Valparaíso	132.982	114	85,7
Total	862.806	566	65,6

Fonte: SSPGO

Diferentemente do Distrito Federal, os efetivos e equipamentos de segurança pública nos municípios da Área Metropolitana Brasília são insuficientes, precários e não atendem às demandas da população. A maioria dos municípios possui apenas uma Delegacia de Policial Civil ou CIOPS – Centro Integrado de Operações em Segurança. Nem todas as cidades possuem uma unidade operacional do Corpo de Bombeiros ou da Polícia Militar. Luziânia é o único município a possuir um Núcleo Regional da Polícia Técnico-Científica, que também é responsável pelo atendimento

dos municípios de Águas Lindas, Cidade Ocidental, Novo Gama, Mimoso de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso (UNODC, 2011).

Visando atenuar a insuficiência de efetivos e equipamentos, o governo federal decidiu instalar no município de Luziânia a sede da Força Nacional de Segurança Pública. Desde abril de 2011, a Força Nacional tem realizado ações visando à redução de homicídios e a redução dos crimes relacionados ao tráfico de drogas e ao porte ilegal de armas de fogo. Entretanto, a atuação da FNSP no policiamento dos municípios do Entorno tem caráter provisório.

O objetivo deste livro é apresentar um diagnóstico sobre os homicídios nos municípios da Área Metropolitana de Brasília (AMB) e do funcionamento das instituições que compõem o sistema de justiça criminal no processamento desse tipo de crime.

A pesquisa

Para alcançar o objetivo proposto, a pesquisa foi desenvolvida em quatro etapas que envolvem a aplicação de diferentes técnicas de pesquisa. Na primeira etapa da pesquisa, concentraremos os trabalhos no levantamento e análise dos homicídios que ocorreram nos municípios da Área Metropolitana de Brasília. Para isto, utilizaremos as informações disponíveis no sistema de informações do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), do Ministério Público de Goiás (MPGO) e da própria Polícia Civil.

Na segunda etapa, levantaremos informações sobre a tramitação dos processos judiciais transitados em julgado e arquivados nos cartórios do TJGO. Para isto, uma equipe de pesquisadores percorreu os cartórios das circunscrições judiciárias estudadas. Este procedimento nos permitiu levantar informações sobre os procedimentos adotados nos inquéritos policiais, os fatos relatados, as pessoas envolvidas, os tempos de tramitação dos processos, as decisões tomadas no âmbito do Ministério Público e da justiça.

Na terceira etapa da pesquisa de campo, foram realizados grupos focais com os integrantes das categorias profissionais que têm contato direto com o inquérito policial, tanto na etapa investigativa quanto em sua processualização jurídica, a saber:

delegados, peritos, promotores e juízes. A quarta etapa da pesquisa envolve a realização de entrevistas semiestruturadas com gestores municipais para levantamento de informações sobre a estrutura existente de prevenção de violências e suas principais fragilidades. Além dos levantamentos realizados pelas equipes da pesquisa, acrescentamos uma etnografia realizada num bairro da área metropolitana de Brasília.



CAPÍTULO 1

A Área Metropolitana de Brasília

Analia Soria Batista

Este capítulo descreve o quadro metropolitano em que têm lugar os homicídios na Área Metropolitana de Brasília. Sua construção considerou as características do processo de metropolização de Brasília, a gestão da segurança pública e os programas de prevenção da violência nesses municípios, isto é, procurou compreender a ocorrência de homicídios em interface com o processo de metropolização de Brasília, as estratégias de gestão de segurança pública e as características e programas da rede social de segurança pública.

A construção desse quadro situacional foi orientada por três supostos. O primeiro, sobre as características do processo de metropolização, afirmando a relação entre esse processo, a segregação socioespacial e a exclusão social nos municípios estudados, o que não significa considerar a metropolização, com suas externalidades negativas, como possível condição determinante ou facilitadora dos homicídios. A segregação socioespacial e a exclusão social influenciam na criminalidade por meio de mediações específicas, tópicas e contingentes modeladas pelos respectivos contextos e variáveis com eles (SOARES, 2003).

O segundo, sobre o planejamento e a execução das políticas de segurança pública, afirma ser deficitária a promoção de políticas intergovenamentais nesses territórios de complexa dinâmica urbana. Por último, sobre as políticas preventivas de segurança que precisam enfrentar as fontes que geram dinâmicas promotoras de manifestações de violência (SOARES, 2003).

Os três municípios selecionados para aprofundamento do estudo proposto, Águas Lindas de Goiás, Luziânia e Valparaíso de Goiás, apresentam elevadas taxas de homicídios distribuídos de forma heterogênea na área urbana e constituem-se em

territórios vulneráveis socialmente. A pobreza urbana não é o fator-chave que pode explicar as causas das altas taxas, mas é um dos elementos a ser considerado nas análises que procuram compreendê-las nos espaços de alta complexidade urbana, como processo de metropolização e suas externalidades negativas.

A sistematização deste relatório constitui-se de cinco seções. Na primeira, se discute a problemática metropolitana em sua interface com o planejamento e a execução de políticas de segurança pública integradas. Na segunda, caracteriza-se a RIDE-DF do ponto de vista sociodemográfico e dos níveis de integração. A terceira analisa do ponto de vista histórico, socioeconômico e da urbanização os municípios de Luziânia, Valparaíso de Goiás e Águas Lindas de Goiás. A quarta seção é dedicada à análise das políticas (ordem) urbana, de segurança pública e setoriais, programas assistenciais e atividades agregadoras e gerências, na RIDE-DF. A quinta seção apresenta recomendações visando o aprimoramento da gestão da segurança pública na região.

Características sociodemográficas da AMB

A Ride-DF é um recorte institucional criado pela União no ano de 1998 pela Lei Complementar 94, com a finalidade de promover políticas intergovernamentais, como uma resposta aos graves problemas urbanos e econômicos da região que interferem no desenvolvimento regional. Atualmente, a Ride-DF abrange 22 municípios, sendo 19 municípios do estado de Goiás e outros três do estado de Minas Gerais e o Distrito Federal.

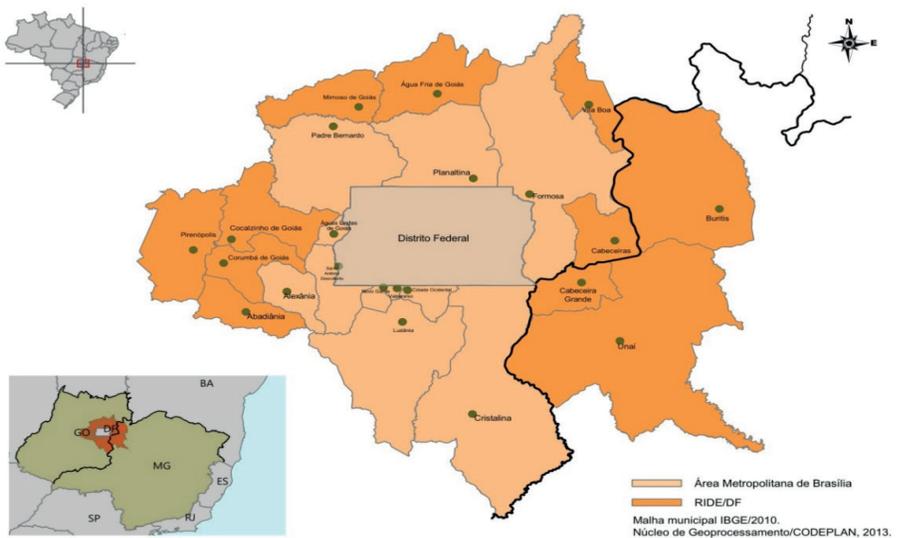
Os municípios que integram a Ride-DF possuem distintos níveis de integração com o Distrito Federal, isto é, nem todos os municípios que integram a Ride-DF exercem uma interação metropolitana com o Distrito Federal. Por esse motivo, inúmeros institutos de pesquisa e órgãos de planejamento têm desenvolvido regionalizações, na tentativa de identificar o conjunto de municípios que exerce interação metropolitana com o Distrito Federal.

Em 2003, a Companhia de Desenvolvimento e Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), divulgou o estudo *Brasília e sua região polarizada*, onde se reconhecem

os distintos níveis de integração dos municípios que integram a Ride-DF. O estudo propôs três níveis hierárquicos de integração com o Distrito Federal, considerando como critérios a interação dos setores do mercado de trabalho, o acesso à educação, o uso de equipamentos públicos e as relações comerciais. Ficaram definidas três regiões:

- Região I – Alta polarização: Águas Lindas, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás;
- Região II – Média polarização: Abadiânia, Alexânia, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa e Planaltina de Goiás;
- Região III – Baixa polarização: Água Fria de Goiás, Buritis, Cabeceira Grande, Cabeceiras, Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Pirenópolis Unai e Vila Boa.

Mapa 1: RIDE/DF e da AMB



Fonte: Sampaio *et al.* (2013)

Além desse estudo, a Codeplan tem realizado diagnósticos sobre os processos demográficos e econômicos na Área Metropolitana de Brasília (AMB). Em linhas gerais, a regionalização da Área Metropolitana de Brasília (AMB) tem sido utilizada pela Codeplan para as pesquisas que revelam a correlação dos municípios goianos

integrados ao DF e evidenciado a promoção de políticas públicas integradas, por exemplo, no setor de saneamento, transporte e segurança pública.

De acordo com o Censo de 2010, na Ride-DF foi registrada uma população de 3.724.181 habitantes, que, estratificada, corresponde a 94% residentes em área urbana – os 6% restantes são residentes, portanto, em área rural. O Distrito Federal é a unidade federativa com maior contingente populacional, correspondendo, pelo volume populacional, a 2.481.272 habitantes, sendo 96,5% residindo em área urbana e 3,5% residindo em área rural.

Tabela 1.1: Brasil, Grande Região, Unidade Federativa, RIDE, Município – 2000 e 2010

Unidade	População total		População urbana		População rural	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Brasil	169.872.856	190.755.799	137.925.238	160.934.649	31.947.618	29.821.150
Centro-Oeste	11.638.658	14.058.094	10.089.868	12.482.567	1.548.790	1.575.527
Minas Gerais	7.905.134	19.597.330	14.658.502	16.714.976	3.246.631	2.882.354
Goiás	5.004.197	6.003.788	4.393.292	5.421.002	610.905	582.786
Distrito Federal	2.051.146	2.570.160	1.961.499	2.481.272	89.647	88.888
RIDE DF e Entorno	2.958.484	3.724.181	2.759.354	3.504.433	199.130	219.748
Buritis	20.396	22.737	13.868	16.100	6.528	6.637
Cabeceira Grande	5.920	6.453	4.579	5.297	1.341	1.156
Unai	70.033	77.565	55.549	62.329	14.484	15.236
Abadiânia	11.452	15.757	7.206	10.778	4.246	4.979
Água Fria de Goiás	4.469	5.090	1.748	2.137	2.721	2.953
Águas Lindas de Goiás	105.746	159.378	105.583	159.138	163	240
Alexânia	20.335	23.814	15.200	19.676	5.135	4.138
Cidade Ocidental	40.377	55.915	34.465	43.654	5.912	12.261
Cocalzinho de Goiás	14.626	17.407	6.000	6.444	8.626	10.963
Corumbá de Goiás	9.679	10.361	5.597	6.416	4.082	3.945
Cristalina	34.116	46.580	27.569	38.421	6.547	8.159
Formosa	78.651	100.085	69.285	92.023	9.366	8.062

Unidade	População total		População urbana		População rural	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Luziânia	141.082	174.531	130.165	162.807	10.917	11.724
Mimoso de Goiás	2.801	2.685	1.186	1.242	1.615	1.443
Novo Gama	74.380	95.018	73.026	93.971	1.354	1.047
Padre Bernardo	21.514	27.671	13.272	10.786	8.242	16.885
Pirenópolis	21.245	23.006	12.475	15.563	8.770	7.443
Planaltina	73.718	81.649	70.127	77.582	3.591	4.067
Sto. Antônio do Descoberto	51.897	63.248	48.398	56.808	3.499	6.440
Valparaíso de Goiás	94.856	132.982	94.856	132.982	0	0
Vila Boa	3.287	4.735	2.702	3.502	585	1.233

Fonte: Ipea (2013).

A partir do quadro se observa que os municípios de Águas Lindas de Goiás, Valparaíso de Goiás, Luziânia e Novo Gama se destacaram em incremento populacional. É importante ressaltar que a maioria dos municípios da Ride-DF foi criada por meio de processos de desmembramentos, sobretudo na década de 1990.

O território do município de Luziânia originou os municípios de Padre Bernardo (1963), Santo Antônio do Descoberto (1982), Cidade Ocidental (1993), Novo Gama (1997), Valparaíso de Goiás (1997) e Vila Boa (1992). Já o município de Formosa deu origem a Cabeceiras (1958), Águas Frias de Goiás (1989) e Planaltina (1991). Os municípios desmembrados do território de Luziânia também sofreram desmembramentos e deram origem a outros municípios: Santo Antônio do Descoberto deu origem a Águas Lindas de Goiás (1997) e Padre Bernardo a Mimoso de Goiás (1999).

Sampaio et. al (2013) apontam que os municípios mais populosos da Ride pertencem ao grupo com maior grau de dependência do núcleo metropolitano que é Brasília, com exceção de Unai, e se apresentam nesta ordem: Luziânia, Águas Lindas de Goiás, Valparaíso de Goiás, Formosa, Novo Gama, Planaltina, Unai, Santo Antônio do Descoberto, Cidade Ocidental, Cristalina, Padre Bernardo e Alexânia.

Os municípios goianos mais integrados ao núcleo metropolitano apresentam elevada taxa de urbanização. No conjunto da Ride-DF, dados do Censo de 2010

revelaram que 94% da população está localizada em área urbana e, de forma isolada, o DF apresentou taxa superior a 96%.

Tabela 1.2: Taxa de urbanização, das unidades territoriais, no período de 2000 e 2010

Unidade	Taxa de Urbanização (%)		Unidade	Taxa de Urbanização (%)	
	2000	2010		2000	2010
Brasil	81,19	84,37	Cidade Ocidental	85,36	78,07
Centro-Oeste	86,69	88,79	Cocalzinho de Goiás	41,02	37,02
Minas Gerais	81,87	85,29	Corumbá de Goiás	57,83	61,92
Goiás	87,79	90,29	Cristalina	80,81	82,48
Distrito Federal	95,63	96,54	Formosa	88,09	91,94
RIDE DF e Entorno	93,27	94,1	Luziânia	92,26	93,28
Buritis	67,99	70,81	Mimoso de Goiás	42,34	46,26
Cabeceira Grande	77,35	82,09	Novo Gama	98,18	98,9
Unai	79,32	80,36	Padre Bernardo	61,69	38,98
Abadiânia	62,92	68,4	Pirenópolis	58,72	67,65

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do ano 2000 e 2010.

Os municípios da Ride-DF que apresentaram taxas de urbanização acima da média nacional foram: Valparaíso de Goiás, com 100% de urbanização, Águas Lindas, com 99,85%, Novo Gama, com 98,18%, Planaltina, com 95,02%, Luziânia, com 93,28%, Formosa, com 91,94%, Santo Antônio do Descoberto, com 89,82, Alexânia, com 82,62%, Cristalina, com 82,48%, e Cabeceira Grande, com 82,09%. Nota-se que a maioria dos municípios identificados com alta taxa de urbanização pertence à categoria mais elevada de integração com o DF.

Território metropolitano e segurança pública

As análises sobre o aprofundamento da pobreza urbana nas áreas metropolitanas mundiais, em especial nos países latino-americanos, se relacionam ao processo chamado

de industrialização tardia. Para Wilson (2012), esse processo, nos países latino-americanos, fomentou a criação de postos de trabalho com baixa qualificação e remuneração e políticas sociais reduzidas, sendo um dos condicionantes do aumento das formas de assentamento precário em áreas periféricas das metrópoles. Além disso, a incapacidade de oferta de trabalho formal, em certa medida potencializada pelos ajustes estruturais econômicos advindos da crise de 1980, configurou um cenário complexo nas áreas metropolitanas.

Na América Latina o processo de metropolização e de expansão do tecido urbano se relaciona com o fenômeno da “*periferização*”. Esse fenômeno se refere aos processos de expansão da franja urbana por moradias de baixa renda, resultando em ocupação urbana nem sempre contínua e, em regra, com deficiências de infraestrutura e baixo grau de coesão ou participação na estruturação das áreas metropolitanas (SPOSITO, 2004). As periferias das metrópoles são marcadas pela precarização de serviços urbanos e pela ineficiência de políticas públicas, configurando um território complexo e repleto de tensões e conflitos de toda ordem.

A relação entre esses territórios de pobreza e as mortes violentas permeia as representações sociais sobre a insegurança pública, sobretudo da população que reside em regiões metropolitanas, onde as taxas de homicídios estão concentradas especialmente nessas periferias urbanas. Assim, pode-se pensar a criminalidade violenta – e particularmente as taxas de homicídios – como processos sociais em interface com a dinâmica urbana, por meio de explicações referentes à abordagem sócio ecológica.

De acordo com Shaw e Mackay (1972) e Silva (2004), a abordagem socio ecológica envolve os processos de socialização de certos grupos, seus aspectos formais e informais, a capacidade das estruturas de governo em garantir ou manter com qualidade a oferta e o acesso das comunidades locais aos serviços públicos, dentre outras premissas. Sob o ponto de vista sociológico, tal abordagem enfatiza a relação entre a espacialização geográfica da criminalidade e a dinâmica socioespacial.

Na ciência geográfica, Santos (2008), ao analisar o processo de urbanização a partir da categoria *espaço*, traz ao debate as contradições da cidade e seu uso em suas distintas formas. A maior parte das cidades brasileiras apresentam, em graus distintos,

problemáticas urbanas como falta de segurança pública, inadequação da habitação, falta de atendimento de saneamento básico, precária oferta do transporte urbano, entre outras. Mas são nos espaços metropolitanos que concentram a maior parte da população brasileira que esses problemas urbanos são potencializados. A escala dos problemas urbanos em territórios metropolitanos agrava a situação de precarização da população, em virtude do preço da terra urbana e da falta de implementação de instrumentos urbanísticos para o cumprimento da função social da terra, o que evidencia o processo de segregação socioespacial e a ocupação desordenada do solo, desprovida de oferta de emprego.

Para Andrade e Marinho (2013), a incongruência entre o processo de metropolização que concentra a riqueza e o desenvolvimento humano nas metrópoles também reproduz a pobreza, as privações, os conflitos e as formas de organização da vida social mais vulneráveis às situações de violência e criminalidade. A criminalidade seria explicada pelas interações socioespaciais e construções políticas, inclusive pela formulação de políticas públicas propostas para o enfrentamento da violência e da criminalidade nos territórios metropolitanos. Vale dizer que há enormes fragilidades na formulação de políticas públicas com foco no atendimento a grupos vulneráveis, como a população jovem.

Assim, as relações construídas na cidade são permeadas de tensões sociais. E muitas vezes a precarização urbana revela a sua face cruel na banalização da vida. Damiani (1993) menciona que estamos passando por um processo de perda da cidade cuja causa não é a pobreza urbana, muitas vezes resumida ao substrato material que marca as nossas periferias metropolitanas. Para o autor,

a perda de cidade reaparece como tema, mas não necessariamente atrelada à pobreza material, à pobreza absoluta, na figura da ausência de serviços e equipamentos urbanos. Aparece, em última instância, como perda de fluidez da vida urbana, como perda da vida urbana propriamente, e de suas possibilidades. (DAMIANI, 1993, p. 14).

O estudo das taxas de homicídios em interface com a questão metropolitana requer a compreensão da reconfiguração dos processos de urbanização recente no país.

Nessa perspectiva, Marinho e Basegio (2013, p. 98) explicam que “as transformações históricas e as diversas formas de territorialização dos conflitos sociais são relevantes na compreensão da violência, considerados a partir do modo como o espaço tem sido apropriado pelos diversos grupos a partir das disputas, tensões e interações sociais”.

O esforço em analisar o fenômeno dos homicídios no Brasil perpassa a questão metropolitana, sobretudo pela forma desigual como ocorrem e como são investigados. Conseqüentemente, seria razoável sugerir que há maior possibilidade de consumação de um homicídio em territórios caracterizados por elevada desigualdade social, escassez de recursos públicos, baixa ou ineficácia da ação de agentes públicos. Ademais, tais territórios são marcados pela disputa por bens materiais, territórios de hegemonia do tráfico de drogas, conflitos intersubjetivos e simbólicos e a resolução de conflitos interpessoais pela força (MORENOFF; SAMPSON; RAUDENBUSH, 2001).

Os estudos no Brasil que procuram investigar as taxas de homicídios em contexto urbano revelam forte relação com os processos de segregação socioespacial e a ausência ou oferta inadequada dos serviços públicos na periferia das metrópoles. Contudo, esses estudos pouco têm avançado na correlação das taxas de homicídios em contextos metropolitanos e a promoção de políticas intergovernamentais. Assim, permanecem fragilizadas a visão estratégica de planejamento e a gestão integrada na área da segurança pública em territórios de complexa dinâmica urbana.

A fragilidade de um planejamento estratégico traz impactos negativos às relações cotidianas e ao potencial produtivo das cidades. Desse modo, a segurança pública gera gastos e adoção de medidas imediatistas de pouca eficácia a médio e longo prazo. Além disso, a segurança torna-se uma mercadoria, logrando lucros ao setor privado, com equipamentos inovadores disponíveis para um seleto grupo da sociedade. Isso sem contar os “enclaves fortificados”, que são os condomínios fechados horizontais e verticais de alto padrão, que fragmentam as possibilidades de socialização e busca do direito à cidade. Entretanto, o ônus da segurança pública é pago por toda a sociedade sob as diversas perspectivas, mediante a alteração do cotidiano, com a restrição do uso e acesso a lugares e a modificação dos horários de lazer, por exemplo.

Segundo dados do Censo de 2010, aproximadamente 43,91% da população brasileira vive em municípios integrantes de regiões metropolitanas. Os dados da Pesquisa do PIB municipal realizada pelo IBGE no período de 2005-2009 revelou que 25% da riqueza produtiva estava concentrada em cinco municípios: “São Paulo (São Paulo), 12,0%; Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), 5,4%; Brasília (Distrito Federal), 4,1%; Curitiba (Paraná), 1,4%; e Belo Horizonte (Minas Gerais), 1,4%” (IBGE, 2010).

Ademais, a pesquisa ressaltou, ao excluir as cidades-capitais, que apenas 12 municípios se destacaram por gerarem individualmente mais do que 0,5% do PIB, contribuindo com 9,3% da renda gerada no País. São eles: Guarulhos (São Paulo), 1,0%; Campinas (São Paulo), 1,0%; Osasco (São Paulo), 1,0%; São Bernardo do Campo (São Paulo), 0,9%; Barueri (São Paulo), 0,8%; Duque de Caxias (Rio de Janeiro), 0,8%; Betim (Minas Gerais), 0,8%; Santos (São Paulo) e São José dos Campos (São Paulo), ambos com 0,7%; Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), 0,6%; e Jundiá (São Paulo) e Canoas (Rio Grande do Sul), ambos com 0,5% (IBGE, 2010, p. 21).

Destarte, a pesquisa evidenciou o poder de polarização das regiões metropolitanas na produção nacional. Também revelou quão concentrado é o PIB em determinados municípios das RMs. Em paralelo ao poder de fluidez econômica, as RMs também concentram os mais elevados índices de precariedade urbana. Nessas regiões, de acordo com o censo de 2010, estão localizados 88,6% dos *aglomerados subnormais*. No Brasil, de acordo com o IBGE, até o ano de 2010, havia 6.329 aglomerados subnormais em 323 dos seus 5.565 municípios.¹

Na Área Metropolitana de Brasília foram identificados aglomerados subnormais nos Municípios de Novo Gama, Valparaíso de Goiás e no Distrito Federal. O DF concentra

¹ *Aglomerado subnormal* é um termo utilizado pelo IBGE para designar um conjunto constituído por no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa; carentes, em sua maioria, de serviços públicos e essenciais. De acordo com o IBGE, “os aglomerados subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino, e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente”.

o maior número de moradores que residem em domicílios em aglomerados subnormais. Em sua maioria, os moradores são mulheres, perfil semelhante ao dos moradores que residem em aglomerados subnormais dos municípios de Novo Gama e Valparaíso de Goiás.

A relação de homicídios em contexto metropolitano se revela complexa. De acordo com o *Mapa da violência* (WAISELFISZ, 2013), o número de homicídios registrados nas regiões metropolitanas aumentou no período de 1980-1996. Desde 1996 os dados revelam redução e estagnação dos homicídios no conjunto das Regiões Metropolitanas, embora existam oscilações e sua distribuição não seja homogênea no espaço urbano.

A queda das taxas de homicídios tem efeitos positivos nas RMs, dada a complexidade da reprodução das relações sociais. Entretanto, Andrade e Marinho (2011) alertam que, embora exista uma queda, ainda assim é grave e complexa a concentração da taxa de homicídios por grupo de 100 mil habitantes em RMs. Para fins de exemplificação, no ano de 2007, 45% dos homicídios estavam concentrados em apenas dez RMs.

No Brasil, a criminalidade homicida mantém um padrão metropolitano e forte *territorialização*, contrariando a tese de “interiorização da violência”, embora a *territorialização* dos homicídios apresente distintos padrões no conjunto das RMs e tem revelado que os municípios com alto grau de integração com a área-polo absorvem os problemas urbanos do município-polo (ANDRADE *et al.*, 2013). Sabe-se que os homicídios não se distribuem uniformemente no território. Por isso, faz-se necessária a verificação dos graus de integração, polarização dos municípios no conjunto da RM entre os municípios e o município-polo da RM.

Diniz e Andrade (2008), correlacionando o nível de integração metropolitana e a taxa de homicídios da RM de Belo Horizonte, compararam a ocorrência de crimes violentos – no caso, os homicídios – com os níveis de integração dos municípios à dinâmica metropolitana. Ou seja, para os autores, quanto mais alto o grau de integração, maior o índice de homicídios, embora sua distribuição não seja homogênea. Por conseguinte, nos municípios com baixo nível de integração com a área-polo, as taxas são menores.

A dimensão metropolitana do fenômeno dos homicídios indica, portanto, um caminho relevante para sua compreensão. Ao colocarmos na agenda da segurança

pública a questão metropolitana, procuramos indicar novas possibilidades de promoção de políticas públicas que atendam à dinâmica territorial e induzam à cooperação entre os entes da Federação.

Diante dessas condições, apontamos para a necessidade de uma governança metropolitana na área de segurança pública nos territórios brasileiros de complexa dinâmica urbana. Uma vez que os problemas urbanos advindos dos homicídios ultrapassam os limites administrativos, evidencia-se a necessidade de planejamento integrado. Na medida em que o tecido urbano em alguns territórios é complexo, o planejamento da segurança pública deixa de ser um serviço urbano ofertado e planejado na escala local e passa a ser compreendido como uma função pública de interesse comum, quando as estratégias locais se mostram ineficazes e descasadas com a dinâmica metropolitana. Logo, pensar políticas de segurança pública para reduzir taxas de homicídios requer articulação intergovernamental e coordenação com políticas sociais.

Migrações e a expansão do Entorno do Distrito Federal

Os fluxos migratórios marcam o processo de adensamento populacional e o consequente surgimento de novos municípios na Área Metropolitana de Brasília. As migrações dinamizam as taxas de crescimento médio anual nos municípios da AMB, que, em sua maioria, figuram entre os maiores do estado de Goiás. Na última década, o crescimento demográfico em Luziânia foi de 2,15%, em Águas Lindas de Goiás foi de 4,2% e Valparaíso teve 3,43% de crescimento, ocupando respectivamente o 5º, 6º e 7º lugares no ranking estadual (SEGPLAN, 2010). Os estudos de Barreira (2009 *apud* CHAVEIRO; SILVA, 2012) apontam que esse movimento de ocupação tem origem a partir das ações do estado em prol do ordenamento do território do Distrito Federal.

Assim, as populações migrantes de baixa renda foram expulsas por um processo de exclusão espacial ligado à falta de programas sociais, em especial de habitação, destinados a essas populações e pelo próprio processo de ordenamento do espaço no Distrito Federal. Esse movimento emigratório partindo do Distrito Federal em

direção ao Entorno Sul é identificado por Caiado (2005, p. 71), especialmente nos municípios de Santo Antônio do Descoberto, Luziânia, Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso de Goiás. Os dados revelam que entre os anos de 1975 e 1980 essa migração foi de 33.866 pessoas, passando para 46.162 entre 1986 e 1991 e atingindo 80.942 em 1995-2000.

Para Caiado (2005), a migração *intrametropolitana* também é responsável pela redefinição da malha urbana no Entorno do Distrito Federal, fato desencadeado com a não absorção dos migrantes vindos das diversas regiões do país, especialmente da região Nordeste, dos estados da Bahia, Piauí, Maranhão e Ceará. Segundo a autora, a região Nordeste contribuiu com cerca de 95,1% da população que migrou para o Entorno entre 1970 e 1980, fluxo que foi reduzido para 41,5% entre 1990 e 2000. Luziânia recebeu o segundo maior fluxo *intrametropolitano*, com 11.828 habitantes entre 1995 e 2000, só atrás de Águas Lindas de Goiás, que recebeu mais de 33.000 habitantes (CAIADO, 2005, p. 73). A tabela a seguir evidencia a importância das migrações *intrametropolitanas* para a configuração dos municípios do Entorno do Distrito Federal.

Tabela 1.3: Perfil dos migrantes – AMB – 2005

Municípios	BA (%)	MG (%)	RJ (%)	SP (%)	DF (%)
Águas Lindas	4,2	2,1	0,3	1,4	75,9
Cidade Ocidental	5,7	3,4	1,5	2,7	62,7
Luziânia	5,8	6,7	0,5	1,8	56,8
Novo Gama	4,8	3,7	0,6	1,6	60,1
Planaltina	8,3	5,2	0,3	1,7	56,2
Santo Antonio do Descoberto	5,4	3,9	0,6	1,9	57,5
Valparaíso	5,6	5,1	2,1	1,9	56,5
TOTAL	5,4	4,3	0,8	1,7	63,7

Fonte: Chaveiro e Silva (2012).

Esses dados se refletiram no aumento da população nos municípios da AMB, especialmente em Águas Lindas e Valparaíso. Destaca-se que, no caso de Luziânia a

redução da sua população deve considerar o fato de que seu território foi redefinido com a emancipação política de Cidade Ocidental em 1990 e Valparaíso de Goiás e Novo Gama em 1995.

Portanto, o crescimento desses municípios deve ser entendido como sendo fruto do alto grau de integração com o Distrito Federal, especialmente pelo grau de dependência que os mesmos possuem com relação aos serviços de saúde, educação e emprego. Para Chaveiro e Silva (2012, p. 199) o Distrito Federal seria reconhecido como um lugar de passagem dos migrantes, um “Trampolim Demográfico” para a população que reside nos municípios do Entorno. Essa realidade quando analisada na escala da Área Metropolitana de Brasília torna a questão das migrações mais evidente, pois grande parte dos municípios se constitui em sua maioria por uma população não natural daquele município.

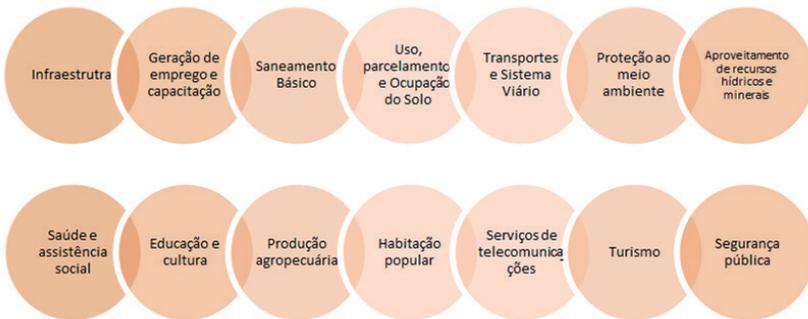
Este quadro de intensa migração intrametropolitana propicia o surgimento de uma grande variedade de conflitos sociais, desde aqueles relacionados ao uso do espaço, até os resultantes da enorme diversidade cultural e de valores. Para Felix (2002) a mobilidade espacial da população atomizaria as estruturas e enfraqueceria a coesão social, uma vez que áreas marcadas por intensa imigração seriam *locus* de confrontos de valores culturais. Do ponto de vista da identidade cultural, Chaveiro e Silva (2012) apontam o desencadeamento de “situações adversas no que concerne à identidade local e regional, na medida em que desorganiza relações historicamente estabelecidas e desagrega valores que auxiliam na identificação e na distinção do “eu”, do “outro” e do “nós” no tempo e no espaço” (CHAVEIRO; SILVA, 2012, p. 203).

Gestão da segurança pública na AMB

Nas seções anteriores destacamos a grande interdependência entre os municípios da AMB e o Distrito Federal. Assim, argumentamos a favor da necessidade de a política de segurança pública ser cooperada na Ride-DF, por entendermos que se trata de política que se apresenta como função pública de interesse comum entre

alguns municípios do estado de Goiás e o Distrito Federal. Entende-se aqui como função pública comum a oferta de serviços urbanos que necessitam de concertação entre os entes e agentes públicos e privados, isto é, planejamento e execução necessitam de um compartilhamento do exercício de competência. Na Ride-DF, a segurança pública foi definida como uma função pública de interesse comum por meio do Decreto nº 7.469/2011.

Gráfico 1.1: Funções e serviços públicos



Fonte: Sampaio *et al.* (2013)

A governança metropolitana permite a articulação de agentes públicos e privados na consolidação dos serviços públicos de interesse comum para a ação no território, isto é, uma função de interesse comum necessita de estratégias de articulação com diferentes agentes públicos e privados para a eficiência da prestação do serviço.

A ação cooperada deve estar articulada à distribuição da população e do emprego nas áreas metropolitanas. Para tanto, é necessário compatibilizar ofertas de emprego, dinâmica econômica e local de residência da população, de modo que as diferenças de oportunidades entre municípios periféricos e nucleares de áreas metropolitanas não sejam tão díspares.

Estabelecer uma governança metropolitana no campo da segurança pública requer enfrentar o “jogo do empurra” e partilhar o ônus e o bônus, como mencionado por Souza (2013). Há uma indefinição das atribuições e das responsabilidades dos

níveis de governos na execução da política pública de segurança. Quando considerados os espaços urbanos de alta complexidade, há uma verdadeira omissão dos gestores públicos em todos os níveis da Federação.

Assim, a cooperação no campo da segurança pública não é um desejo e sim uma necessidade. No caso da AMB, a cooperação ganha um nível de complexidade muito maior do que em qualquer outro local, haja vista que nesse território o compartilhamento de competências envolve os municípios, o estado de Goiás e o Distrito Federal.

Ainda que reverbere um discurso da necessidade da União em induzir, com planejamento e orçamento, ações voluntárias de cooperação, mesmo assim, eventualmente, haverá confrontos na distribuição do ônus e bônus em possíveis ações cooperadas. Garson (2009, p. 20) aponta que “o agravamento da situação social nessas áreas, para o qual contribui fortemente a falta de infraestrutura urbana, deixa clara a importância do estudo dos obstáculos à cooperação para a solução dos problemas comuns a seus municípios”.

A reversão ou, ao menos, a atenuação desse quadro não pode ficar à espera da ocorrência de excepcionais taxas de crescimento da economia, que não necessariamente resolveriam o problema. A rigidez da despesa de todos os níveis de governo, a magnitude dos investimentos requeridos e a dimensão extraterritorial que têm as ações de desenvolvimento urbano tornam indispensável a articulação de ações entre os três níveis de governo e o setor privado, de forma a atender as demandas da sociedade.

Os confrontos são advindos da ausência de um modelo de gestão democrática que viabilize o enfrentamento dos problemas urbanos em território metropolitano, com mecanismos fortes, tanto financeiros como de gestão. Importante ressaltar que não devemos confundir mecanismos fortes com ações autoritárias típicas dos anos de 1970. No caso da segurança pública, Souza (2013, p. 392) traz importante panorama da atual situação da segurança pública e os desafios a serem enfrentados na construção de uma política nacional de segurança pública esclarecendo que “o problema da legitimidade das instituições encarregadas da aplicação das leis penais passa a ser crucial”. Uma série de dificuldades relacionadas à formulação e

implementação de políticas de segurança e justiça afetam a eficiência das agências encarregadas de conter a violência dentro dos marcos da legalidade democrática. A baixa eficiência dessas agências – especialmente das polícias Militar e Civil, subordinadas aos governos estaduais, em prevenir crimes e investigar ocorrências, e de todo o segmento judicial (Ministério Público e Tribunais de Justiça) em punir agressores –, associada aos tradicionais obstáculos enfrentados pelo cidadão comum no acesso à justiça, acaba estimulando a adoção de soluções privadas para conflitos de ordem social (como linchamentos e as execuções sumárias), bem como contribuindo para a exacerbação do sentimento de medo e insegurança coletivos. Na medida em que esse círculo vicioso é alimentado, cresce a perda de confiança nessas instituições de justiça e nos agentes responsáveis pela lei e ordem pública.

Embora seja reconhecida a necessidade de governança metropolitana na esfera da segurança pública, há desafios prementes em relação às formas de cooperação, às atribuições dos papéis, às instâncias a serem criadas para dirimir os conflitos entre as instituições, sobretudo em relação ao atendimento para a população de baixa renda e no tratamento dos agressores quando estão localizados nas periferias metropolitanas.

As configurações das agências governamentais presumidamente de prevenção ao crime e segurança pública envolvem a administração, criação e manipulação do ambiente circundante de modo sistemático e permanente. Assim, a existência de políticas (ordem) urbana, de segurança pública e setoriais, programas assistenciais e atividades agregadoras e gerenciais podem servir como indicadores das características sociais e organizacionais dos municípios da Área Metropolitana de Brasília. A seguir analisamos essas instâncias com base na Pesquisa sobre a Estrutura do Municípios (MUNIC, 2012), realizada pelo IBGE.

Os conselhos municipais representam um instrumento institucional na gestão de políticas públicas, e a sua efetiva atuação permite maior transparência à gestão dos recursos em políticas públicas locais. Além disso, caracterizam-se pela descentralização, estabelecendo-se como um novo padrão de políticas sociais.

A tabela 1.4 mostra uma relativa institucionalização de conselhos municipais na Área Metropolitana de Brasília, e demonstra de forma geral certa fragilidade na participação de segmentos da sociedade civil na globalidade dos processos de elaboração da política públicas nesses municípios. Particularmente na área de segurança pública, somente três municípios, Águas Lindas, Formosa e Luziânia, possuem conselhos para construção de políticas locais. Por outro lado, destaca-se que a totalidade dos municípios possuem conselhos de assistência social, sugerindo essa área como prioritária devido a uma grande vulnerabilidade social.

A baixa implementação de conselhos de segurança pública sugere uma tendência do não reconhecimento e valorização por parte do poder público local de processos dialógicos entre os atores sociais que estão envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas na área.

Tabela 1.4: Existência de conselhos municipais na Área Metropolitana de Brasília

Município	Segurança pública	Política urbana	Transporte	Idoso	Pessoa c/ deficiência	Assistência social
Águas Lindas	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim
Cidade Ocidental	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
Formosa	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Luziânia	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Novo Gama	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
Planaltina	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
Santo Antônio do Descoberto	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim
Valparaíso	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim

Fonte: IBGE/Munic 2012.

No nível institucional, a tabela 1.5 dimensiona as estruturas de comunicação da população com o poder público local. Dentre os oito municípios apenas o município de Cidade Ocidental oferece o serviço de atendimento telefônico ao público, e

50% oferecem serviço de correio e jornais, o que pode sugerir menor participação e menor número de interações dos cidadãos quanto aos seus diversos interesses. Parece tratar-se mais de racionalidade comunicativa do que uma lógica dialógica.

Comparando os municípios de Luziânia, Valparaíso de Goiás e Águas Lindas de Goiás, observa-se que Luziânia detém uma estrutura de comunicação mais completa que os outros municípios, faltando apenas Telefone para atender ao público. A mais desprovida de estruturas de comunicação com a população é Águas Lindas de Goiás.

Tabela 1.5: Conselhos municipais de segurança pública, Conselho Tutelar e ações da Guarda Municipal

AMB – 2012

Município	Conselho de seg. pub.	Guarda Municipal	Conselho Tutelar	Atendimento de ocorrências	Auxílio à Polícia Militar	Auxílio à Polícia Civil	Patrulhamento das vias públicas
Águas Lindas	Sim	Não	Sim	-	-	-	-
Cidade Ocidental	Não	Não	Sim	-	-	-	-
Formosa	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Luziânia	Sim	Não	Sim	-	-	-	-
Novo Gama	Não	Não	Sim	-	-	-	-
Planaltina	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Santo Antônio do Descoberto	Não	Não	Sim	-	-	-	-
Valparaíso	Não	Não	Sim	-	-	-	-

Fonte: IBGE/Munic 2012.

O trabalho da Guarda Municipal é comumente associado ao controle de fatores situacionais do crime, fundamentalmente na vigilância dos espaços públicos e potenciais alvos, como vias públicas com estabelecimentos comerciais, estacionamentos, etc. A tabela mostra ações de ronda escolar, posto de guarda a patrulhamento de vias públicas nos municípios de Formosa e Planaltina de Goiás, como formas de prevenção dentro de uma perspectiva de defesa de territorial dos “espaços públicos”. As ações de auxílio à Polícia Civil, Conselho Tutelar e no Ordenamento do

Trânsito indicam uma interação operacional ativa e segmentada, consolidando o poder de polícia administrativo da Guarda Municipal (CLARKE, 1997; PERRENOUD, 2008).

Observa-se que os municípios de Águas Lindas, Luziânia e Valparaíso, que detêm as maiores taxas de homicídio entre os municípios do Entorno Sul, não possuem guarda municipal, nem patrulhamento de vias públicas.

A dinâmica interna da área de segurança pública dentro dos municípios da Área Metropolitana de Brasília, em certa medida, pode ser abordada pela oferta ou não de estruturas especializadas no combate ao crime e investigação criminal. A existência ou não de Delegacias Especializadas pode mostrar maior ou menor atenção para certos crimes dentro do município, e também refletir as incapacidades da estrutura social local e a eficácia das ações de prevenção. A tabela 1.6 mostra que os recursos de segurança pública estão concentrados nas delegacias distritais, com exceção das Delegacias de Atendimento à Mulher, presentes em seis municípios.

A polícia civil age reativamente, a partir de um registro da ocorrência que compreende uma diversidade de situações. Assim, pode-se inferir que a concorrência na investigação criminal do crime de homicídio com outros tipos criminais corresponde a situações de competição por recursos investigativos na delegacia distrital.

Na tabela 5, observa-se que o município de Águas Lindas de Goiás declara ter Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher. Contudo, a pesquisa de campo realizada no local indicou que essa delegacia é apenas um projeto considerado prioritário em função da violência doméstica e do número de estupros de mulheres registrado. Observando o quadro anual de criminalidade no município, entre janeiro e dezembro de 2012 foram registrados 30 estupros, entre janeiro e outubro de 2013, 31. É um número de denúncias elevado, principalmente se consideramos a ausência de uma Delegacia Especializada para atendimento das mulheres.

O município de Águas Lindas de Goiás também não possui uma Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente. Os dados mostram que entre janeiro e dezembro de 2012 foram registrados 50 estupros de vulneráveis. Entre janeiro e

outubro de 2013 foram registradas 40 ocorrências desse tipo de crime. Os números alarmantes chamam a atenção para o fato de a violência doméstica, que expulsa as crianças e jovens da casa, constituir elemento importante para compreender a posterior inserção destes na criminalidade. Para Soares (2003, p. 77) o ingresso da criança ou do jovem na criminalidade não tem apenas uma motivação econômica, mas diz respeito à autoestima do jovem que, de posse de uma arma, afirma sua existência social antes negada, por meio da produção do medo nos outros.

Tabela 1.6: Delegacias existentes na AMB – 2012*

Município	DP	DEAM	DPI	DPCA	DCA
Águas Lindas	Sim	Sim	Não	Não	Não
Cidade Ocidental	Sim	Não	Não	Não	Não
Formosa	Sim	Sim	Não	Não	Não
Luziânia	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Novo Gama	Sim	Sim	Não	Não	Não
Planaltina	Sim	Não	Não	Não	Não
Santo Antônio do Descoberto	Sim	Sim	Não	Não	Não
Valparaíso	Sim	Não	Não	Não	Não

Fonte: IBGE/Munic 2012.

* DP (Delegacia de Polícia); DEAM (Delegacia de Atendimento às Mulheres); DPI (Delegacia de Proteção ao Idoso); DPCA (Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente) e DCA (Delegacia da Criança e do Adolescente).

A Área Metropolitana de Brasília demonstra ter uma estrutura normativa que permite o atendimento de crianças e adolescentes (inclusive aqueles em conflito com a lei), idosos e pessoas com deficiência, embora não haja evidências claras de que as ações e programas assistenciais cumpram a função de prevenção e redução dos riscos do comportamento criminoso.

A vulnerabilidade social da população e a exigência legal de políticas setoriais na área da assistência social ajudam a entender a maior consolidação dessas políticas em relação a segurança pública nos municípios da Área Metropolitana de Brasília. Dessa

forma, como mostram as tabelas 1.7 e 1.8, com exceção dos serviços para crianças entre 0 e 6 anos, a quase totalidade dos municípios possui políticas de proteção básica e especial para famílias e/ou indivíduos em situações de risco pessoal e social.

A ausência de serviços para crianças de 0 a 6 anos deve ser entendida, em parte, como um fator que influencia o ambiente em que as crianças crescem, se desenvolvem e se integram socialmente na sociedade. Se tais tipos de serviços podem ser considerados na área da prevenção social e segurança pública, então é necessário desenvolver estratégias para influenciar o trabalho em conjunto com os serviços de família.

Tabela 1.7: Serviços socioassistenciais de proteção básica na AMB*

Município	PAIF	SCC	SCCA	SCAJ	SCI	SPSB
Águas Lindas	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Cidade Ocidental	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Formosa	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Luziânia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Novo Gama	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Planaltina	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Santo Antônio do Descoberto	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Valparaíso	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: IBGE/Munic 2012.

* PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento à Família); SCC (Serviço de Convivência de Crianças – 0 a 6 anos); SCCA (Serviço de Convivência de Crianças e Adolescentes – 6 a 15 anos); SCAJ (Serviço de Convivência de Adolescentes e Jovens – 15 a 17 anos); SCI (Serviço de Convivência para Idosos); SPSB (Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas).

A tabela 1.8 mostra que todos os municípios têm os serviços de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Pode-se entender a existência de tais serviços, em alguma medida, como ações de prevenção situacional do crime, uma vez que tais medidas socioeducativas apontam a tangibilidade da punição.

Tabela 1.8: Serviços socioassistenciais de proteção especial na AMB*

Município	PAEFI	SEPSR	SPSA	SEAS	SEPEDIF
Águas Lindas	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Cidade Ocidental	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Formosa	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Luziânia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Novo Gama	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Planaltina	Sim	Não	Sim	Não	Não
Santo Antônio do Descoberto	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Valparaíso	Sim	Não	Sim	Não	Sim

Fonte: IBGE/Munic 2012.

* PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos); SEPSR (Serviço Especializado para pessoas em situação de rua); SPSA (Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à Comunidade -PSC); SEAS (Serviço Especializado em Abordagem Social) e SEPEDIF (Serviço Especializado para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias).



CAPÍTULO 2

Descrição dos homicídios na Área Metropolitana de Brasília

Arthur Trindade M. Costa e Marcelle Figueira

Neste capítulo apresentaremos uma análise descritiva correspondente aos registros de ocorrência de homicídio doloso no ano de 2010, na Área Metropolitana de Brasília, que compreende os seguintes municípios do estado de Goiás: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

Os dados sobre os homicídios foram obtidos na Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP/GO) e correspondem somente ao ano de 2010. Assim, as análises a seguir não possuem dados de períodos anteriores, que possam servir como referência na busca de padrões que permitam caracterizar melhor a dinâmica do homicídio na área de estudo. A análise descritiva está organizada de forma a explorar ao máximo os dados disponíveis no registro de ocorrência. A análise descritiva contém os seguintes itens:

- a) Caracterização geral, composta pelos meses, dias da semana e horário das ocorrências;
- b) Local de ocorrência, definido de acordo com a classificação utilizada pelos órgãos de segurança pública de Goiás;
- c) Perfil da vítima, composto por sexo e idade;
- d) Meio empregado.

Caracterização geral dos registros de homicídios

Na caracterização geral da área, foram analisados os registros de homicídio de acordo com a sua distribuição pelos meses do ano, pelos dias da semana e a faixa de horário. Foram analisados primeiramente os dados agregados para toda a área e, posteriormente, os dados desagregados por município, possibilitando assim que se observe como estão distribuídos os registros de ocorrência e se busque identificar se há a ocorrência de concentrações espaciais, ou seja, municípios que registram mais ocorrência que outros.

Dentre os oito municípios analisados, dois concentram 45,8% das ocorrências, são eles: Luziânia (25,62%) e Valparaíso de Goiás (20,14%). Os demais municípios da AMB compreendem Águas Lindas de Goiás, com 17,84%, Novo Gama, com 13,43%, Formosa, com 6,71%, Planaltina de Goiás, com 5,83%, Santo Antônio do Descoberto, com 5,30% e Cidade Ocidental, com 5,12%.

Tabela 2.1: Distribuição dos homicídios por município – AMB 2010

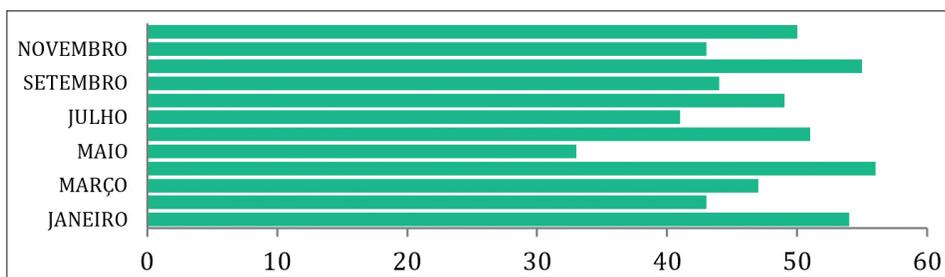
Municípios	Homicídios	%	% Acumulada
Luziânia	145	25,6	25,6
Valparaíso de Goiás	114	20,1	45,8
Águas Lindas de Goiás	101	17,8	63,6
Novo Gama	76	13,4	77,0
Formosa	38	6,7	83,7
Planaltina de Goiás	33	5,8	89,6
Sto. Antônio do Descoberto	30	5,3	94,9
Cidade Ocidental	29	5,1	100,0
TOTAL	566	100,0	

Fonte: SSP/GO.

Ao analisamos os dados pela sua *distribuição no mês*, não encontramos concentração significativa em um mês específico, seja na análise agregada ou na análise

por municípios. Essa ausência de concentração, que pode indicar alguma sazonalidade do fenômeno, já era esperada, pois a dinâmica de um evento intencional e interpessoal, como o homicídio doloso, parece estar relacionada com variáveis sociais que não são afetadas por eventos que estão relacionados aos meses do ano, tais como férias escolares, estações do ano, dentre outros.¹

Gráfico 2.1: Número de homicídios de acordo com os meses - AMB - 2010

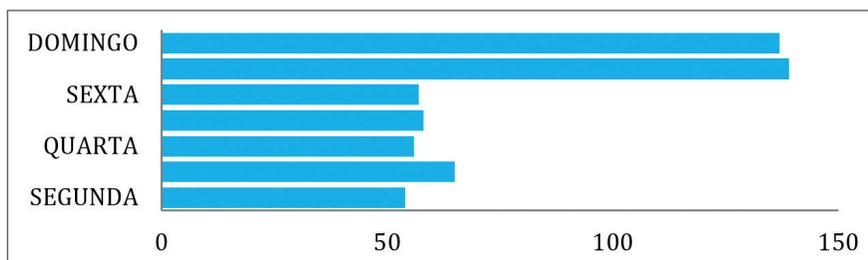


Fonte: SSPGO.

A análise da distribuição pelos dias da semana revela uma concentração aos sábados e domingos, que respondem conjuntamente por 50 % das ocorrências. Quando analisados os municípios separadamente, esse fenômeno se repete em todos os municípios. A análise da distribuição segundo as faixas horárias revela uma maior concentração entre 18h e 0h, com 41% dos registros; o período de 0h01 às 6h responde por 25%. Essa dinâmica também se repete em todos os municípios.

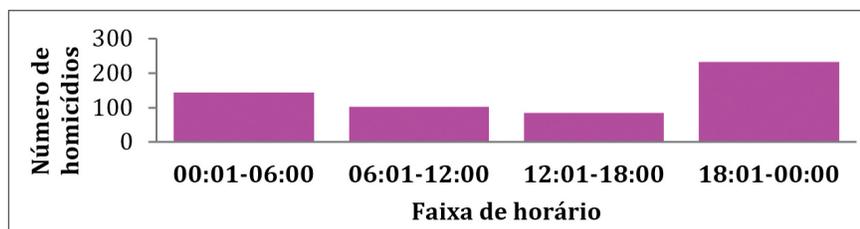
¹ As estações do ano no Centro-Oeste são caracterizadas por períodos bem definidos de ausência de chuva e baixa humidade do ar e períodos de intensa chuva. Esses fenômenos influenciam a dinâmica populacional, sobretudo em relações aos deslocamentos, assim, os eventos relacionados a ocorrências de trânsito e ocorrências relacionadas aos transeuntes sofrem influência na sua dinâmica durante esse período.

Gráfico 2.2: Número de homicídios de acordo com os dias da semana
AMB – 2010



Fonte: SSPGO.

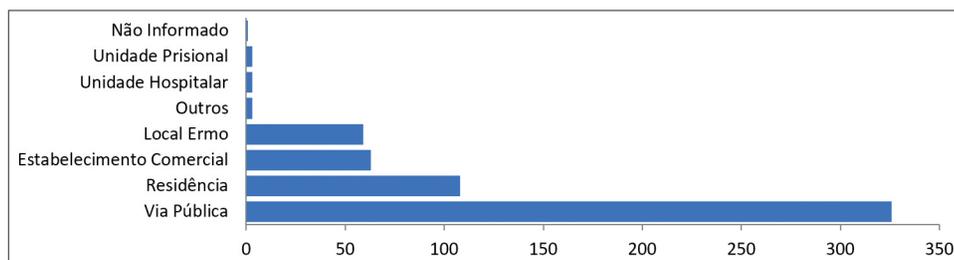
Gráfico 2.3: Número de homicídios de acordo com faixas de horário
AMB – 2010



Fonte: SSPGO.

Os locais das ocorrências foram classificados, pela Polícia Civil de Goiás, como: via pública, residência, estabelecimento comercial, local ermo, unidade hospitalar, unidade prisional e outros. De acordo com a PCGO, 57,4 % dos homicídios ocorreram em vias públicas. Também chama a atenção o alto número de ocorrências em residências, que é de 19%, acima dos eventos registrados em estabelecimento comercial (inclusive bares), com 11%. Esse padrão se repete na análise por municípios.

Gráfico 2.4: Número de homicídios distribuídos por tipo de local de ocorrência AMB – 2010



Fonte: SSPGO.

Geralmente a descrição do perfil da vítima é composta por idade, sexo e raça/cor. Nesta análise, entretanto, não será possível descrever a raça/cor, pois essas informações não constam da base de dados da Secretaria de Segurança Pública de Goiás. Na AMB, as vítimas de homicídios são do sexo masculino em 94% dos registros. Com relação à idade, estão em sua maioria entre os 18 e 25 anos (16% dos eventos registrados), considerando que em 61% dos casos não foi registrada a idade. O padrão se repete quando analisamos os municípios.

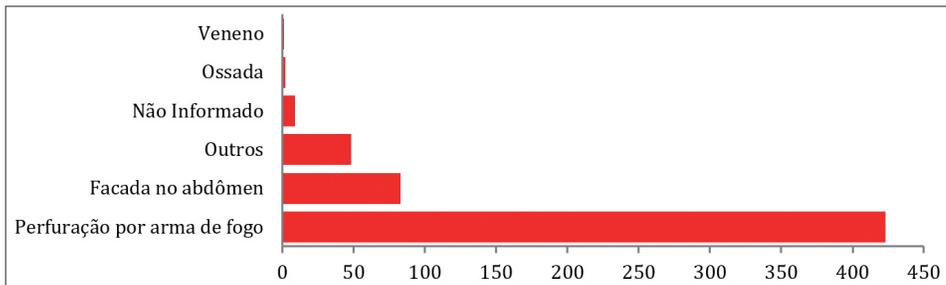
Tabela 2.2: Vítimas de homicídios, por sexo – AMB 2010

Municípios	Sexo		N/I	Total
	Feminino	Masculino		
Águas Lindas de Goiás	8	93	0	101
Cidade Ocidental	1	28	0	29
Formosa	6	32	0	38
Luziânia	5	140	0	145
Novo Gama	4	71	1	76
Planaltina de Goiás	1	32	0	33
Santo Antônio do Descoberto	0	29	1	30
Valparaíso de Goiás	7	106	1	114
Total	32	531	3	566

Fonte: SSPGO.

De acordo com os dados da Secretaria de Segurança Pública de Goiás, 75 % dos casos foram registrados como “perfuração por arma de fogo”, sendo “facada no abdômen” o segundo meio mais empregado, correspondendo a 15% dos registros.

Gráfico 2.5: Homicídios distribuídos por meio empregado na AMB – 2010



Fonte: SSPGO.

Análise espacial dos homicídios na AMB

A análise descritiva dos dados em gráficos e tabelas nos ajudam a caracterizar o evento, mas dizem muito pouco acerca da sua dinâmica espacial. A análise dos eventos decorrentes de dinâmicas sociais, tal como a criminalidade, as desordens, contravenções, dentro outros no universo da segurança pública, quando analisados segundo a sua distribuição espacial, permite que se incorpore novas variáveis no estudo do fenômeno, tais como a análise de áreas de influência, além das características da área de estudo. Agregar ferramentas de análise espacial é também uma forma de incorporar nas análises a discussão de escalas de observação, pois a unidade de análise de um determinado fenômeno precisa considerar os diferentes níveis da vida social, para que se possa definir os potenciais e limites de cada escala de observação.

Analisar os homicídios na escala local aumenta a complexidade da análise do fenômeno e nos impõe o desafio de sistematizar um grande volume de dados em que, dentro das especificidades de cada área, é necessário encontrar o “fio condutor”

que irá permitir sua generalização. Ao mesmo tempo, analisar os fenômenos na escala municipal facilita a generalização, mas traz o risco de captar elementos que podem diferenciar as dinâmicas, pois ainda que gerem o mesmo resultado, advêm de processos sociais distintos. Neste trabalho a utilização dos recursos cartográficos teve por objetivo problematizar a escala de análise dos homicídios na Área Metropolitana de Brasília (AMB).

Ao analisar os municípios que compõe a AMB, a partir dos recursos da cartografia, observa-se que além de estarem na área de influência do Distrito Federal, são municípios com extensas áreas rurais, onde a população está concentrada em uma pequena parcela do território. Mapear os municípios e buscar a integração com outras fontes de dados socioeconômicos e de infraestrutura urbana foi um dos objetivos iniciais deste exercício de mapeamento, todavia, a atividade foi prejudicada pelos seguintes fatores:

- a) Dificuldade de acesso a base cartográfica com os limites de bairros dos municípios – a busca por uma base cartográfica com a representação dos limites de bairros dos municípios pesquisados foi intensa e infrutífera. Buscou-se essa informação diretamente nas administrações municipais e inclusive em empresas que comercializam bases cartográficas. Todavia, todos alegaram não possuir a informação. Como último recurso, buscou-se a informação na base cartográfica de setores censitários do IBGE, utilizados no último censo demográfico de 2010. Entretanto, para que essa informação constasse na base dos setores censitários, era necessário que os municípios comunicassem ao IBGE a conformação dos limites de bairros. Uma vez que as prefeituras não possuem essa informação sistematizada, os dados não foram repassados ao IBGE. A alternativa encontrada foi “desenhar” os limites dos bairros cruzando três fontes de dados: os setores censitários, informações contidas no *google maps* e no *wikimapia*. Assim, a partir do conhecimento prévio da dinâmica de ocupação desses municípios, que foi feito por etapas, foram utilizados como base cartográfica de referência os

setores censitários, que tendem a ser uma unidade territorial menor que os bairros. Foram cruzadas as informações disponíveis na internet com os limites dos setores censitários. Os limites dos bairros que serão apresentados nos mapas são aproximações, e não os limites oficiais.

- b) Identificação dos bairros da base de dados – ainda em decorrência da dificuldade encontrada com a base cartográfica dos bairros, nem todas as ocorrências da base de dados de registros de homicídio puderam ser mapeadas, isso porque alguns bairros que constam na base não tiveram sua localização dentro do município identificada, pois não constavam no Google Maps ou no Wikimapia.
- c) Baixo volume de dados – conforme mencionado anteriormente, foram contempladas somente as ocorrências de 2010, assim, quando desagregamos por bairros, há muitos bairros com um único evento. É claro que a concentração em poucos lugares é uma característica do homicídio, que se apresenta em diferentes escalas de observação, tanto no nível nacional, quanto no local, mas um volume maior de observações permitiria uma análise mais consistente do fenômeno.

A primeira representação da distribuição dos registros de homicídio na AMB foi feita a partir dos municípios, e foi possível observar uma concentração do fenômeno em números absolutos. Luziânia, Águas Lindas e Valparaíso de Goiás são os municípios com os maiores números de habitantes e concentram o maior número de ocorrências.

Ao analisarmos os registros de ocorrência a partir da sua distribuição por município, com base nas taxas por 100.000 habitantes, é possível ver com maior clareza a concentração na parte sudoeste da Área Metropolitana de Brasília. A observação dessa concentração na face sudeste do quadrilátero do Distrito Federal é uma primeira evidência da influência da dinâmica urbana nesses eventos, pois essa é a região, dentro do próprio Distrito Federal, onde está sendo intensificada a exploração imobiliária. Essas análises, todavia, demandam um maior detalhamento da dinâmica das áreas de fronteira dentro do próprio Distrito Federal, que não foi contemplado neste estudo.

A Secretaria de Segurança Pública de Goiás registrou ocorrência de homicídio em 195 bairros do Municípios da AMB. Analisando a distribuição espacial desses

homicídios, verificamos que 23 bairros concentraram 50,1% dos homicídios. Esses bairros pertencem aos municípios de Valparaíso (oito), Luziânia (cinco), Águas Lindas (cinco), Cidade Ocidental (dois), Novo Gama (dois) e Planaltina de Goiás (um). Cinco bairros concentram 26,1% das mortes violentas: Jardim Ingá (Luziânia), Jardim Céu Azul (Valparaíso), Jardim Barragem (Águas Lindas), Pedregal (Novo Gama) e Jardim Lago Azul (Novo Gama). Portanto, podemos dizer que o fenômeno é bastante concentrado.

Esse padrão de concentração espacial dos homicídios pode ser verificado em quase todos os municípios da AMB. Dos oito, apenas Formosa não registra grande concentração de homicídios em alguns poucos bairros.

No Novo Gama, dois bairros responderam por 53,9% dos homicídios registrados em 2010: Pedregal (34,2%) e Jardim Lago Azul (19,7%). Em Planaltina de Goiás, três localidades registraram 54,5% dos homicídios: Setor Norte (33,3%), Vila Mutirão (12,1%) e Setor Leste (9,1%). Valparaíso registrou 51,8% dos homicídios em quatro bairros: Jardim Céu Azul (27,2%), Chácaras Anhanguera (8,8%), Vila Guaira (8,8%) e Jardim Ipanema (7,0%).

Em Águas Lindas, sete bairros responderam por mais da metade das mortes violentas. Os bairros Jardim Barragem (26,7%), Jardim Águas Lindas II (5,9%), Camping Club (5%), Cidade do Entorno (5%), Setor Coimbra (4%), Girassol (3%) e Jardim América (3,0%) concentram 52,5% das ocorrências de homicídios registradas em 2010. O mesmo pode ser observado na Cidade Ocidental, onde os bairros Parque Nova Friburgo B (13,8%), Setor Central (13,8%), Ocidental Park (10,3%), Parque das Américas (10,3%) e Centro (6,9%) registram 55,2% dos 29 homicídios ocorridos em 2010.

Os homicídios não estão concentrados apenas em alguns bairros da área urbana dessas cidades. Verificou-se também grande número de homicídios registrados em algumas áreas rurais. Em Luziânia, os bairros Jardim Ingá (30,3%), Parque Estrela Dalva IX (4,8%), Centro (3,4%), Parque Estrela Dalva III (2,8%) e Setor Fumal (2,8%) registram o maior número de mortes violentas. A Zona Rural registrou 7,6% dos homicídios. Somadas, essas localidades responderam por 51,7% dos homicídios registrados em 2010. Em Santo Antônio do Descoberto, cinco bairros respondem

por 53,3% das mortes violentas: Parque Estrela Dalva XI (13,3%), Centro (10%), Jardim de Alá (10%), Vila Beatriz I (10%) concentraram boa parte dos homicídios. Além desses bairros, foram registrados homicídios também na Zona Rural (10%).

Tabela 2.3: Bairros com maior concentração de homicídios – AMB – 2010

Ordem	Cidade	Bairro	Homicídios
1	Luziânia	Jardim ingá	44
2	Valparaíso	Jardim céu azul	31
3	Águas Lindas	Jardim barragem	27
4	Novo Gama	Pedregal	26
5	Novo Gama	Jardim lago azul	15
6	Luziânia	Zona rural	11
7	Planaltina	Setor norte	11
8	Valparaíso	Chácaras anhanguera	10
9	Valparaíso	Vila guaira	10
10	Valparaíso	Jardim ipanema	8
11	Valparaíso	Jardim oriente	8
12	Luziânia	Parque estrela dalva IX	7
13	Valparaíso	Parque são bernardo	7
14	Águas Lindas	Jardim águas lindas II	6
15	Águas Lindas	Camping club	5
16	Águas Lindas	Cidade do entorno	5
17	Luziânia	Centro	5
18	Valparaíso	Parque rio branco	5
19	Valparaíso	Valparaíso II	5
20	Águas Lindas	Setor coimbra	4
21	Cidade Ocidental	Parque nova friburgo B	4
22	Cidade Ocidental	Setor central	4
23	Luziânia	Parque estrela dalva III	4
TOTAL			262

Fonte: NEVIS/UnB.

CAPÍTULO 3

O fluxo de justiça criminal dos homicídios na AMB

Cristina Zackseski, Welliton Caixeta Maciel e Arthur Trindade M. Costa

Sabemos que o Sistema de Justiça Criminal (SJC) é um sistema de filtros sucessivos que vai do registro na polícia até o cumprimento da pena. A maior parte dos crimes em geral não chega a dar entrada nesse sistema, vindo a compor a chamada cifra oculta da criminalidade (diferença entre a criminalidade real – todos os crimes que ocorreram – e criminalidade aparente – crimes de que se tem notícia). Nos casos de homicídio, essa cifra oculta é menor, visto que se trata de um crime mais grave aos olhos das diferentes culturas e também por ser um crime visível (as duas “regras de ouro” para que um crime tenha cifra oculta menor).¹ Por isso as comparações mundiais sobre níveis de violência levam em conta os índices de homicídios, pois são mais seguros em termos de representatividade do que índices de outros tipos de condutas.

Em que pese as considerações anteriores, mesmo nos casos de homicídios existem etapas no SJC que não são ultrapassadas por uma série de motivos. São os chamados “filtros sucessivos”, que estão localizados entre a Polícia (com o registro, as investigações, perícias etc.) e o Ministério Público (denúncia), entre o Ministério

¹ Aquilo que chamamos de cifras ocultas hoje eram chamadas de cifras negras da criminalidade em razão da origem da expressão *black number* ou *dark number*. Significa, na verdade, aquilo que não se conhece, ou o que está na sombra, escondido. (ANIYAR DE CASTRO, Lola. *Criminologia da Reação Social*. Rio de Janeiro: Forense, 1983, p. 66-72). Na literatura das ciências sociais encontramos frequentemente a expressão “subnotificações”, que tem o mesmo sentido, aquilo que não teve registro na polícia.

Público e o Poder Judiciário (sentença), entre o Juiz da Sentença e a Execução Penal (cumprimento ou fiscalização de penas).²

Também devemos levar em conta no tipo de estudo que estamos fazendo o fato de que existem as “cifras legais”, que são as sentenças proferidas em relação aos registros de crimes na polícia (criminalidade aparente). Esse é um importante fator para se acompanhar o andamento do SJC, suas etapas, prazos e resultados.

O estudo do fluxo criminal dos homicídios ocorridos no Área Metropolitana de Brasília no ano de 2010 revela que apenas 10,33% dos casos de homicídios são elucidados, ou sejam, têm suspeitos denunciados pelo Ministério Público.³ Essa taxa de elucidação é muito baixa, se comparada com o desempenho da investigação de homicídios em outros países. Em 2002, alguns países apresentaram taxas de elucidação de homicídios elevadas, como Alemanha (96%), Japão (95%), e Inglaterra; o Distrito Federal apresentou taxas de elucidação superior a 60% entre 2005 e 2010.

Entre os municípios que compõem a AMB, é grande a variação da taxa de elucidação de homicídios, conforme mostra a Tabela 3.1.

² IPEA. *Fórum de Debates, Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil*. Uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas. Organização: Daniel Cerqueira, Julita Lengruber e Leonarda Musumeci. Rio de Janeiro: 2000.

³ Seguindo a literatura internacional, neste estudo consideramos que um homicídio foi “*elucidado*” quando a investigação resultou numa denúncia criminal contra um ou mais suspeitos. Portanto, para ser considerado elucidado, é necessária a confirmação pelo Ministério Público da investigação feita pela polícia.

Tabela 3.1: Taxa de elucidação de homicídios – AMB – 2010

Cidade	Homicídios	Denúncias	Taxa de elucidação
Valparaíso de Goiás	114	8	7,0
Águas Lindas de Goiás	101	7	6,9
Luziânia	145	7	4,8
Formosa	38	2	5,3
Sto. Antônio do Descoberto	30	2	6,7
Novo Gama	76	7	9,2
Planaltina de Goiás	33	5	15,2
Cidade Ocidental	29	8	27,6
TOTAL	566	46	10,33

Fonte: NEVIS/UnB.

Aspectos que influenciam a elucidação de homicídios

A investigação de homicídios tem sido objeto de diversas pesquisas. A literatura especializada no tema tende a destacar a importância dos aspectos demográficos, situacionais e organizacionais para explicar os resultados alcançados.

Uma das explicações mais influentes sobre as diferenças no desempenho das polícias na investigação de homicídios foi formulada por Donald Black (1976). Depois de analisar o desempenho de algumas polícias dos EUA, Black concluiu que essas diferenças se assentavam na discricionariedade que os policiais possuíam para selecionar casos e priorizar as áreas de atuação. Ele sustentava que alguns fatores extraorganizacionais influenciavam na escolha dos casos, tais como o perfil das vítimas e o local dos homicídios.

Casos envolvendo vítimas de baixo status socioeconômico tenderiam a ser menos elucidados. Crimes cometidos contra pessoas com passagem policial também tenderiam a ser menos investigados do que aqueles cometidos contra pessoas “respeitáveis” (BLACK, 1976). Mesmo nos casos em que os policiais fossem

incapazes de determinar o perfil das vítimas antes de iniciar as investigações, a área onde a morte teria ocorrido servia de indicador do desempenho da polícia. Pesquisas apontaram que, nos bairros de população negra, a investigação policial tende a ser menos eficiente (BLACK, 1980; PATERNOSTES, 1984; PATERSON; HAGAN, 1984).

As pesquisas também apontaram diferenças nas taxas de elucidação de homicídios cometidos contra homens e mulheres. As taxas de elucidação dos homicídios de mulheres tendem a ser mais altas do que aqueles cometidos contra homens (ADDINGTON, 2006; CARDERELLI; CAVANAGH, 1992). A investigação dos homicídios contra mulheres tende a ser mais rápida, seja pelas circunstâncias (dentro de casa, entre pessoas conhecidas), seja pela repercussão.

A idade das vítimas também é um critério de influência. Quando as vítimas são crianças, a probabilidade de o crime ser elucidado é alta. Por outro lado, quando as vítimas são idosas, as chances diminuem significativamente (ADDINGTON, 2006; CARDERELLI; CAVANAGH, 1992; PUCKETT; LUNDMAN, 2003).

Esses estudos também mostram que a relação entre idade e taxa de elucidação não é linear, ela depende da rapidez da investigação criminal. Homicídios de crianças tendem a ser relatados mais rapidamente do que os cometidos contra idosos. Nos casos das vítimas crianças, frequentemente os agressores são parentes ou conhecidos da família. Já no caso dos idosos, os agressores, na maioria das vezes, são desconhecidos e praticaram os homicídios em conjunto com outros crimes (REGOECZI; JARVIS; RIEDEL, 2008).

Como descrevemos nos capítulos anteriores, os homicídios registrados na AMB concentram-se em bairros com população de baixa renda, com precária infraestrutura urbana e pouco acesso aos serviços públicos. Assim, o baixo desempenho da investigação criminal nesses municípios reafirma os efeitos da exclusão social e segregação espacial, sugerida pela literatura.

Os estudos também destacam a importância das *variáveis situacionais* relativas ao local do crime, tipo de arma utilizada, correlação com outros crimes, relação entre a vítima e o agressor e relação com o tráfico de drogas e gangues.

No que diz respeito ao local, pesquisas mostram que os homicídios que acontecem em áreas desocupadas, terrenos baldios, matas e florestas são menos prováveis de serem elucidados do que aqueles ocorridos em áreas públicas (REGOECZI *et al.*, 2000; ADDINGTON, 2006; LITWIN; XU, 2007; MOUZOS; MULLER, 2001). Isso acontece porque é menos frequente a presença de testemunhas nessas áreas desocupadas.

Já os crimes ocorridos nas ruas ou áreas públicas tendem a ser elucidados mais facilmente, em função da existência de um grande número de testemunhas. O mesmo pode ser dito com relação aos homicídios cometidos em casas, bares e boates. A existência de testemunhas e a facilidade de coletas evidências aumentam a probabilidade de elucidação desses casos.

Com relação ao instrumento utilizado pelos agressores, as pesquisas sugerem que os homicídios cometidos com armas de fogo tendem a ser mais difíceis de elucidar do que aqueles cometidos com facas, bastões ou outros instrumentos que exijam contato físico (REGOECZI *et al.*, 2000; ALDERDEN; LAVERY, 2007; LITWIN, 2004; LITWIN; XU, 2007). As evidências deixadas por lutas, agressões ou outras situações de contato físico são mais fáceis de serem coletadas.

Exames periciais são capazes de confrontar os projetis com a arma que realizou os disparos. Entretanto, nesses casos é necessário apreender a arma do crime. Assim, os casos em que a arma foi apreendida tendem a ser mais fáceis de elucidar (COSTA, 2011). O mesmo pode ser dito com relação as mortes por envenenamento. A identificação das substâncias utilizadas pode ajudar a descobrir o agressor. Em todas essas situações, o papel da perícia é fundamental para a produção de evidências que servirão para instruir o processo criminal.

A correlação de homicídios com outros crimes também ajuda a explicar o desempenho das polícias na investigação criminal. Homicídios cometidos em conjunto com outros crimes são mais difíceis de elucidar (JARVIS; REGOECZI, 2009;

ROBERTS, 2007; LEE, 2005). No caso dos latrocínios e dos estupros, via de regra, vítimas e agressores são desconhecidos e os encontros são fortuitos.

Os casos de homicídios relacionados ao tráfico de drogas e a gangues também são mais difíceis de serem elucidados. Além disso, quando elucidados, é menos provável a prisão em flagrante dos agressores (RIEDEL; JARVIS, 1998; JARVIS; REGOECZI, 2009). Isso ocorre porque a atuação das gangues e dos traficantes inibe a colaboração da população, exigindo da polícia maior esforço de investigação.

Interessante notar que, como apontamos nos capítulos anteriores, 57,4% dos homicídios registrados na AMB em 2010 foram cometidos em vias públicas, onde a presença de testemunhas é mais frequente. Outros 30,2% dos homicídios aconteceram em residências (19,1%) ou estabelecimentos comerciais/bares (11,1%), locais com testemunhas e relativamente favoráveis a produção de provas periciais. Além disso, 14,7% dos homicídios resultaram de facadas. Apesar de todas essas situações serem descritas pela literatura como favoráveis à elucidação dos homicídios, o desempenho da investigação criminal na AMB é muito fraco.

Alguns estudos também sugerem que a maior parte dos homicídios pode ser facilmente elucidada se receber atenção adequada dos policiais, resposta rápida e recursos suficientes para coleta de informações e produção de evidências (INNES, 2002; WELLFORD; CRAMIN, 1999; REGOECZI; JARVIS; RIEDEL, 2008).

As primeiras horas da investigação são fundamentais para a obtenção de materiais e relatos que podem ajudar a elucidar os homicídios. Quanto mais demorada for a reação da polícia, maior a possibilidade de perda de material e de relatos de testemunhas. À medida que o tempo passa, aumentam as chances de as possíveis testemunhas se esquecerem de fatos ou detalhes importantes dos acontecimentos. Além disso, aumentam as possibilidades de os agressores fugirem, ameaçarem testemunhas ou encobrirem evidências. Ou seja, a elucidação de homicídios também depende da forma como as polícias estão estruturadas e organizadas para investigá-los.

Ao que parece, a precariedade da estrutura de segurança pública nos municípios da Área Metropolitana de Brasília parece ter grande impacto no desempenho dos homicídios.

A seguir analisaremos os principais resultados do estudo de fluxo de justiça criminal das cidades que mais se destacaram no âmbito da pesquisa: Águas Lindas de Goiás, Luziânia e Valparaíso de Goiás. Tais cidades apresentam números expressivos de homicídios e foram objeto do estudo em profundidade da estrutura urbana, dos equipamentos públicos em geral e da justiça, segurança pública e demais aspectos que constam em outros capítulos deste relatório.

O fluxo de justiça em Águas Lindas de Goiás, Luziânia e Valparaíso

Para as cidades estudadas com maior profundidade, foram identificados 30 registros no TJGO, sendo que sete deles não eram ainda ações penais. A cidade com o maior número de registros – Luziânia – não é a maior em número de denúncias, mas é a maior em número de sentenças, embora a diferença entre esses dois elementos seja pequena em relação às demais cidades. No entanto, impressiona o resultado de Águas Lindas de Goiás se considerarmos o número de registros (dez) e o número de sentenças (uma). Nesse caso há indicação de uma dificuldade no prosseguimento e conclusão da ação penal.

Observamos também que todas as sentenças proferidas nas cidades estudadas foram condenatórias. Ou seja, quando a ação penal chega ao julgamento pelo Tribunal do Júri é porque o conjunto probatório aponta para uma materialidade e autoria suficientemente comprovadas nos autos.

Tabela 3.2: Homicídios, denúncias e sentenças por cidade – 2010

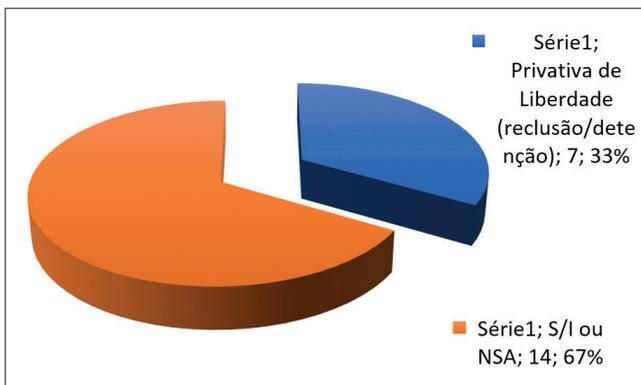
Cidade	Homicídios	Denúncias	Sentenças
Águas Lindas de Goiás	101	7	1
Luziânia	145	7	4
Valparaíso de Goiás	114	8	2
TOTAL	360	22	7

Fonte: NEVIS/UnB.

De toda forma, este tópico possibilita reafirmar uma constatação presente na literatura internacional a respeito do funcionamento do Sistema de Justiça Criminal: a cifra legal (que, já dissemos, é a diferença entre o que teve registro na polícia e os casos sentenciados) é bastante alta. Observados o número de homicídios e o quantitativo de sentenças por cidade temos que somente 0,99% dos casos de Águas Lindas de Goiás chegaram à última etapa do filtro, que 2,75% dos casos de Luziânia chegaram ao fim e que 1,75% dos casos de Valparaíso de Goiás foram concluídos.

Nas etapas intermediárias o percentual de resposta do SJC fica em 31,83%, uma vez que dos 22 casos em que houve denúncia, sete foram sentenciados. Contudo, o funcionamento do sistema não deve ser medido apenas por esse tipo de resposta, pois nos casos estudados observamos que um deles chegou ao fim sem que houvesse julgamento (sentença); trata-se de um homicídio registrado em Luziânia no qual houve pedido de arquivamento pelo Ministério Público. Em outro caso em que houve sentença não foi por homicídio, e sim houve desclassificação e condenação por lesão corporal seguida de morte. É o único caso em que a pena é menor e o regime é aberto, conforme se vê nos gráficos que seguem.

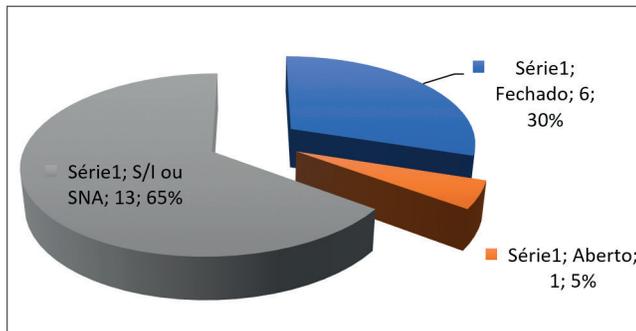
Gráfico 3.1: Natureza das penas



Fonte: NEVIS/UnB.

Sobre as condenações por crimes de homicídio, chama atenção o fato de que todas foram por homicídios qualificados – artigo 121, parágrafo 2º do Código Penal, havendo sempre mais de uma qualificadora. As penas aplicadas nesses casos foram altas (de 13 anos a 29 anos, 5 meses e 26 dias), privativas de liberdade e em regime inicial de cumprimento de pena fechado.

Gráfico 3.2: Regimes prisionais



Fonte: NEVIS/UnB.

Análise descritiva dos processos

Foram lançados no sistema criado para acompanhamento do fluxo de justiça criminal referentes aos processos das três cidades destacadas um total de 20 processos, distribuídos da seguinte maneira: Águas Lindas de Goiás (seis); Luziânia (oito); Valparaíso de Goiás (seis).⁴

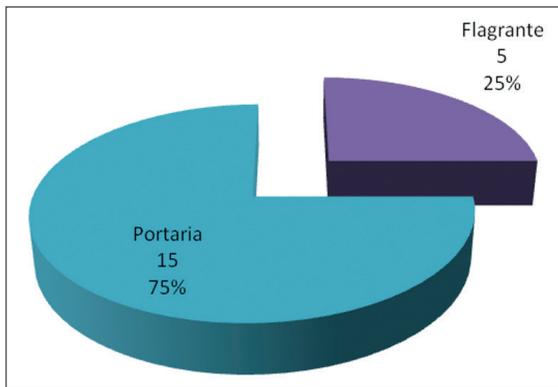
Os processos estudados foram iniciados por portaria na maior parte dos casos (75%). Chama atenção o número baixo de instaurações por flagrante, o que nos permite constatar que o tipo de instauração não necessariamente refletirá no percurso

⁴ A diferença entre o quantitativo de denúncias (processos) e o quantitativo de preenchimentos no sistema (excluídos os inquéritos que não se transformaram em processos) se deve ao fato de que um dos processos de Águas Lindas de Goiás estava com carga para o Ministério Público e por essa razão não tivemos acesso a ele. Além disso, dois processos de Valparaíso de Goiás estavam concluídos para sentença com a juíza.

e tratamento dos casos na fase processual em termos de agilidade na tramitação e resolução dos mesmos, uma vez que, a princípio, poderia parecer mais óbvio que os processos mais avançados fossem aqueles em que o autor já é conhecido desde o início.

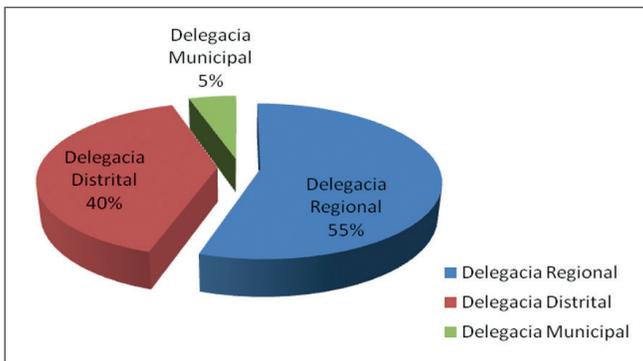
A partir das informações coletadas foi possível constatar, também, que, quanto ao tipo de delegacia onde os casos foram registrados, houve maior recorrência de Delegacias Regionais (55%), seguidas de Delegacias Distritais (40%).

Gráfico 3.3: Formas de instauração dos inquéritos policiais



Fonte: NEVIS/UnB.

Gráfico 3.4: Tipos de delegacias



Fonte: NEVIS/UnB.

A relação entre o resultado dos julgamentos no momento processual identificado (em que grande parte das decisões ainda não mereceu uma decisão definitiva, passada em julgado) pode ser objeto de análise em face da forma de condução original do caso policial, levando em consideração a forma pela qual o delito recebeu a abordagem inaugural.

A análise importa especialmente em razão de ser pacífico o fato de que a seletividade do sistema, tão evidenciada entre os diversos doutrinadores das ciências criminais, localiza-se não na atividade judicial, mas “na porta de entrada do sistema” (fase policial). Depois dessa fase vestibular, muito pouco é feito pelo Judiciário, cuja atividade e respectivo resultado praticamente em nada modificam a seleção original. Assim é, por exemplo, no tocante à seletividade penal do tráfico de drogas, como se vê no trecho que se segue:

Enquanto os juízes imaginam que têm um grande poder ao julgar e aplicar a pena, percebe-se que, na verdade, o poder está com o policial que efetua a prisão, que é o responsável pelo primeiro julgamento, realizado de acordo com as possibilidades de efetuar a prisão e, eventualmente, de com a situação financeira do suspeito. Uma vez apresentado em juízo um preso em flagrante por tráfico, o magistrado não terá condições de perceber como ocorreu de fato sua prisão, pois ele depende exclusivamente da palavra do policial, que normalmente é a única testemunha arrolada pelo Ministério Público.

Conforme confirmado na análise de sentenças, os policiais são os responsáveis pela montagem das provas a serem apresentadas nos processos, e quase nunca são questionados em juízo. Tal situação pode ser comprovada quando os juízes, de forma quase idêntica, citam julgados para fundamentar a sentença no sentido de prevalecer a palavra do policial para embasar a condenação do acusado. O baixo número de absolvições em primeira instância [...] também comprova essa tese. (BOITEUX, 2009, p. 45).

No mesmo sentido e de forma ampla (sem foco na questão do tráfico/droga), são as falas de Zaffaroni (2012) e Oliveira (2013), identificando a força definidora e seletiva da atividade policial/administrativa. Dado esse quadro, seria de se esperar que

a *circunstância-mais-policial* do “flagrante” ostentasse uma força definidora maior que a *circunstância-mais-administrativa* da instauração inquisitória via “portaria” (ato de polícia judiciária). O “flagrante” já traz consigo, desde o início, o “*testemunho oficial administrativo*” que raramente é afastado no processamento dessa escolha seletiva do contingente humano designado por Zaffaroni como “clientela fixa”.

No entanto, os resultados apurados não evidenciaram essa suposta tendência, exibindo, nos casos concretos, mais sentenças condenatórias de primeiro grau em casos originados de portaria do que em casos oriundos de autos de prisão em flagrantes, como se vê do quadro abaixo.

Tabela 3.3: Portaria x flagrante

Instauração	Denúncia	Sentença
Portaria	15	4
Flagrante	5	3
TOTAL	20	7

Fonte: NEVIS/UnB

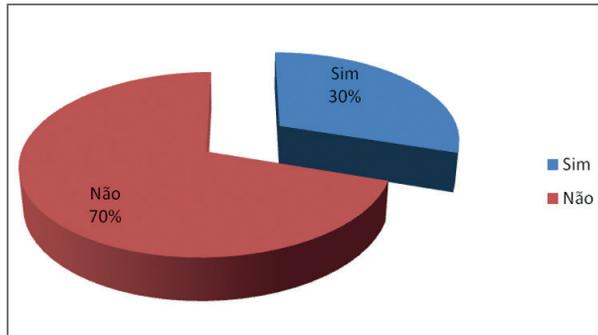
Outra informação importante advém de constatar, na tabela 3.3, a evidente prevalência da abertura do procedimento inquisitório pela via de portaria sobre a via do Auto de Prisão em Flagrante (APF), em uma relação de 75% por 25%. Mesmo para os que defendem a tese de que todos os sucessivos modelos epistemológico-criminais guardam, por vias próprias, uma feição não-preventiva (e de fato guardam), é certo que a atuação estatal por ato formal de instauração administrativa se mostra, em alguma medida, menos reativa que a atuação via identificação de “flagrante”.

A partir dos processos analisados, constatamos que a maior parte dos crimes foi praticada por uma pessoa apenas (70%), que tinha à época do fato entre 16 a 46 anos. Em geral os réus são do sexo masculino. Dos 31 réus identificados nos 20 processos, apenas duas eram mulheres.

As profissões são variadas com predomínio para o setor terciário (prestação de serviços): pintor, pedreiro, ajudante de pedreiro, lavrador, garçom, borracheiro,

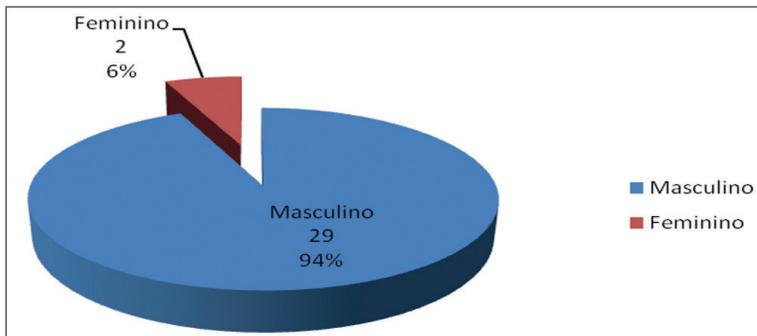
vendedor, corretor de imóveis, serralheiro, flanelinha, mecânico, estudante, porteiro, empregada doméstica, “do lar” e outras. Na época do fato, três estavam desempregados e um foi qualificado como “vadio”.

Gráfico 3.5: Crimes cometidos por mais de um réu?



Fonte: NEVIS/UnB

Gráfico 3.6: Sexo dos réus

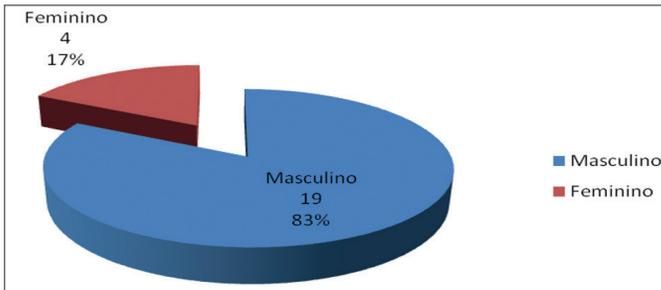


Fonte: NEVIS/UnB

Na maior parte dos casos (95%) houve vítima única, com idades que vão de 14 a 48 anos. Não há registros, contudo, para os intervalos etários que estão entre os 15 e 20 anos e também entre os 33 e 40 anos. A maior parte das vítimas são do sexo masculino (86%) e tinham as seguintes profissões: supervisor industrial,

eletricista, lavrador, cabeleireiro, psicólogo, estudante, ajudante de pedreiro, “do lar”, aposentado, carroceiro, desempregado, entre outras.

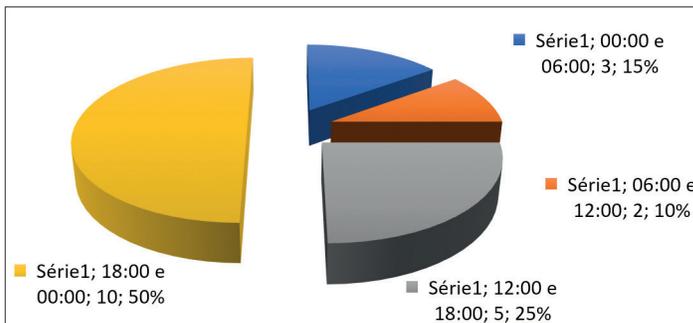
Gráfico 3.7: Sexo das vítimas



Fonte: NEVIS/UnB

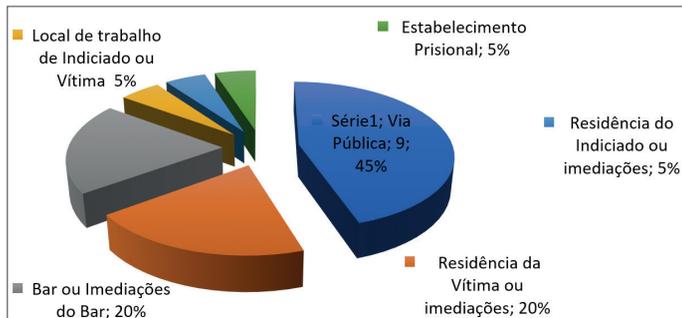
Constatamos que os crimes ocorreram, na maior parte dos casos, durante a noite (65%) e em via pública (45%). Foi registrada também grande recorrência de homicídios em bares ou suas imediações e na residência da vítima ou proximidades, ambos com 20%.

Gráfico 3.8: Horários dos homicídios



Fonte: NEVIS/UnB

Gráfico 3.9: Locais dos homicídios



Uma questão importante em relação aos casos de inquéritos iniciados por portaria está no fato de que, desse contingente, 53% têm por objeto condutas praticadas em via pública, 26,7% abordam condutas praticadas em bar ou nas proximidades de bar e 20% investigam/processam condutas executadas pelo agente na residência da vítima ou imediações, conforme descrito na tabela 3.4.

Tabela 3.4: Forma de instauração x local

Instauração	Via pub	Bar/Com	Res.	Prisão	TOTAL
Portaria	8	4	3	0	15
Flagrante	1	1	2	1	5
TOTAL	9	5	5	1	20

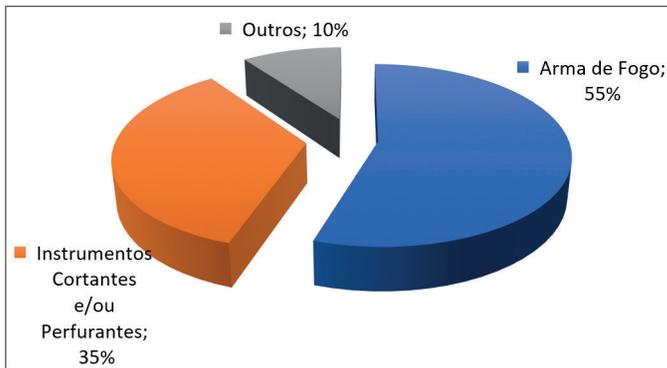
Fonte: NEVIS/UnB.

Já em relação ao contingente de feitos iniciados por *flagrante delicto*, observamos uma distribuição homogênea do tipo de local de cometimento de delitos, à razão de 20%, nos seguintes ambientes: bar ou imediações, residência do indiciado ou imediações, outro (estabelecimento prisional) e via pública; e 40% na residência da vítima ou imediações. Essa distribuição afasta um imaginário modelo inverso e estereotipado em que teríamos “flagrantes” concentrados em vias públicas, relacionados à supervisão urbana, e casos de “portaria” supostamente concentrados em

ambientes privados, no âmbito da esfera de privacidade da vítima ou do indiciado. Como se vê, nos casos estudados ocorreu o inverso.

Observamos que em 55% dos casos a arma de fogo foi o tipo de arma utilizada para a prática dos crimes. As armas brancas, contudo, têm também uma boa presença, figurando em 35% dos casos.

Gráfico 3.10: Armas utilizadas



Fonte: NEVIS/UnB

Há um percentual significativo de solicitação de exames e perícias na fase policial. Em todos os casos analisados houve exame de corpo de delito e em 55% dos casos houve perícia de local de crime. Contudo, apesar de a arma de fogo ter sido a mais usada no cometimento dos crimes, não houve casos de realização de exames residuográficos, identificação de armas e microcomparação balística.

Os tipos de exame verificados na amostragem foram os seguintes: Necropsia, Cena de Crime ou Laudo de Levantamento de Local, Lesões Corporais ou Corpo de Delito, Eficiência da arma,⁵ Residuográfico,⁶ Pesquisa de sangue, Pesquisa de PSA, Identificação de Tóxico-entorpecente, Reconhecimento de pessoa e Exame

⁵ Perícia para verificar se a arma do crime é capaz de atirar ou causar o dano verificado – válido para armas de fogo e para armas brancas.

⁶ Identificação de eventuais resíduos de pólvora na mão de autor ou vítima.

pericial em veículo.⁷ Os cinco últimos decorreram da análise em aberto (outros) e não constavam do formulário da pesquisa.

Em determinados casos se verificou inclusive a realização e repetição de exames, em datas diversas. Houve casos em que a autoridade policial realizou até cinco, sete ou nove exames referentes a um mesmo caso (dentre eles alguns repetidos), seja por cautela, por imprecisão do resultado ou por impugnação de alguma das partes.

Embora os dois processos que apresentaram o maior número de exames realizados, o primeiro com nove exames e o segundo com sete, não tenham encontrado termo final (julgamento) por razões diversas,⁸ o quantitativo de exames não deve ser visto como causa dessa “não conclusividade”.

No entanto, a acentuada realização de exames está, de certo modo, associada a um pequeno aumento do tempo de processamento. Basta ver, por exemplo, que em diversos processos no curso dos quais foram realizados cinco exames periciais, foi proferida sentença de primeiro grau nas datas de 1/6/2011, 3/9/2012 e 30/5/2011, respectivamente. Isso significa, considerando as datas dos fatos investigados, que esses processos chegaram à fase de sentença de primeiro grau em aproximadamente 30, 20 e 10 meses, respectivamente.

Já no caso dos processos nos quais foram realizados apenas um, dois ou três procedimentos periciais, houve prolação de decisões condenatórias de primeiro grau em 26/3/2012, 25/9/2012 e 4/7/2012, o que significa, nos referidos casos, que alcançaram a fase de sentença em 11, 26 e 10 meses, respectivamente.

Essa pequena redução, no entanto, não significa algo relevante, considerando que a “certeza técnica” trazida pelos exames poderá se traduzir (ou não) em garantia de qualidade da decisão. Portanto, a realização de vários exames ou sua utilização

⁷ Caracterização e descrição de conteúdo, fragmentos de digitais, coleta de microvestígios, vistoria em objeto, confronto de material genético.

⁸ O primeiro foi arquivado e o segundo se encontra concluso para sentença (alegações finais do MP em 25 de junho de 2013).

em feições “moderadas” não está associada à morosidade do sistema, como se poderia pressupor em análise rasteira dos casos.

Verificamos que ao todo foram ouvidas 77 testemunhas, das quais 80,5% depuseram sobre fatos, 3,9% depuseram sobre o “caráter” do acusado e em 15,7% dos casos não foi possível identificar a natureza do depoimento.

Na amostragem analisada pudemos identificar, observando o levantado apenas no tocante às primeiras testemunhas de cada processo, que dentre estas, 35% tinham relação de parentesco com a vítima, 25% eram a própria autoridade policial, 15% eram conhecidos da vítima, 10% tinham tipo diverso de relação. No caso de 15% das “primeiras testemunhas”, não foi possível identificar qualquer nível de relacionamento com o indiciado ou a vítima.

No caso das “segundas testemunhas”, 30% tinham relação de parentesco com a vítima, 15% eram as próprias autoridades policiais, 30% eram conhecidos da vítima, 5% tinham tipo diverso de relação, 5% eram conhecidos do acusado e 18,75% guardavam outro tipo de relação (em geral), 5% eram conhecidos do indiciado e 12,5% eram parentes do indiciado. No caso de 15% das testemunhas não foi possível identificar qualquer nível de relacionamento com o indiciado ou a vítima.

No caso das “terceiras testemunhas” 25% tinham relação de parentesco com a vítima, 6,25% eram as próprias autoridades policiais, 18,75% eram conhecidos da vítima, 10% tinham outro tipo diverso de relação, 12,5% eram conhecidos do indiciado, 12,5% eram parentes do indiciado. No caso de 18,75% das testemunhas não foi possível identificar qualquer nível de relacionamento com o indiciado ou a vítima.

Finalmente, nos casos das “quartas testemunhas”, 15,38% tinham relação de parentesco com a vítima, 7,6% eram as próprias autoridades policiais, 30,76% eram conhecidos da vítima, 23,07% eram conhecidos do indiciado, 10% tinham outro tipo diverso de relação. No caso de 15,38% não foi possível identificar qualquer nível de relacionamento com o indiciado ou a vítima.

Sobre a relação réu e vítima podemos dizer que eram conhecidos em sua maior parte (60%). Vizinhos e pessoas que possuem relação de trabalho dividem o segundo lugar, com

15% cada. Em último lugar aparecem os cônjuges, companheiros, ou amasiados, com apenas 1,5%, que é o mesmo percentual de crimes ocorridos entre pessoas desconhecidas.

A maior parte dos casos de homicídio que estudamos ocorreu motivada por vingança ou resposta a ameaça (35%), sendo, portanto, homicídios qualificados. Em 17% dos casos as mortes estão vinculadas ao tráfico ou uso de drogas e 13% se devem a desentendimentos momentâneos sem histórico anterior que as justificassem.

Um dos grandes problemas para se dar prosseguimento às ações penais são os obstáculos a citação dos réus. Nos casos analisados os réus foram citados pessoalmente em 15, mas isso significa, confrontando-se esse dado com outras informações do questionário da pesquisa, que a maior parte deles eram réus que estavam presos. Essa informação é corroborada pelo gráfico que segue, pois em geral não houve dificuldade para citá-los.

Tentando estabelecer algumas correlações sobre os elementos processuais que temos até esta altura, destacamos que apenas 10% da amostra de citações foram promovidas por carta precatória (hipótese que não afasta a citação pessoal na jurisdição deprecada) e outras 10% por meio de edital. Nenhum caso de condenação – até o presente momento – incidiu em qualquer dessas exceções, conforme demonstra a tabela 3.6. Como se pode observar, nos casos em que houve citação por edital ou em que sequer houve citação, tampouco houve decisão em qualquer sentido.

Tabela 3.5: Processos, por tipo de citação

Citação	Denúncias	Sentença
Pessoal	16	7
Edital	2	0
Carta Precatório	2	0
TOTAL	20	7

Fonte: NEVIS/UnB.

Na fase judicial quase não houve produção adicional de provas. O percentual alto da resposta “Sem Informação” se deve ao fato de que poucos processos entre os estudados chegaram nessa fase. Em 35% dos casos houve decisão de pronúncia.

O alto percentual da resposta “Sem Informação” se deve ao mesmo motivo mencionado anteriormente – os processos analisados ainda não chegaram nessa fase. A resposta “Não se Aplica” para um dos casos significa que houve desclassificação para Lesão Corporal Seguida de Morte, não tendo havido decisão de Pronúncia, e sim sentença final condenatória pelo juiz singular.

Gráfico 3.11: Pronúncias

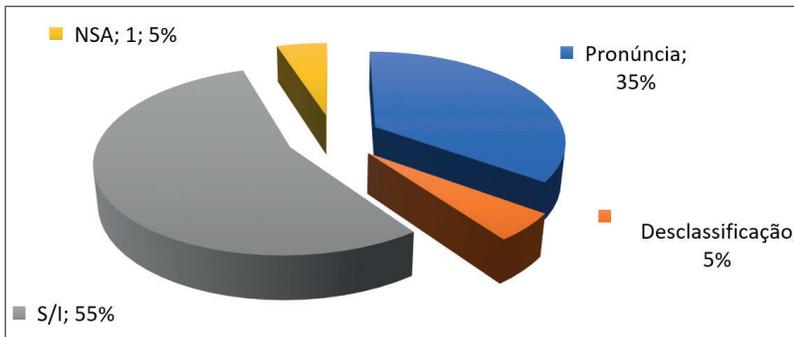
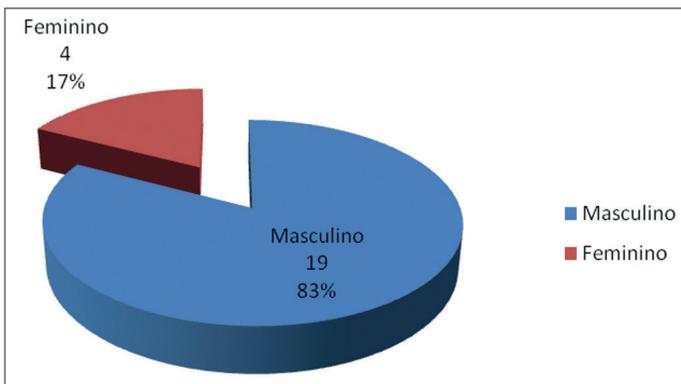


Gráfico 3.12: Sexo das vítimas



Considerações finais

Ao final deste estudo de fluxo nos encontramos com uma situação extremamente crítica no que tange à adequação da resposta do Sistema de Justiça Criminal diante do

crime que é, em tese, o mais grave, o mais visível, e por isso com menor cifra oculta que conhecemos. Existem problemas tanto para elucidar crimes quanto para sentenciá-los. Não há etapa do SJC que esteja funcionando a contento na Área Metropolitana de Brasília. Ela pode ser vista, nesse aspecto, como um limbo administrativo entre o Distrito Federal e o estado de Goiás. Os 55% de perícia em local de crime indicam isso, em razão das grandes distâncias percorridas pela equipe de peritos para alcançar esses espaços, enquanto dissemos no início deste capítulo que a rápida apuração é um elemento muito importante e ela começa lá no local do crime, onde muitas vezes não chegam nem peritos, nem outros profissionais. Outro indicativo disso é o pequeno número de flagrantes (25%), o que denota ausência de autoridades no local.

Os dados revelam a caracterização de um tipo de conflito muito próprio da região estudada, cujos resultados vitimizam os próprios pares, homens, jovens: conflitos individuais – predominância de um só autor e uma só vítima, entre pessoas conhecidas que não diferem muito em termos de grupo social, em geral por armas curtas (de acordo com os entrevistados, porque os exames periciais não foram precisos a esse respeito), em locais públicos nos quais a presença da droga não é confirmada (17%), embora seja referência frequente nos discursos que tentam explicar esses conflitos, como veremos no capítulo 4.



CAPÍTULO 4

Os profissionais do sistema de justiça criminal

Bruno Amaral Machado e Maria Stela Grossi Porto

Para entender o baixo desempenho das polícias da Área Metropolitana de Brasília, bem como do Sistema de Justiça Criminal, é necessário compreender as condições de trabalho desses profissionais e suas representações sobre a violência e a criminalidade. Neste capítulo, descrevemos alguns resultados das discussões que tiveram lugar nos Grupos Focais que realizamos com peritos, delegados, promotores e magistrados que atuam nos municípios da AMB.

A prova técnica e os peritos

As pesquisas realizadas sobre homicídios apontam que a prova técnica ou científica é fundamental para o esclarecimento da autoria dos crimes. A relevância do conhecimento técnico é reconhecida também pelos profissionais que atuam na área criminal. O grupo focal realizado com peritos permite conhecer com mais profundidade como esses profissionais, que desempenham um papel relevante no processo penal, representam socialmente a função a eles atribuída, as interações com outros atores sociais, as dificuldades enfrentadas e realidades locais.

Entre as cidades que compreendem a Área Metropolitana de Brasília, apenas Luziânia e Formosa, situadas em posições geográficas opostas em relação ao Distrito Federal, contam com estrutura, ao menos formal, de Polícia Técnica. Entre os peritos que participaram do grupo focal, três homens e uma mulher, todos apresentam longa experiência

na carreira, com tempo de serviço público na área entre sete e 16 anos. As formações também são variadas: um médico legista, dois biomédicos e um farmacêutico. O total do efetivo de Luziânia é de dez peritos, na prática nove, em razão do revezamento de férias. Na unidade de Medicina legal, o efetivo chega a 14 profissionais, o que é descrito como avanço em relação aos anos anteriores, em que os médicos legistas não chegavam a sete. A abrangência alcança dez municípios, com distância considerável entre eles. Muitos deslocamentos diários perfazem 400 km, entre ida e volta à sede, em Luziânia.

Na prática, a equipe restringe-se ao perito, motorista e auxiliar. Ao logo do mês, são cinco plantões de cada perito, e apenas no fim de semana dois peritos destacados. A ausência de estrutura adequada faz com que não exista equipe para homicídios totalmente especializada e exclusiva, o que é descrito como modelo ideal. A estrutura material também não atende às necessidades. Na ausência de um laboratório, os exames complementares devem ser realizados em Goiânia. A dimensão e relevância de Luziânia demandaria uma estrutura própria e independente de Goiânia, o que supõe investimentos públicos, tanto material, com equipamentos para a realização dos exames necessários, quanto humano, com peritos com distintas especializações e equipes para atender às necessidades locais. A mudança das condições de trabalho supõe a criação de laboratórios especializados nas mais diversas áreas, como medicina legal, radiologia, bioquímica, informática. A precariedade do serviço público tem consequências importantes. Alguns dos laudos, especialmente aqueles que dependem de Goiânia, demoram até dois anos. Para todo o estado de Goiás há poucos peritos para áreas específicas, e a demanda de Luziânia está próxima de 40% de todo o estado.

O auxílio de Brasília, pela proximidade geográfica, enfrenta obstáculos burocráticos. Para casos urgentes, em mais de uma oportunidade, o auxílio foi fundamental. Contudo, a estrutura da Polícia Técnica da capital, avaliam os peritos, também já não seria suficiente para a crescente demanda dos últimos anos. Ou seja, seria uma dificuldade adicional assumir a enorme demanda das cidades da Área Metropolitana.

A representação sobre as habilidades específicas que exigem o cargo varia. Concorde-se que as áreas de exata e biomédicas seriam as mais adequadas, em razão

de habilidades específicas da profissão. Porém, enfrentar cenas violentas não seria para todos. O aprendizado na prática aparece nos relatos como fundamental. A teoria não basta, seria apenas um pressuposto. Necessita-se de um tempo mínimo, a prática. O aprendizado a partir da prática poderia ser facilitado e difundido por meio de protocolos de atuação. A padronização é um caminho que já existe em alguns estados, e que poderia ser pensada para todo o país, sugerem alguns dos peritos.

A abrangência das áreas para a realização da perícia é grande e, muitas vezes, exige longos deslocamentos. Além disso, não raramente, há o registro e chamadas por ocorrências por mortes violentas simultâneas, o que faz parte da rotina de trabalho. Nos relatos aparece a diversidade de perícias necessárias, especialmente em relação a situações de mortes violentas. A realização da perícia de local depende do rápido acesso ao local do fato. Nos relatos sobre as condições de trabalho, aparecem as críticas de que todos estão sobrecarregados. Não raramente, os exames técnicos são realizados em sequência, chegando a oito exames de local no prazo de 12 horas.

Embora reconheçam a necessidade de procedimentos diferenciados para a realização de exames de local, de acordo com as características do local do fato, não existiria um protocolo formalizado de atuação. Na prática, segundo a experiência, percebe-se a necessidade de diferentes procedimentos em razão dos vestígios a serem encontrados, como sugerem os trabalhos técnicos em locais fechados e abertos. Nestes, inúmeros inconvenientes e pressões externas aparecem, e normalmente dependem da colaboração da Polícia Militar, que não raramente pressiona pela rapidez, muitas vezes pela dificuldade em lidar com a pressão de populares e pela necessidade de atender outras ocorrências. A peculiaridade dos locais dos fatos na região também é um complicador, conforme informam os sujeitos da pesquisa. Não raramente os cadáveres são deixados em locais de difícil acesso, áreas isoladas, proximidade de cachoeiras e riachos. Muitos corpos, em estado de decomposição, também dificultam a realização dos exames.

O quadro de peritos é insuficiente para uma área geográfica muito extensa e com grande densidade populacional. Os homicídios não são os únicos casos que

demandam a realização da prova técnica, que concorre com diversos outros crimes, como tráfico de drogas, roubos, furtos, eventos no trânsito. Os homicídios são prioritários em relação a outros crimes, mas muitas vezes coincidem chamadas, e o critério cronológico é o primeiro fator considerado, em regra. A proximidade também pode ser relevante na escolha, pela facilidade logística de deslocamento.

Nas rotinas de trabalho, muitas vezes solitário, o perito elabora suas hipóteses e busca suas conclusões a partir dos vestígios encontrados. Nos relatos aparece a crítica à falta de contato com o delegado ou promotor de justiça. Ninguém parece se interessar pelas hipóteses. Um dos participantes relata experiência positiva, em que, em uma tentativa de homicídio, dois agentes de polícia teriam acompanhado diretamente, e o resultado foi muito positivo. A ausência de feedback deixa o perito na incerteza de que a prova atende as expectativas dos demais atores. Em um relato sobre a expectativa e avaliação dos juízes, relata um dos peritos: “Vocês responderam isso, isso e isso; mas a gente não precisa disso, a gente queria era isso, isso e isso” (Perito 4).

A falta de interação com os investigadores é criticada. A busca da prova testemunhal poderia ser complementada pela prova técnica adequada. A espera do laudo para dar início à interação é contraproducente e gera frustrações. As dúvidas poderiam ser sanadas com uma interação mais próxima logo no início, o que é muito raro. As razões para o distanciamento seriam várias. Um dos peritos destaca: “[...] a gente não sabe o que aconteceu lá fora e a gente não tem contato nem integração com a perícia criminal. Essa é a realidade [...] Não há a tradição em integrar... essa é a nossa realidade” (Perito 1).

Mas as hipóteses não se limitam à crítica à ausência de integração. Os relatos sugerem que o principal fator não seria a deliberada falta de vontade ou comprometimento dos investigadores. A grave deficiência de efetivo seria uma das razões predominantes. A estrutura da Polícia Civil é insuficiente para a população e a extensão geográfica das regiões que deveria atender. Entre os peritos, alguns são incisivos sobre a necessidade do coordenador da investigação no local. A Polícia Civil deveria assumir a responsabilidade pelo isolamento, mas raramente está no local. Na imagem sobre a investigação, a investigação já começa no local do crime. Um dos peritos, com atuação no SAMU de

Brasília, compara com a maior proximidade dos investigadores no DF, que inclusive se deslocariam aos hospitais para as primeiras impressões. Outros exemplos aparecem nos relatos, como o caso paulista, em que o perito fica dentro da delegacia.

A Polícia Militar é outro ator fundamental para a realização da prova pericial. Nos relatos aparecem os esforços para treinar os policiais militares a preservarem o local do fato. A interação teria efeito positivo, relata um dos peritos: “Eu dei palestra em alguns locais e, às vezes, eu chego ao local e (dizem) “Oh doutor, eu fiz dessa forma que o senhor falou. Você percebe já” (Perito 3).

As dificuldades para o isolamento do local são várias. Relata-se que 80% dos casos demandam perícia em via pública, e as dificuldades não viriam apenas da Polícia Militar, mas da população, da imprensa e mesmo do SAMU. O serviço médico muitas vezes compromete o trabalho técnico pois altera o local do fato. A necessidade de treinamento englobaria outros atores além dos profissionais que integram o serviço médico e a Polícia Militar. Nem todo policial consegue lidar e exigir da população o isolamento adequado. Em alguns locais a presença da Polícia Militar seria imprescindível até mesmo para garantir a segurança dos peritos.

A especialização de uma equipe destacada para homicídios geraria um ganho em eficiência, mas depende também de uma equipe de investigadores especializados. A plena compreensão da prova técnica suporia essa formação e especialização. Idealmente, seria articulada com o responsável pela condução da investigação, que deveria atuar e diretamente, segundo o caso.

Nos relatos aparecem também as dificuldades em relação à compreensão do laudo e exigência de rapidez. Na interação com o MP, um dos peritos relata que “o telefone não para”. Eventualmente, promotores ou juízes os procuram para informar-se sobre um quesito em particular. Um dos entrevistados critica, porém, a “falta de leitura”. Raramente há retorno de laudos para esclarecimentos complementares.

Os peritos, profissionais da prova técnica, na prática e pelas condições de trabalho, muitas vezes são os primeiros a chegar ao local. As percepções retratadas remetem aos contextos locais em que ocorrem as mortes violentas. Nas imagens

sobre os fatos envolvendo os homicídios noticiados, grande parte dos casos envolve mortes por acerto de contas, disputas entre gangues e tráfico de drogas.

A investigação policial e os delegados de polícia

Historicamente, os delegados assumiram a função de direção do inquérito policial e coordenação da investigação criminal. As pesquisas realizadas sugerem uma relação tensa com os promotores de justiça, e são frequentes as referências a intromissões indevidas à atividade descrita como privativa do delegado de polícia.

No grupo focal realizado com três delegados lotados em diferentes delegacias de cidades que compõem a Área Metropolitana de Brasília, os relatos deixam transparecer a banalidade da violência na região do Entorno. Não são raros os ajustes de contas pelo não pagamento de drogas ou disputas pelo ponto. Mas não se limitam a isso. As mortes em bares, decorrentes de brigas corriqueiras, a vingança. Na imagem descrita pelos delegados, haveria uma espiral de assassinatos. O autor de homicídio, não raramente, teria sido vítima de anterior tentativa de homicídio. Relata a delegada: “O autor já tinha sido vítima, a testemunha tinha sido vítima, no inquérito todo mundo, em questão de um ano, já tinha morrido... em um ano todo mundo morreu” (Delegado 1).

As representações sociais sobre as populações locais surgem repletas de este-réotipos difundidos no senso comum. A precariedade da estrutura urbana, a falta de condições mínimas de saneamento, o desemprego. Os relatos não divergem entre si:

[...] Santo Antônio, Novo Gama, Valparaíso, aqui mesmo, se você for analisar a raiz dessas pessoas é o retirante nordestino; o caro vem pra cá querendo ter uma melhora de vida, uma melhoria, e não vem sozinho, vem com a mulher, com cinco, seis filhos... É uma questão de comportamento, de educação, a pessoa é, geralmente, é uma pessoa mais rude, mais rústica, e aí gera esse tipo de coisa. [...] tem uma coisa de faca... (Delegado 3).

As alegações são de que as cidades são invadidas por um “povo diferente, cheio de vícios”. Os relatos prosseguem: “[...] vício de bebida, vício de droga, vício

de mulher, aí dá problema. É sempre assim. Então nesse ponto aí da discussão, da briga de bar que acontece com faca, peixeira...” (Delegado 3).

Nas rotinas da investigação policial surgem também as hierarquias segundo as dificuldades para o esclarecimento dos fatos. Alguns casos demandariam mais esforço, outros seriam de fácil resolução. Os eventos recorrentes em bares seriam de solução simples. Geralmente existem testemunhas, e o fato é rapidamente esclarecido. As mortes em casos de violência doméstica também não seriam de difícil esclarecimento.

Quando os homicídios envolvem o tráfico de drogas, as mortes ocorrem muitas vezes pela necessidade urgente de dinheiro: matam para roubar e manter o negócio. A precariedade da educação e assistência social aos jovens também seria um elemento importante. Muitas crianças sozinhas, em casa, expostas e sem o cuidado necessário.

À exceção dos casos que envolvem brigas em bar ou violência doméstica, os demais casos de homicídio seriam de difícil solução. Predomina o medo de testemunhar. O programa de proteção à testemunha nem sempre é de fácil acesso, e muitas vezes envolve sacrifícios grandes. Raramente há interesse. Mas o medo não seria o obstáculo mais importante no relato dos delegados. O grande obstáculo seria a ausência de recursos materiais e humanos para a investigação de todos os fatos. A investigação é complexa, demorada, o que demanda estratégias para gerenciar a escassez. Existem vários fatores que interferem nas rotinas das delegacias, os fatores políticos, pressões. Um dos delegados relata a pressão do Ministério Público para a atuação da polícia: “[...] muito homicídio a gente investiga na delegacia por questão de cobrança do Ministério Público; às vezes tem que parar tudo, aquele monte de ofício cobrando [...]” (Delegado 3).

Nas rotinas das investigações, especialmente dos homicídios, os delegados relatam a importância de se estar no local do fato, cuja dificuldade não decorre apenas da insuficiência material e humana. Os fatos muitas vezes ocorrem no período noturno, quando não há um plantonista em condição para atender a demanda de trabalho da delegacia. Os relatos de experiências, ainda que escassas, de acompanhamento desde o início, no local do crime, sugerem sua importância para o desenrolar da

investigação. Por outro lado, o relato de crime que chega via “ocorrência”, referente a fato da noite anterior, geralmente fica sem solução. Apesar da clara relevância da interação com os peritos logo no início, a deficiente estrutura material e humana das delegacias inviabiliza o trabalho de acompanhamento.

Os relatos sugerem que os grupos de extermínio, especialmente envolvendo policiais, não seriam comuns atualmente. Sugere-se que há algum tempo, a imagem era de que tanto a Polícia Civil quanto a Militar “matavam muito”. Mas nos últimos dez anos, devido a uma renovação importante, isso teria melhorado. Os casos envolvendo a polícia têm sido raros.

As perícias são avaliadas como fundamentais no esclarecimento da autoria dos fatos. As perícias conclusivas são elogiadas. Mas surgem também as críticas de que a estrutura é precária. “Você não pode contar muito com a nossa Perícia, nós podemos contar com eles pra fazer o local do crime” (Delegado 2).

Pouquíssimos casos seriam concluídos da forma ideal, com provas conclusivas, tanto técnicas quanto testemunhais. Na prática, diante da deficiência da prova técnica, a prova testemunhal é predominante.

Na interação com os promotores de justiça, os delegados ressentem a cobrança do Ministério Público e a indiferença com as condições para se conduzir um inquérito policial. As rotinas da investigação demandam diferentes estratégias e o sigilo é muito importante. Um dos relatos aponta que nem sempre tudo pode ser “explicitado”. A interação varia segundo relações pessoais, nem sempre há compreensão das enormes dificuldades materiais e humanas da Polícia Civil. De acordo com eles, a estrutura material do Ministério Público é muito superior, mas há pouco esforço para melhorar as condições da polícia. Além disso, poucos compreendem as questões envolvidas na investigação, que envolve *expertise* e um saber especializado. As técnicas para obtenção de confissões nem sempre são bem compreendidas, muitas vezes paira a suspeita de tortura ou excesso por parte da polícia. Nem sempre a existência de uma promotoria especializada é suficiente para uma maior interação. A exigência de rapidez e a expectativa de alguns promotores revelam desconhecimento da complexidade da investigação.

O elevado volume de flagrantes por crimes diversos demanda uma estrutura maior. Além disso, a delegacia conduz também o gerenciamento de pessoal, o que concorre com a direção da investigação. Muitos casos acabam na fila, à espera. Os flagrantes por homicídios são raros. Para contornar as dificuldades geradas pelo medo das testemunhas, uma solução seria um disque-denúncia que funcionasse de fato. Não se nota uma desconfiança ou animosidade da população, mas são poucas as ligações espontâneas para noticiar algum fato.

Os relatos remetem, também, à omissão do Estado e indiferença ao crescimento da região. O Estado deveria investir na Polícia Civil e na Polícia Técnica, não há outro caminho caso se pretenda uma mudança das condições de investigação e esclarecimento dos homicídios no Entorno, avaliam os delegados de polícia. Deveria investir também em capacitação e treinamento. Os cursos oferecidos concentram-se em Goiânia, o que praticamente inviabiliza a participação de agentes policiais, com salários por volta de R\$ 2.900,00. Os estímulos para a capacitação são escassos e os sacrifícios, enormes.

O Ministério Público e a persecução penal

O Ministério Público desempenha um papel fundamental na divisão do trabalho jurídico-penal no Brasil. A regra para o início da persecução penal é a ação penal pública, de iniciativa dos membros do Ministério Público, procuradores da República (MPF) ou promotores de Justiça, no caso dos Ministérios Públicos estaduais. A organização transformou-se radicalmente a partir da Constituição Federal de 1988, quando ganhou autonomia administrativa e orçamentária. Do ponto de vista organizacional, a independência funcional é uma das características mais importantes, e que a diferencia dos congêneres em outros países.

No grupo focal participaram cinco promotores de justiça com atribuições, em regra não exclusivas, relacionadas a crimes dolosos contra a vida (homicídios, entre outros crimes). Entre os promotores lotados no tribunal do júri nas cidades que englobam a Área Metropolitana de Brasília, apenas um vivia anteriormente em

Brasília. Os demais promotores de justiça são originários de outros estados. Morar em Brasília, que conta com um aeroporto conectado com outras capitais brasileiras, é um dos atrativos para quem elege as cidades próximas como lotação para o desempenho das atribuições. O tempo de carreira varia entre quatro e 14 anos.

Ao longo dos anos, especialmente a partir de 2009, foi dado início ao que é denominado como “Projeto Entorno”. Houve uma melhoria das condições de trabalho, até então muito precárias, tanto do ponto de vista material quanto humano. Houve também uma redefinição do status das cidades da Região Administrativa, que passaram a ser consideradas de entrância intermediária, o que, do ponto de vista da carreira, representa um atrativo a mais. A precariedade não era unicamente da estrutura organizativa, mas de toda a rede de serviço público. Algumas sequer contavam com agência da Previdência Social, o que fazia com que as mais diferentes demandas fossem direcionadas para as promotorias de Justiça, sobrecarregadas com os mais diferentes assuntos. A imagem de que quando se trabalhava no Entorno a gente “não se sentia promotor de verdade” aparece na descrição de um profissional que deve ocupar todas as deficiências e lacunas do serviço público, desde questões trabalhistas, previdenciárias e até mesmo suprir o papel de uma defensoria pública inexistente. Até hoje o estado de Goiás não tem uma defensoria pública, e os municípios contratam diretamente os defensores para suprir, ainda que precariamente, as necessidades locais.

Na descrição das diferentes cidades da Área Metropolitana, Águas Lindas aparece como passagem de muitos promotores de justiça. Não porque faria parte do “desejo organizacional”. Ao contrário, a razão seria a falta de interesse pela lotação, sobrecarregada e com condições de trabalho inadequadas. Anos atrás, a precariedade predominava em diversas cidades, havia demanda reprimida e praticamente atuava-se em processos com réus presos. Os magistrados acumulavam comarcas e apareciam normalmente para audiências em casos urgentes (réus presos). Na fala dos promotores, a escassez de juízes ainda é um problema importante. Algumas comarcas não têm juízes titulares, o que implica sobrecarga de trabalho, com efeitos na prestação jurisdicional. O tribunal do júri não atrai tantos magistrados, pelo desgaste do plenário

e peculiaridade do procedimento. Na avaliação de alguns dos promotores de justiça, a cobrança do CNJ também implica em pressão sobre os magistrados para a realização de plenários de processos antigos, represados. Da mesma forma, o a atuação no Tribunal do Júri suporia determinadas habilidades para comunicação com o público e uma pressão constante, o que torna a promotoria pouco atrativa para muitos promotores. O perfil exigido para o procedimento é para poucos. O trabalho é desgastante, tanto física quanto emocionalmente. Os embates não são raros com os advogados.

Nas falas dos promotores aparecem as dificuldades para o desempenho das atribuições. O controle externo, especialmente nas cidades em que a promotoria criminal acumula o júri (regra, à exceção de Luziânia), é precário pelo enorme volume de trabalho. O controle externo eventualmente aconteceria apenas nos casos que despertam mais a atenção. As delegacias muitas vezes permanecem durante meses com o inquérito policial, sem qualquer diligência ou solicitação de retorno para a continuidade das investigações.

A imagem generalizada é a de que a investigação praticamente não existe. A regra é a de que, se não há a prisão em flagrante ou a autoria não é desvendada logo após o crime, o inquérito não chega a lugar nenhum. A prova pericial é precária. Os peritos são insuficientes e acumulam o trabalho em uma área extensa com enorme demanda. Alguns exames devem ser realizados em Goiânia, com enormes atrasos. Mas a deficiência e escassez da prova técnica não é o único entrave. Muitos inquéritos são instruídos, inclusive flagrantes, apenas com os policiais militares que realizam a prisão do autor. Não são raros os inquéritos sem testemunhas presenciais, o que acaba enfraquecendo a prova na fase de instrução e dificultando a sustentação em plenário. O medo também seria uma das razões para a ausência das testemunhas. Não são raras aquelas que retratam em juízo, movidas muitas vezes pelo receio e falta de confiança na proteção do Estado.

As hipóteses relacionadas às dificuldades para o esclarecimento são variadas e coincidem entre os promotores. Normalmente os casos de homicídios envolvendo gangues, acertos de contas, são os de investigação mais complicada. Dificilmente chega-se à autoria. Não exatamente porque seriam de esclarecimento impossível, mas

normalmente envolvem acertos, vinganças, retaliações, situações envoltas em clima de medo e de receio. Em regra, não aparecem as testemunhas, ainda que existam pistas sobre a autoria e desconfianças em razão de conflitos passados. Os antecedentes da vítima também são relevantes. A polícia acaba conferindo menor interesse no esclarecimento quando a vítima se mostra envolvida no mundo do crime.

A deficiência probatória gera reações diversas entre os promotores de justiça. Um dos entrevistados relata que, nos casos em que o suspeito ostenta folha penal extensa, mesmo quando a prova é frágil ele prefere oferecer a denúncia. Quando o acusado não é localizado, ocorre a citação por edital e a prisão preventiva é decretada. A forma de atuação não é compartilhada. O enorme volume de trabalho implica, na prática, em mais processos e dificuldades adicionais para o gerenciamento dos casos.

As críticas à deficiência da prova técnica são unânimes. Ao menos um dos promotores relata que não apenas há dificuldade para obtenção da prova, ela demora muito e nem sempre atende às necessidades de cada caso. Alguns exames, como o residuográfico, são descritos como ultrapassados e serviriam apenas para dificultar a acusação. Ao invés de esclarecer, apenas instauram a dúvida. A dificuldade para conseguir testemunhas faz com que muitas vezes o policial se torne na única prova apresentada em juízo.

A qualidade da defesa técnica, especialmente advogados dativos, nem sempre comprometidos como a função assumida, também é objeto de inúmeras críticas. Não é raro o sentimento de que o acusado está indefeso. Os índices de condenação são elevados, os relatos sugerem 90% de condenação. Na prática, nos casos em que o MP não solicita a absolvição na fase inicial do processo, o juiz tende a pronunciar e deixar que o júri decida. A forma de atuação do juiz é descrita como menos trabalhosa. A absolvição sumária supõe uma análise muito mais detalhada e complexa que a pronúncia, relatam alguns dos entrevistados.

Há orientação de que todos os casos que envolvam mortes violentas devem originar um inquérito policial. Um dos promotores relata experiência de que havia sido procurado por familiares das vítimas e que constatou, apesar da orientação, que havia apenas o boletim de ocorrência. Outro promotor, com 14 anos de experiência,

relata que já identificou falhas graves na estatística, em que o número de mortes não corresponderia ao levantamento de entrada no IML. Além disso, não raramente, a vítima é transferida para um hospital de Brasília e a morte consuma-se no Distrito Federal. A burocracia para a comunicação à delegacia responsável faz com que haja atrasos importantes, dificultando a investigação do fato.

Nos relatos sobre a interação com os delegados de polícia, um dos promotores sugere dificuldades: “há delegados que não querem trabalhar”. Na prática, depende-se muito da boa vontade dos profissionais. “Há agentes policiais comprometidos”. O compromisso pessoal seria fundamental para a interação. Apesar de exceções, profissionais com boa vontade, a formação de delegados e agentes é objeto de críticas. Nas críticas generalizadas, o relato do promotor de justiça com experiência anterior em outras cidades da Área Metropolitana, na época lotado em Luziânia, destaca a experiência de uma unidade especializada em homicídios dentro da delegacia. A especialização melhora a qualidade do trabalho, e o empenho da equipe, embora insuficiente e muito aquém das necessidades, sugere que é possível mudar a precariedade da investigação.

A interação entre delegados de polícia e agentes também é objeto de críticas. Nas imagens das rotinas policiais, os promotores relatam que o agente, quem de fato faria a investigação, é desprestigiado, e o delegado assume os louros pelo trabalho. Os agentes, na visão de um dos promotores, se sentem desprestigiados. Os relatórios do delegado, em regra, são irrelevantes. Eventualmente ajudam, em casos mais complexos, mas nos casos mais simples a regra é ignorá-los. Na prática, a má interação entre delegado e agente gera práticas diferenciadas de atuação. Um dos relatos sugere que, em uma oportunidade o agente procurou diretamente o promotor para que fossem requisitadas diligências, diante da inércia ou recusa do delegado em dar andamento ao inquérito policial.

Os delegados, oriundos de outras localidades e vivenciando alta rotatividade, assim como promotores e juízes, deparam-se com agentes lotados há muitos anos nas delegacias, o que muitas vezes resulta em desconfianças mútuas. Eventos envolvendo abuso

policial também não são investigados. Os grupos de extermínio não são comuns, mas de fato existem, e seus crimes são de difícil elucidação. Quando elucidado o fato, é de difícil condenação, prevalecendo o senso comum da região: “Matou bandido. O policial matou bandido porque a justiça não está fazendo nada” (Promotor de Justiça 4). “Quando a vítima tem antecedentes criminais, a imagem recorrente seria de que “fez um favor à sociedade. O estereótipo é esse e a gente nota que o que está por trás da decisão do jurado é essa imagem do policial justiceiro, matou bandido” (Promotor de Justiça 5).

O medo generalizado faz com que o disque-denúncia se torne um importante instrumento de contato da população com a polícia, o que já teria gerado várias ações importantes, inclusive prisões em flagrante. Em geral, porém, dificilmente se consegue testemunhas. Esse único elemento indicado pela polícia nem sempre é suficiente para o convencimento, e não raramente os juízes denegam medidas cautelares fundamentadas apenas no disque-denúncia. Nas imagens sobre as dificuldades para a realização das investigações, os promotores concordam que o sucesso também depende muitas vezes do envolvimento da família da vítima e pressão direta sobre a polícia. Diante da infinidade de outros casos, muitas vezes semelhantes, a pressão seria um fator importante para que determinados casos avancem. O Programa de Proteção à Testemunha também é de difícil implementação pelas dificuldades impostas às testemunhas. Geralmente as vítimas decidem participar, muitas vezes pela absoluta falta de opção. Ou porque desejam a responsabilização do autor.

Nos relatos sobre a discricionariedade na atuação diária, a polícia seria parte discricionária por excelência. Quando o fato é levado à delegacia, muitas vezes a resposta “isso não é crime” significa o encerramento do caso, sem qualquer registro. A falta de acesso dos promotores à base eletrônica de registro de ocorrências e inquéritos dificulta o controle do MP. Critica-se até mesmo a base de dados do INI, pouco confiável.

A estrutura e a divisão do trabalho também são importantes para se compreender a qualidade da prova inquisitorial. Os flagrantes lavrados por plantonistas muitas vezes são deficientes e concluídos de forma descuidada, pois o delegado fica responsável pelo relatório.

Os mutirões para realização de júris são criticados. Normalmente são realizados em salas pequenas, onde os réus ficam próximos dos jurados, sem as formalidades e garantias necessárias, e por promotores de justiça e magistrados sobrecarregados. Isso transmite uma imagem negativa para vítimas ou familiares. A política, avaliam, pode ter razão sistêmica, meramente atuarial, que atende à determinação do CNJ, mas não é positiva para a justiça. A experiência com as forças tarefas para conclusão das investigações também merece críticas. Elas concentram-se em fatos antigos, anteriores a 2007. Na visão de um dos promotores que acompanhou as equipes enviadas, muitas vezes há um enorme esforço e grande produção de documentos para o arquivamento dos casos, sacrificando casos mais recentes que ainda poderiam ser elucidados, e que demandam esforço e qualidade técnica da investigação.

A percepção sobre as motivações dos homicídios também varia entre os promotores. Diferentemente da realidade dos delegados, grande parte dos júris envolvem brigas em bar, violência doméstica ou homicídio entre pessoas conhecidas. Os casos envolvendo drogas são escassos, não porque não existem, mas porque poucos são os casos com autoria esclarecida, ou seja, que chegam ao Judiciário.

Homicídios, tribunal do júri e os magistrados

A magistratura do estado de Goiás, ao contrário do que aconteceu com o Ministério Público, que se especializou em diversas áreas de atuação, ainda enfrenta dificuldades com a escassez de magistrados e servidores para as inúmeras competências criadas nos últimos anos. Na Área Metropolitana de Brasília, os magistrados desempenham funções diversas na área criminal, não apenas nos crimes dolosos contra a vida. Ao longo dos anos, em razão da expansão urbana e crescimento populacional, foram criadas novas comarcas. Apesar disso, o volume crescente faz com que a estrutura das varas não seja plenamente adequada para a prestação jurisdicional. Entre os magistrados criminais das cidades consultadas, as mulheres são titulares de cinco das sete varas criminais. Em Luziânia, constatamos que a vara

que acumula competência para os crimes dolosos contra a vida e execução penal encontra-se vaga há mais de um ano. Os relatos iniciais apontam o déficit de mais de 100 magistrados e a existência de 154 unidades à espera de lotação.

Do grupo focal realizado com magistrados, participaram duas magistradas e um magistrado. A proximidade de Brasília foi um atrativo importante para a escolha de uma das cidades da Área Metropolitana. Uma das magistradas relata a dificuldade em se deslocar semanalmente para atender outra comarca, em razão da falta de magistrados.

Na descrição e avaliação da atuação em processos criminais por homicídios de uma das magistradas, com 21 anos de experiência na magistratura, houve uma mudança importante. Com a falta de juízes, os processos se acumulam, à espera de julgamento. O TJGO busca suprir a deficiência com a realização de mutirões, convocando juízes de outras comarcas. Mas resumem-se, em regras, aos réus presos, prioridade para atuação jurisdicional. Há alguns anos, relata a magistrada, predominavam os casos envolvendo brigas em bar, vingança. Atualmente seria diferente:

[...] chegam ali, e se tem três, quatro no grupo, os quatro morrem. Então não dá nem pra saber quem era o alvo. [...] ninguém quer testemunhar, não tem testemunha, porque na realidade se a pessoa testemunhar ela também vai morrer, então não tem testemunha. Então os inquéritos policiais estão acumulando dos homicídios, sem autoria. (Juíza 1).

Entre os magistrados aparecem as críticas à investigação. As delegacias são precárias, e se limitam aos flagrantes. Raramente haveria um caso com linha de investigação para encontrar autoria. Grande parte dos flagrantes envolveriam roubo, tráfico de drogas e violência doméstica. Os flagrantes por homicídio seriam escassos. Acumulam-se os inquéritos, muitos e intermináveis. Entre os relatos, critica-se que alguns inquéritos retornam à delegacia para novas diligências e permanecem anos, sem retornar. Descreve a magistrada: “Eu solicitei que ligassem para a delegacia e consultassem o inquérito. O agente que atendeu disse que não sabia onde estava

o inquérito, ou seja, o inquérito não teve andamento. Esses inquéritos que não têm andamento são os inquéritos que não tem autoria” (Juíza 2).

Com o estabelecimento de metas pelo CNJ, nota-se mais empenho para a finalização, há força-tarefa, mas raramente chega-se à autoria. Nos últimos anos houve uma piora, avaliam. As condições materiais são péssimas, na avaliação dos magistrados falta material básico, impressoras, os carros sempre estão estragados. Um dos magistrados avalia o que é a Polícia Civil: “A Polícia em Goiás não existe mais, ela faz o flagrante e entrega ao Judiciário, somente isso” (Juiz 3).

As críticas não se restringem à Polícia Civil. As perícias seriam precárias. A estrutura é inadequada para o atendimento de uma área extensa. Falta estrutura material e humana para a realização de exames básicos. E isso não se restringe às perícias centralizadas em Luziânia. Formosa também tem IML e estrutura básica para perícia técnica, mas atende até 30 municípios, toda a região nordeste de Goiás, com apenas um perito responsável, o que é avaliado como praticamente inviável.

Os laudos que instruem os processos são básicos, normalmente informam o óbvio. Não raramente, ao final da instrução, na fase de pronúncia, os laudos ainda não foram enviados. Alguns júris são realizados sem os laudos, sequer o exame de corpo de delito em casos de tentativa homicídio, nem outros exames básicos. Assim: “Desses 100 júris que eu fiz, se eu não me engano, um ou dois tinha laudo de local de crime, um ou dois, laudo de confronto balístico nenhum. É comum se fazer júri também sem sequer laudo cadavérico [...]” (Juiz 3).

A Polícia Militar é avaliada como muito melhor que a Civil, os policiais são mais dedicados. Um dos magistrados relata que anos atrás notava muitos casos de abuso por parte da PM. A magistrada com mais experiência relata também a mudança. Os abusos já não seriam tão frequentes: “Eu peguei também essa parte que a Polícia Militar batia...” (Juíza 1).

Ao menos um dos magistrados relata a existência de muitos flagrantes, inclusive por homicídio. Em grande parte, fruto da atuação da Polícia Militar. Nos relatos sobre os motivos para os homicídios predomina a imagem da “banalidade da violência”.

A gente sempre brinca que está relacionado a cachaça e mulher. Em regra, tem álcool e droga. [...] muita banalidade. [...] nós, pessoas de classe média, a gente tem valores relacionados ao nosso dia a dia, ao nosso convívio na nossa sociedade e que a gente tem que entender que não são os mesmos dessas pessoas [...] (Juiz 3).

Nas falas dos outros magistrados, a ausência do Estado é recorrente. A população cresceu muito, não há estrutura urbana, escolas, serviço público básico. As crianças crescem nas ruas.

Os juízes criticam a atuação do Ministério Público. Ressentem-se de que, apesar da melhor estrutura das promotorias, com mais condições materiais e humanas, muitas vezes não se nota uma atuação proativa. Não se deveria admitir o descaso do estado de Goiás com a segurança pública e especialmente com o sucateamento da Polícia Civil. A gravidade do caso demanda uma ação institucional, avalia um dos magistrados: “Mas o MP tinha que atuar... a cúpula do MP acionando o MP para que ele estruturasse a Polícia, só que a gente sabe que não funciona assim [...]” (Juiz 3).

Questões políticas também estariam envolvidas: “[...] o procurador anterior é irmão do Demóstenes, que era colado ao Marconi [...]” (Juiz 3).

A dificuldade para apuração dos homicídios, na avaliação dos magistrados, decorre também da peculiaridade dos casos, muitos envolvendo drogas e brigas entre gangues. A polícia muitas vezes sabe ou desconfia de quem seja o autor, mas não existem testemunhas. As pessoas não se sentem seguras, o medo é generalizado. O programa de proteção às testemunhas é de difícil implementação. Poucas pessoas aceitam integrá-lo, pelas dificuldades que ele implica.

A banalidade da violência é associada aos elevados índices de condenação. Na visão retratada pelo magistrado: “A gente sente que a sociedade também está cheia... às vezes em algumas situações que até você chega a ficar com uma pontinha de dúvida, você leva ao júri e a pessoa é condenada” (Juiz 3).

Uma das magistradas, lotada em cidade com elevado nível de criminalidade, relata recentes absolvições, no que avalia como decorrentes do medo dos jurados.

A impunidade seria outro fator recorrente, avaliam os magistrados. A reincidência na prática de homicídios passou a ser tornar mais comum, o que contrasta com o passado recente, em que o homicídio era, em regra, um fato isolado na vida da pessoa.

As condições para execução da pena também são criticadas pelos magistrados. O descaso do Estado fez com que fosse interditado o estabelecimento prisional de Planaltina. As fugas eram constantes, e não raramente, réus condenados por crimes graves fugiam e se envolviam em novos crimes. A falta de estrutura para a progressão de regime de penas também é citada. E na ausência de estrutura adequada, os doentes mentais acabam em presídio, sem o tratamento idealizado para as medidas de segurança.

Apesar das péssimas condições prisionais, os magistrados justificam a necessidade de penas severas, a impunidade é vista como incentivo ao crime. Nos relatos, emerge a visão de que a ideia é “excluir o cidadão da sociedade”. Um dos magistrados justifica a aplicação de penas duras, ainda que elas sejam reduzidas em grau recursal. Os relatos sugerem os seguintes argumentos: “Também, porque a pena não tem só esse caráter ressocializador, ela tem que ter um caráter de punir aquela conduta pra quem convive naquela sociedade [...]” (Juiz 3). “Mas se você tirar também as pessoas do convívio, pelo menos naquele período você sabe que ela não vai praticar crimes” (Juíza 2).

A ausência de políticas públicas para o psicopata também gera padrões de decisão diferenciados. Um dos magistrados justifica que em casos como esses, tem-se a convicção de que o criminoso voltará a matar, sendo necessária uma pena mais dura para afastá-lo do convívio social.



CAPÍTULO 5

Os jovens em seu bairro¹

Yacine Guellati

O estudo foi realizado no município de Águas Lindas de Goiás, localizado na Área Metropolitana de Brasília e que possui fortes vínculos com o Distrito Federal, embora esteja situado espacialmente no estado de Goiás. Justificou-se a escolha desse município, pois se trata de uma região ainda pouco pesquisada no âmbito das Ciências Sociais, sendo que nesse território concentram-se diversas problemáticas urbanas – presença estatal reduzida, altos índices de homicídios vitimando, sobretudo, jovens, homens e negros – que fazem o município aparecer como um verdadeiro “laboratório social”² na “periferia da periferia”.

Visando uma análise mais aprofundada da complexidade dos espaços urbanos e considerando a unidade espacial do bairro como objeto central deste estudo, optou-se, como objetivo geral, por demonstrar a importância do bairro na construção e na reprodução de trajetórias de vida e de sociabilidades. Foi eleito como foco da análise o bairro Cidade do Entorno, um dos mais antigos da cidade, localizado na parte interna oeste do município.

A desvalorização desse bairro é percebida nos discursos, que muitas vezes não revelam as múltiplas e complexas causas, mas somente as suas consequências. É certo que a violência é uma das principais problemáticas apontadas quando se fala do Cidade do Entorno, provocando insegurança e resistência por parte da população. Porém, o que vem ocorrendo no bairro não pode ser desvinculado de

¹ Este capítulo é uma versão ampliada do artigo Efeitos de bairro e sociabilidades juvenis no município de Águas Lindas de Goiás (no prelo), a ser publicado pela Revista CIS (Chile).

² Em referência ao termo empregado por Robert Park.

problemas estruturais como pobreza, desemprego, falta de saneamento básico, falta de espaços de lazer e qualidade, oferta e acesso à educação.

Frente a isso, o objetivo deste estudo consistiu em elaborar uma análise dos territórios “na margem”, a fim de ir além dos dados estatísticos recolhidos e questionar uma visão por vezes muito homogênea dessas localidades.

Como objetivos específicos, buscou-se analisar o papel do bairro e de sua vizinhança no processo de socialização dos jovens residentes na localidade, assim como observar as relações mantidas entre os jovens e esse território, procurando apreender quais as formas de sociabilidade de bairro e como os jovens do bairro estudado negociam com as condições sociais que lhes são particulares.

Em termos metodológicos, optou-se por uma abordagem de caráter qualitativo, não sendo rejeitados dados quantitativos produzidos anteriormente. Desse modo, foi realizada uma pesquisa de natureza etnográfica, por meio de um processo de imersão total no campo observado, por cinco meses, entre agosto e dezembro de 2013. Como estratégia de adaptação à região estudada, foi realizada a inserção do pesquisador no meio escolar do bairro pesquisado. Durante a pesquisa de campo, foram combinadas três técnicas de coleta de dados: a análise documental, a observação direta e a elaboração de entrevistas semiestruturadas.

Este capítulo está estruturado em cinco partes: após esta breve introdução ao objeto e ao marco teórico a partir do qual o trabalho foi desenvolvido, as partes 2 e 3 são uma descrição densa da localidade estudada, começando pela apresentação do município de Águas Lindas até a etnografia do bairro Cidade do Entorno. Tal descrição visa mostrar ao leitor a pertinência deste estudo, além de ambientá-lo à localidade que foi estudada. As partes 3 e 4 são baseadas nos principais resultados da pesquisa de campo, na qual vemos o bairro estudado, tanto como um espaço estigmatizado quanto como um espaço relacional, defendido e ocupado. Por último, seguem as considerações finais, apontando para as principais observações levantadas.

Por uma sociologia na escala do bairro

A cidade moderna se reconfigura e as relações que os indivíduos mantêm com o espaço e com o mundo social se modificam. Nesse contexto, indaga-se se as práticas comunitárias locais desapareceram ou se tornaram mais fortes. Esses questionamentos resultam em respostas divergentes no campo sociológico contemporâneo, segundo aponta Authier (2008), pois, enquanto alguns mantêm uma visão dos bairros como locais onde os vínculos sociais continuam estreitos e diretos, outros cientistas sociais analisam os bairros populares como locais de concentração da miséria urbana, geradores de efeitos identitários negativos por parte de suas populações. Isso tanto em estudos norte-americanos, quanto em estudos europeus.³

Recentes debates sobre o bairro como unidade territorial de análise procuram saber até que ponto o bairro tem influência nas práticas e sociabilidades de seus moradores ou em que ele contribui para estigmatizá-los. É crescente o debate nos EUA, Canadá e França em relação aos “*effets de quartiers*” ou “*neighborhood effects*” (BACQUÉ; FOL, 2006).

Neste estudo, optou-se pela definição do conceito empregado por Beaud (2003), para quem os “efeitos de bairro” podem ser observados por meio das representações, das práticas e das trajetórias dos indivíduos. Sob esse ponto de vista, os bairros têm um papel socializador, por meio do qual os indivíduos adquirem maneiras de ver, de ser e de agir, que estruturam sua visão do mundo, suas práticas sociais e suas trajetórias.

Além de observar a cidade como um todo, considerando a sua configuração espacial, suas práticas, situações e movimentos, focou-se na análise etnográfica na escala do bairro. O principal motivo dessa escolha residiu na persuasão de que ocorre um aumento da territorialização das práticas e das relações sociais. O “bairro” tem assim que ser compreendido além de sua definição genérica, como um “território povoado”,

³ A revisão teórica aqui empregada baseou-se nesse marco teórico em específico, pois é nesses países que se encontra uma literatura mais ampla e consolidada sobre os “efeitos de bairro”. Não foram, no entanto, desconsiderados trabalhos nacionais sobre o bairro.

e devem ser consideradas as suas fronteiras, físicas, sociais e simbólicas. O bairro não deve ser entendido somente como um espaço geográfico, mas como um território com um forte papel socializador (RAMADIER, 2006). Nessa acepção devem ser analisadas as relações mantidas entre os indivíduos – no caso, os jovens – e esse território e, sobretudo, a dualidade existente entre a mobilidade e a ligação com o bairro.

Em síntese, podemos falar em “efeito de bairro” quando o fato de morar em determinado bairro influi nas trajetórias de vida de seus moradores. Os “efeitos de bairro” podem ser tanto negativos como positivos, e eles podem e devem ser explicados por múltiplos fatores. O fator que aqui mais nos interessa diz respeito às localidades onde a presença estatal e o acesso aos serviços públicos são deficientes ou inexistentes, casos presentes principalmente nos países da América Latina, que fazem tais localidades aparecerem como “comunidades isoladas” (WACQUANT, 2005). Um último fator determinante para explicar a proporção do “efeito de bairro” diz respeito à imagem e ao imaginário construído pelos moradores sobre o seu bairro e sobre a reprodução que é feita de tal imaginário. Esses fatores, no entanto, podem ser observados concomitantemente, em uma mesma realidade (BACQUÉ; FOL, 2006).

Os “efeitos de bairro” podem ser observados seguindo uma concepção positiva, mostrando em que a dinâmica desses bairros populares é inclusiva, rompendo com o “mito do gueto” (GILBERT, 2011). O bairro estudado nesta pesquisa apareceu de forma concomitante tanto como um espaço estigmatizado quanto como um espaço territorializado e defendido, o que será apresentado adiante.

Águas Lindas ou a “periferia da periferia”

Foi no denominado “período contemporâneo”⁴ (PAVIANI, 2007), que ocorreu a expansão da área de influência do Distrito Federal e o surgimento da Área

⁴ Paviani (2007), na tentativa de demarcar os diferentes períodos da urbanização do DF e região, de forma sintética, vislumbrou a existência de três períodos históricos: o “período pioneiro”, de 1956 a 1973; o “período de consolidação de Brasília” que se estendeu de 1974 a 1990; e o “período contemporâneo”.

Metropolitana de Brasília – AMB. Tal período foi caracterizado pelo crescente “transbordamento populacional” para além das fronteiras do Distrito Federal e marcado pelo surgimento de novos municípios, no que podemos denominar de “periferia da periferia”.

Na década de 1990, embora a imigração em direção ao DF tenha diminuído em relação às décadas anteriores até estagnar, continuaram as demarcações desordenadas de loteamentos para domicílios de baixa renda na região. A ocupação extensiva do território provocou a criação de novas Regiões Administrativa – RAs.

Nesse mesmo período as disparidades entre os municípios do Entorno e o DF só cresceram. Como principais problemas estavam o imenso e contínuo fluxo migratório para a região, o uso descontrolado do solo, que foi provocando problemas ao meio ambiente (WADA, 2003), e o quase nulo – e somente recente – interesse dos governantes estaduais (diz-se isso tanto do governo do Goiás quanto do governo do DF)⁵ pela região (QUEIROZ, 2007; NÓBREGA, 2009; SILVA, 2006).

Foi nesse período que o crescimento populacional dos municípios da Área Metropolitana de Brasília (AMB) ocorreu, principalmente, a partir da implantação e expansão de Brasília, uma vez que grande parte da população não conseguia instalar-se na Capital, transbordando para seus limites geográficos, num claro processo de “transbordamento populacional”, que podemos de forma figurativa/caricatural, denominar de “periferia da periferia”. Ocorreram diversos desmembramentos e a então emancipação de novos municípios, contabilizou um total de 19 cidades, ao final da década de 2010.

Inserida na área urbano-regional (de influência) de Brasília, e na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico⁶ do DF (RIDE/DF), a AMB é constituída,

⁵ Cabe ressaltar, de forma breve, que existe um evidente perfil político conflitivo na região, a saber, se os problemas regionais são de responsabilidade dos governantes do DF ou do estado de Goiás (embora tal temática não tenha sido aprofundada no presente trabalho).

⁶ A RIDE/DF inclui o Distrito Federal e mais 22 municípios limítrofes (19 goianos e três mineiros): Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa, no estado de Goiás, e Unaí, Buritis e Cabeceira Grande, no estado de Minas Gerais.

segundo a Nota Técnica (NT) nº 1/2013 da Codeplan, por 12 municípios goianos limítrofes ou próximos do Distrito Federal, além do município de Brasília. Todos esses 12 municípios são integrantes da RIDE, mas nessa escala de análise são excluídos os municípios que não possuem relações de natureza metropolitana com o DF, ou seja, relações socioeconômicas relevantes, como fluxos migratórios e acesso ao mercado de trabalho e aos serviços públicos de saúde e de educação.

Cabe ressaltar que o eixo Brasília-Goiânia é tido como um dos principais polos de desenvolvimento econômico do Brasil (COSTA; SOUZA, 2012). Fator que contribui para intensificar os fluxos de imigrantes para a região, que hoje representa a terceira maior aglomeração populacional do Brasil, atrás apenas das Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, e abrigando em 2010, cerca de nove milhões de habitantes.

A localidade escolhida para esta pesquisa foi o município de Águas Lindas de Goiás, situado na AMB, a 50 km do centro de Brasília, 200 km da capital do estado – Goiânia – e cerca de 8 km da cidade mais próxima do Distrito Federal – Ceilândia. O município de Águas Lindas de Goiás é uma localidade pouco conhecida nacionalmente. Na última década, o município ganhou destaque na mídia nacional como “uma das cidades mais violentas do país”.⁷

Esse município tem uma história recente, sua emancipação ocorreu após abaixo-assinado conduzido por lideranças locais, culminando com o plebiscito do Parque da Barragem, realizado em 12 de outubro de 1995. A Barragem foi elevada à categoria de município com a denominação de Águas Lindas de Goiás, pela lei estadual nº 12.797, de 27/12/1997. O município tem uma área total de 188,38 km.⁸

⁷ Citamos como exemplo o *Mapa da violência*, publicado em 2012, que apontou a região do Entorno do DF como uma das mais violentas do Brasil e onde a criminalidade ainda está aumentando. A cidade mais violenta delas, em 2012, era Águas Lindas de Goiás, com uma taxa de 61,7 homicídios por 100 mil habitantes. E mais, uma reportagem do programa da Rede Globo, que foi ao ar no dia 29 de maio de 2011 no *Fantástico*, apontava que um alto índice de violência é encontrado em quatro cidades da periferia da capital do país (Águas Lindas de Goiás, Novo Gama, Luziânia e Valparaíso de Goiás), fazendo com que a área ganhasse destaque nacional como “terra sem lei”.

⁸ IBGE. Censo 2010.

Águas Lindas se originou de um loteamento de chácaras de lazer às margens da BR-070 e próximo à bacia do rio Descoberto, quando seu território ainda pertencia a Santo Antônio do Descoberto, que por sua vez foi desmembrado de Luziânia.

Essas chácaras que se encontravam na área rural foram compradas, à época, por famílias financeiramente favorecidas e por estrangeiros. Esses primeiros compradores das chácaras, localizadas no hoje município de Águas Lindas, em sua grande maioria não fixaram suas residências na região, e foi em parte por conta dessa não fixação “do homem a terra” que equipamentos básicos de infraestrutura urbana não foram instalados, pois não foram requisitados ou mesmo planejados pelo poder público, de forma similar ao ocorrido nos anos 1970 no município de Luziânia. Segundo testemunham os pioneiros da cidade, no início havia apenas fazendas e chácaras em meio ao cerrado e perto de inúmeros córregos.

Nos anos 1990, devido ao ainda contínuo fluxo migratório para a região do Distrito Federal e a especulação imobiliária no quadrilátero, com o objetivo de melhor comercializar essas terras, as chácaras foram parceladas em lotes de dimensões urbanas e vendidos a baixo custo às populações que fugiam do alto custo de vida da Capital Federal. Podemos concluir que o explosivo adensamento populacional em Águas Lindas é resultado de uma má gestão da imigração, assim como uma ineficiente política habitacional do Governo do Distrito Federal para seu Entorno.

Mapa 5.1 - Localização de Águas Lindas no estado de Goiás



Fonte: IBGE.

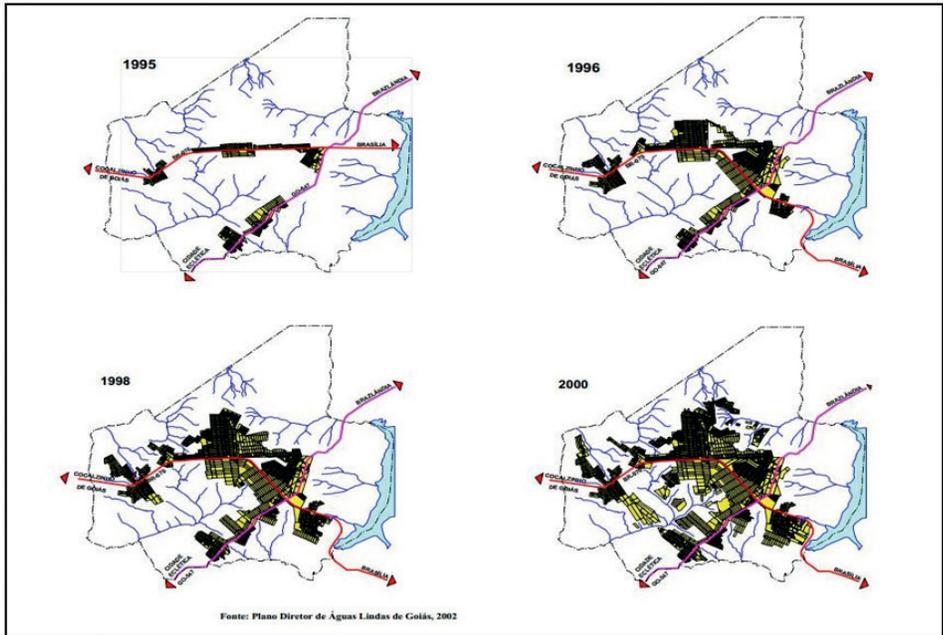
Águas Lindas é hoje o município mais populoso da Periferia Metropolitana da AMB, com uma estimativa de 197.200 habitantes em 2013 (CODEPLAN, 2013a, p. 30) o que representa 18,41% do total da população da AMB. A densidade demográfica do município também é elevada, são 846,03 habitantes/km².

É importante destacar a importância numérica de sua população jovem, ou seja, a que se situa na faixa etária de 15 a 24 anos de idade, representando 21% da população total do município, segundo dados de 2013.

O crescimento populacional da região se deu principalmente por sua proximidade de Brasília. A existência da rodovia BR-070, corredor de saída do Distrito Federal, propiciou o fluxo de muitas famílias vindas de Brasília e outras cidades próximas, que foram se aglutinando às suas margens, gerando a explosão demográfica atual, como mostra o mapa a seguir. Segundo dados da Secretaria de Ação Social de Águas Lindas, em 2009, o município contava supostamente com 241 bairros, e segundo a administração local, a criação de novos bairros continuou desde então.⁹

⁹ Tal dado pode, no entanto, ser questionado, pois a divisão em bairros se dá, por muitas vezes, não seguindo critério algum. É questionável um município relativamente pequeno com tantos “bairros” distintos.

Mapa 5.2 - Crescimento urbano e adensamento populacional em Águas Lindas (1995 – 2000)



Fonte: Plano Diretor de Águas Lindas de Goiás, 2002.

O forte crescimento populacional no município tem por origem dois fluxos migratórios distintos. Um primeiro contingente migratório é oriundo de outros estados brasileiros, sobretudo dos estados de Maranhão, Piauí e Bahia. Um segundo, não menos importante, se origina do próprio Distrito Federal. Assim, entre 2000 e 2007, 44,7 mil pessoas que moravam no DF se mudaram para a PM da AMB, e desse universo, 13.1 mil tiveram como destino Águas Lindas, ou seja, 29,3% do total (CODEPLAN, 2013c).

Outro ponto que merece destaque é a forma atípica como a população de Águas Lindas se constrói em relação às RAs periféricas do Distrito Federal. Como já vimos anteriormente, nas “cidades satélites” a migração se fez em um movimento “de fora para dentro”, ou seja, por pessoas vindas de outros estados brasileiros. A formação populacional de Águas Lindas se fez em um movimento migratório “de dentro para as margens”, e é composta pela segunda geração dos pioneiros de

Brasília, que, não conseguindo seguir o padrão de vida brasiliense, optaram por criar e fixar residência em municípios da AMB.

Águas Lindas de Goiás é, além de tudo, uma cidade com um grande potencial de atratividade. Assim, a migração entre Brasília e Águas Lindas, que inicialmente ocorria por falta de condições financeiras de morar no Distrito Federal, seguindo um processo de periferação urbana típico das grandes metrópoles brasileiras, atualmente ocorre com certa frequência por escolha, uma vez que o custo de vida no município é mais baixo do que em Brasília. Essa constatação é confirmada logo que se pergunta aos moradores qual o principal motivo que os fez migrar de Brasília para o entorno de sua área metropolitana.

Considera-se que 64,9% da população de Águas Lindas é nascida no DF, somando 125.845 pessoas (CODEPLAN, 2013a, p. 41). Este último dado deve, no entanto, ser relativizado, considerando que é alto o número de nascimentos de águas lindenses em hospitais do DF, local onde os recém-nascidos são registrados, embora morem em Águas Lindas.

Há também uma constante expansão territorial na área de Águas Lindas, ora por iniciativas governamentais, com a criação de loteamentos para moradores de baixa renda, por meio do programa de governo *Minha casa, minha vida*; ora pelas contínuas ocupações indevidas e irregulares de terrenos, muitas vezes situados nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs), o que pode causar problemas ao meio ambiente em longo prazo. Nos últimos cinco anos, houve uma grande proliferação de novos bairros no município, tanto ao longo da BR-070 como “para dentro” das terras já habitadas.

A cidade não possui indústrias, mas tem uma variedade de empresas comerciais de pequeno e médio porte. O setor de serviços e o comércio são fortemente desenvolvidos, como prova disso, podemos citar a inauguração em 2013 de um Shopping Center de médio porte às margens da BR-070.

Por ser um município essencialmente dependente do setor terciário, as taxas de desemprego na região são relativamente altas em comparação com os demais municípios

da AMB. Assim, se a taxa de desemprego foi de 8,5% em média na Periferia Metropolitana da AMB, ela chegou a 11,4% em Águas Lindas (CODEPLAN, 2013a, p. 54).

O PIB anual de Águas Lindas foi recentemente calculado em 374.375 milhões reais, ficando em 6º lugar no ranking da AMB, onde quatro municípios concentram 50% das riquezas produzidas no Entorno, são estes: Luziânia, Unai, Formosa e Cristalina. O PIB per capita de Águas Lindas de R\$ 2.327 é o mais baixo do Entorno, quando comparado à média do PIB/Entorno de R\$ 5.164. Em 2012, 9,29% da população de Águas Lindas de Goiás encontrava-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com menos de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo per capita (CODEPLAN, 2013a).

O IDH do município de Águas Lindas em 2010 foi de 0,686, o 7º colocado no ranking da AMB, mas o 12º e último colocado se considerado somente o IDHM de renda. Contudo, Águas Lindas teve uma evolução de 77,26% do seu IDHM entre 1991 e 2010. A evolução mais forte se deu em relação ao IDHM da educação, com uma melhoria de 360% entre 1991 e 2010. Para fins de comparação, o IDH do DF apresenta o melhor índice entre as 27 unidades federativas, sendo o único classificado com o IDH “muito alto” (0,824, em 2010).

A presença do governo do estado de Goiás na região é reduzida. Os serviços públicos são de qualidade precária no contexto da saúde, da educação e da segurança pública. O município possui uma grande carência de infraestrutura básica, como: asfalto, transporte público, sistemas de coleta de águas pluviais, coleta de lixo, água tratada e rede de esgoto. Apenas 18,9% das residências do município dispunham de tratamento de esgoto adequado em 2010.

Existem até hoje irregularidades na ocupação de terras em Águas Lindas devido, principalmente, à venda de lotes e construção em áreas destinadas a proteção ambiental. A área de proteção permanente do município foi loteada sem se considerar a legislação ambiental, isso desde antes da emancipação do município, provocando um fervoroso conflito socioambiental na região.

A falta de planejamento regional e a ineficiente gestão urbana frente aos problemas do município provocam inúmeras consequências, como a violência urbana.

Segundo dados do *Mapa da violência*, publicado em 2012, Águas Lindas de Goiás está entre os 200 municípios mais violentos do país, na 79ª posição nacional, com uma média de 61,7 homicídios por 100 mil habitantes, e na primeira colocação dentro do estado (CODEPLAN, 2012).

Existe, porém, uma concentração dos homicídios em certas áreas, territórios ou conjuntos de bairros. Assim, em um estudo feito com base em dados de homicídios em 2010 (COSTA, 2013), viu-se que sete bairros responderam por mais de metade das mortes violentas: o Jardim Barragem (26,7%); Jardim Águas Lindas II (5,9%); Camping Club (5%); Cidade do Entorno (5%); Setor Coimbra (4%); Girassol (3%) e Jardim América (3%). Tal constatação confirmou-se em dados recolhidos em 2013,¹⁰ que apontam os homicídios ocorridos em Águas Lindas entre agosto de 2012 e setembro de 2013, e mostram que, mais uma vez, um terço dos homicídios ocorreu em dois bairros: o Jardim Barragem e o Cidade do Entorno.

Em conclusão, vemos que a cidade de Águas Lindas é o resultado da dinâmica populacional e da urbanização por expansão da periferia do Distrito Federal, com ausência de planejamento urbano preliminar, legislação urbanística e de gestão ambiental, promovida pela ação especuladora de agentes imobiliários. Esse conjunto de fatores em muito contribuiu para todos os problemas de cunho social, econômico, e ambiental que o município ainda vivencia nos dias atuais, além de ser uma localidade fortemente segregada em relação à sua vizinha, Brasília.

Por todas essas razões e constatações, o contexto social de Águas Lindas se oferece como um grande laboratório de pesquisa, ainda pouco explorado em estudos sociológicos. Este estudo pretende concentrar-se, principalmente na situação atual do bairro Cidade do Entorno.

¹⁰ Dados recolhidos na Secretaria de Ação Social do município de Águas Lindas, em janeiro de 2014, também disponibilizados pelo CIOPS do município.

Figura 5.1: Entrada do bairro Cidade do Entorno (2013)



No início dos anos 1990, a fazenda foi loteada e deu-se a distribuição e venda dos lotes de forma não ordenada e não delimitada e em um espaço não urbanizado anteriormente, que acabou tornando-se o atual bairro de Cidade do Entorno. Esse bairro não foi regularizado por inteiro, embora o processo de regularização dos lotes esteja em curso. A regularização, todavia, é protelada por diversos problemas, sobretudo socioambientais e políticos, incluindo um desacordo com relação à ocupação do território pelo Ministério do Meio Ambiente. Um segundo problema com relação à ocupação legal dos lotes desse bairro ocorre pelo fato de alguns loteamentos não terem sido adquiridos financeiramente à época, embora grande parcela de seus residentes more na região há mais de 15 anos.

Segundo o Plano Diretor de Águas Lindas de 2002, existe certa regularidade no traçado do espaço, embora este não siga o padrão regular de bairros como: Jardim Brasília, Jardim Barragem e Jardim Pinheiro. Todavia, muitos dos equipamentos públicos projetados para existir no local, segundo este plano diretor, seguem ausentes até os dias atuais.

Observam-se similaridades com os bairros vizinhos, mas também fortes disparidades em relação, sobretudo ao Jardim Brasília. Essas diferenças se explicam *a priori* pela

distância do bairro em relação à via principal de acesso a BR-070, pois quanto mais os setores afastam-se do eixo central, mas distantes dos equipamentos e serviços públicos eles estão.

No bairro Cidade do Entorno, o sistema viário é pouco organizado. Enquanto as ruas principais do Jardim Brasília são todas pavimentadas e iluminadas, existem faixas de travessia, quebra-molas e sinalizações verticais e horizontais; no Cidade do Entorno, a pavimentação das ruas teve início em outubro de 2013, mas ainda não foi totalmente concluída (em agosto de 2014), a iluminação pública é quase inexistente e as calçadas, faixas de travessia ou quebra-molas não existem. As vias arteriais constituem os limites físicos desse bairro e as vias locais não apresentam padrão de desenho e tem baixo fluxo viário.

Figura 5.2 e 5.3: Rua comercial do setor Cidade do Entorno e do Jardim Brasília em perspectiva comparada (2013)



Os ônibus não circulam nas ruas internas do bairro, fazendo com que seja necessária, por vezes, uma considerável caminhada até o ponto de ônibus situado na entrada do Jardim Brasília. Antes da pavimentação recente, até mesmo os caminhões de coleta de lixo tinham dificuldade de adentrar no bairro. Em dias chuvosos, com ruas não pavimentadas, formavam-se grandes poças por todo o bairro, tornando ainda mais impraticável o acesso. A título de exemplo, no período em que lecionei no colégio local, em dias de chuva, dois terços dos alunos não vinham à escola, uma vez que a maioria ia a pé.

Quanto aos equipamentos de uso coletivo, são ainda raros. Existem três campos de futebol improvisados no setor – espaços vazios, de terra batida, onde se organizam cotidianamente partidas de pelada pelos moradores, sobretudo as crianças e os adolescentes do bairro. Não existem praças zoneadas ou equipadas para o uso dos moradores como pontos de lazer e encontro.

Demais equipamentos de uso coletivo são raros. Existe um posto de saúde, mas que atende somente em horário comercial e, segundo os moradores, carece de médicos para atender a grande demanda de pacientes. Durante a pesquisa, não foi raro encontrar o posto médico sem atendimento algum em plena luz do dia, ou, cedo pela manhã, avistar uma longa fila de espera em frente ao local. Além desses transtornos, cabe aqui salientar que o posto se encontra em espaço alugado. Não há hospitais ou clínicas particulares no bairro. No entanto, existem duas farmácias no setor.

Quanto aos equipamentos educacionais, existe um colégio estadual público de ensino médio, uma escola municipal de ensino básico e fundamental, uma creche municipal, um colégio particular de ensino médio e de orientação evangélica, e uma escola de ensino básico e fundamental particular. Não há bibliotecas, nem sala de espetáculos no setor.

Um posto policial começou a ser implantado no começo rua principal do setor Cidade do Entorno, beirando a principal rua comercial e a poucos metros da Feira do Entorno, palco de inúmeros delitos, principalmente aos finais de semana. Nessa feira encontra-se toda a sorte de comércios: verduras, frutas e legumes; animais para abate; vestuário; DVDs e CDs pirateados; equipamentos eletrônicos e de construção; medicamentos naturais e lanchonetes diversas.

Áreas de comércio são diversas e poucas são zoneadas. Distinguem-se, no entanto, três principais ruas comerciais, onde se encontram bares, oficinas mecânicas, lojas de revenda de móveis usados, salões de cabelereiros, mercados de médio e pequeno porte, algumas poucas lojas de construção ou elétricas, lojas de vestuário de pequeno porte, sorveterias, pecuárias e duas padarias. O comércio é realizado quase exclusivamente de dia, na semana e nos finais de semana. À noite, funcionam de forma discreta alguns bares e diversos centros religiosos, mas de forma geral o bairro fica relativamente vazio. Enquanto no Jardim Brasília vê-se certa vida noturna, com bares, pizzarias, mercados, cursos e farmácias, no bairro Cidade do Entorno, a partir das 18h, o comércio local fecha e a circulação, seja de pessoas ou de carros, torna-se muito rara.

O comércio diferencia-se muito do que é encontrado no Jardim Brasília, pois no bairro Cidade do Entorno não encontramos as grandes marcas (ex: Lojas Americanas, Casas Bahia) ou redes comerciais. Também não estão presentes agências bancárias, caixas eletrônicos, casas lotéricas, restaurantes, lanchonetes, e postos de abastecimento.

São diversos os locais de culto religioso no bairro. Esses locais também não são zoneados e encontram-se dispersos pelo setor, sobretudo em ruas residenciais. Foram repertoriadas cerca de dez igrejas evangélicas, duas igrejas católicas e um local de culto de Testemunha de Jeová.

Vemos que, dentro do próprio município de Águas Lindas de Goiás, existem bairros e territórios com características bem distintas e desiguais. Os bairros Jardim Brasília e Cidade do Entorno surgiram na mesma época, mas, geograficamente, o primeiro encontra-se nas margens da BR-070, o que aparentemente contribui para que os problemas sejam sanados e o desenvolvimento econômico e social seja mais rápido, deixando “à margem” outros bairros da localidade.

Um espaço estigmatizado

Observando-se o bairro Cidade do Entorno, sobressalta a imagem de uma localidade onde a existência de serviços e de equipamentos públicos é quase nula. Por inexistência de infraestrutura básica, o comércio é pouco desenvolvido e não existem áreas de lazer ou espaços de encontro determinados e estruturados, o que termina por prejudicar, diariamente, sobretudo a sua população mais jovem, confinada no espaço e com relativa dificuldade de mobilidade para as demais regiões do município.

Assim, se as características negativas relacionadas ao município de Águas Lindas já contribuem para criação de um estigma sobre a região e sua população, a situação específica desse bairro somente reforça tal construção simbólica negativa. A localidade aparece com frequência como um espaço estigmatizado, tanto no discurso do conjunto dos moradores do município, quanto nos discursos proferidos pelos moradores do próprio bairro.

Cabe, nesta seção, compreender como ocorre a construção desse imaginário negativo; de que forma e por quem ele é reproduzido; e como os moradores locais, sobretudo os jovens do bairro, incorporam e gerenciam o estigma atrelado ao espaço em que habitam.

Dinâmicas do bairro e estigmatização territorial

Para Wacquant (2005), o sentimento de estigmatização territorial tende a prejudicar as estruturas sociais e as estratégias locais. O autor mostra que em bairros onde se acumulam males sociais é necessário considerar a força e o impacto do estigma que pesa sobre os “novos condenados” da cidade, segundo termo empregado pelo sociólogo.

Embora o bairro Cidade do Entorno não se diferencie muito dos bairros vizinhos, criou-se, e é constantemente reproduzido, um imaginário coletivo negativo sobre a localidade. Essa estigmatização territorial coletiva se retroalimenta em uma dinâmica dupla: a desvalorização simbólica e a degradação física do bairro.

Para o conjunto de moradores de Águas Lindas, o bairro tem má reputação e é visto como um “reduto de problemas sociais e particularmente afetado por todos os tipos de criminalidade”, segundo relatos recorrentes. Ademais, os próprios residentes do bairro reforçam em seus discursos e falas o olhar negativo sobre a localidade.

A falta de uniformidade e de um traçado urbanístico mínimo é uma característica forte para quem adentra o bairro pela primeira vez. A numeração das quadras não segue uma lógica numérica, algumas quadras se repetem e o desenho das ruas não segue um padrão linear, o que dificulta a mobilidade daqueles que não conhecem o local. Não há também nenhuma área definidamente zoneada e, assim, destinada ao comércio ou ao uso residencial. Constroem-se casas e comércios sem ordenamento ou logística urbana.

A parcela do setor que se encontra mais próxima ao bairro Jardim Brasília – que representa espacialmente cerca de 1/3 do território – aparece, de forma evidente, como a mais servida por comércios, por equipamentos públicos e com ruas transitáveis, deixando os outros 2/3 isolados e dependentes.

Os espaços arborizados são inexistentes. Não existem, tampouco, praças, parques, quadras esportivas ou espaços de encontro. É frequente a formação de becos em lotes abandonados que passam a ser ocupados para diferentes usos. Uns servem de ponto de encontro e de socialização para as diversas “galeras” do bairro, outros se transformam em campos de futebol improvisados ou servem ainda de atalho para se transitar entre as quadras.

Formas diversas de depredação do espaço físico foram constatadas no conjunto do bairro como, por exemplo, a depredação dos meios-fios, atribuída, sobretudo, aos “meninos que andam de *skate*”. Quando questionados sobre os motivos de tais atos, estes respondiam: “Vai falar que isso é asfalto? Asfalto é o que fizeram lá na BR e no Jardim Brasília. Esse asfalto aqui... vem a primeira chuva e leva

tudo para baixo. Isso é asfalto é *tipo sorrisal!*”¹² (Kelly, moradora do Cidade do Entorno, 17 anos).

Não, isso é frescura do povo daqui. Quem quebra mais esses meios-fios é os bichos que passam de moto nas torras! Já viu skate quebrar meio-fio?! E também, vivem acusando a gente [os jovens] de ser um bando de vagabundo, de se meter com droga, mas skate é esporte, *eles deveriam* ficar feliz que a gente tá fazendo isso e não usando droga ou assaltando... e o *skate-park* que prometeram aqui pro Jardim Brasília? Cadê? (Roberto, morador do Cidade do Entorno, 16 anos).

O aspecto físico geral do bairro é de um local poluído, com acúmulos de entulho em diversos cantos, sobretudo escombros de construções, mas também amontoados de lixos domésticos, orgânicos e outros. A coleta de lixo no setor não é cotidiana ou regular, uma vez que muitas das ruas são intransitáveis.

Por iniciativa de alguns moradores, foram instaladas caçambas improvisadas – estruturas elevadas feitas em madeira e metal – para o despejo de tais resíduos. No entanto, esses espaços tendem a ser depredados e/ou mal utilizados, uma vez que os resíduos não são depositados dentro, mas ao redor das estruturas, transformando esses espaços em locais insalubres e nocivos, principalmente para os que moram ou transitam nas proximidades:

Aqueles depósitos, não adianta não, ninguém respeita nada, a ideia foi boa, mas os vizinhos jogam mais lixo ao redor que dentro da caçamba. E ninguém limpa aquilo, o caminhão de lixo quando passa diz que é entulho e que não vai recolher. Aí vai juntando mais e mais coisas. Já vi de tudo lá, sofá, TV, restos de comida, até um cachorro morto já vi! (João Pedro, morador do Cidade do Entorno, 15 anos).

Como visto, o bairro Cidade do Entorno aparece para muitos moradores e moradoras como um espaço desvalorizado, em que se estabelece a residência

¹² Asfalto “sorrisal” faz referência a um medicamento efervescente que dissolve fácil e rapidamente em contato com a água.

transitoriamente, na falta de opção melhor de moradia. Como sugere Bourdieu (2007, p. 166): “o bairro estigmatizado degrada simbolicamente os que nele moram, e que, em retorno, o degradam simbolicamente”.

Os moradores, quando indagados a falar sobre o bairro ou a cidade de Águas Lindas, criticam a sujeira das ruas e acusam a população local como responsável:

Os moradores aqui do entorno [o bairro] são diferentes... eles são assim, mais sujos, mais mal-educados sabe... antes eu morava no Jardim Brasília, era melhor... a gente se mudou pra cá por causa que meu padrasto mora aqui... mas eu voltava pra lá (Roberto, morador do Cidade do Entorno, 16 anos).

Embora alguns jovens pronunciem discursos negativos relacionados ao Cidade do Entorno, são principalmente os moradores mais velhos, muitos que moram no local há mais de dez anos, que relatam a “perda de valores”, o “caos na cidade” e a “bandagem crescente da juventude local”. Segundo eles, Águas Lindas, e mais ainda o bairro Cidade do Entorno, virou uma “terra sem lei” e, mais uma vez, os jovens são os principais “bodes expiatórios” dos problemas constatados.

No bairro Cidade do Entorno, ao cair da noite, impacta a escuridão do local, impressão que se reforça noite adentro pela falta de iluminação pública. A ausência de pavimentação das ruas amplifica essa sensação, pois a poeira levantada pelos veículos abruma mais ainda a paisagem noturna da localidade.

Após o pôr do sol, chama a atenção a brusca queda na circulação de pessoas – tanto em dias úteis, quanto aos finais de semana, principalmente na parte oeste do bairro, onde o transporte público não chega. Ocorre um aparente “toque de recolher natural” logo que a claridade se ausenta, movimento este que é legitimado pelos que moram no setor e aconselhado aos novatos no bairro. A partir das 20h, as ruas se desertificam até se tornarem espaços vazios, nos quais poucos moradores se “arriscam” a transitar. Entre os jovens entrevistados nesta pesquisa, poucos frequentam as ruas ao cair da noite, seja por proibição direta dos pais ou por receio do que possa acontecer.

À noite o bairro ganha um “segundo fôlego”. A maioria dos comércios – farmácias e mercados – fecham suas portas próximo às 18h e alguns botecos abrem as suas. Muda também a dinâmica dos becos com relação ao período diurno. Se para uma parcela da população local, ao cair da noite, os becos são tidos como “trincheiras”, locais onde “não se deve passar” por se correr riscos de sofrer alguma forma de violência, observa-se, nesse período, uma maior circulação de pequenos grupos de jovens nos becos e seus arredores, ouvindo música e fumando. Cabe salientar, no entanto, que existe uma evidente masculinização da frequência das ruas à noite no setor.

Vários centros de cultos religiosos também funcionam mais ativamente no período noturno e em dias fixos. Ao findar os cultos, observam-se grupos de famílias voltando para as suas residências em pequenos comboios.

Se a observação do esvaziamento e da “reconfiguração” espacial ocorre na maioria dos bairros de Águas Lindas – como se procurou observar de forma comparativa –, ela é mais evidente no bairro estudado.

A desvalorização simbólica do bairro, adicionada a uma reprodução constante da imagem negativa do local, passa por uma intensificação dos fenômenos relativos à violência na cidade.

É muito difícil ser um jovem decente aqui em Águas Lindas. São muito poucos que se salva dessa juventude monstruosa. A maioria dos jovens de Águas Lindas cometem crimes, se drogam, bebe bebidas alcoólicas sem nenhuma moderação, essa é a visão dos jovens dessa cidade (trecho de uma redação de uma aluna do 3º ano do CEPF).

A violência como pano de fundo

Além dos dados que atestam altos índices de homicídios no bairro Cidade do Entorno e nos territórios vizinhos, procurou-se entender como o fenômeno da violência é percebido e cultivado, mediante relatos dos jovens da localidade, com o objetivo de tentar diagnosticar que violência é essa e como ela aparece e termina por estigmatizar esse espaço.

Os dois principais “bodes expiatórios” dos problemas do bairro Cidade do Entorno são: os jovens, frequentemente acusados, por seus pares e pelo conjunto dos moradores do setor; e os usuários de drogas, uma vez que sempre que ocorre no setor um homicídio ou uma tentativa de homicídio, logo se declara: “deve ser acerto de contas, disputa de território, dívida entre marginal...” (relato de uma moradora do Cidade do Entorno).

Observa-se que ocorre, de forma geral, uma amplificação de tudo que lá acontece, sobretudo quando o boato, a “fofoca” ou a notícia está relacionada com acontecimentos violentos. A prática da fofoca envolve de forma recorrente, atos “errados”, semelhantes a “fulano bateu na esposa”, “ciclano saiu do presídio”, “beltrano levou pipoco e fugiu da região”. O campo semântico relacionado aos atos violentos aparece em todas as conversas, reforçando o temor e a sensação de insegurança já existente.

O que ocorre, no entanto, na maioria das vezes, é que as reais motivações de tais atos demoram ou nem chegam a ser elucidadas. Enquanto isso, os boatos correm pelo bairro e pela vizinhança, aumentando a sensação de insegurança, ou, nas palavras de Marina: “a matança de fim de ano recomeçou... tava demorando pra recomeçar, eu até estranhei”.

Os jornais locais são outro grande vetor de reprodução da violência e de amplificação da sensação de insegurança no setor. Repórteres da cidade destacam, com frequência, notícias policiais sobre o bairro Cidade do Entorno, e assim contribuem para estigmatizar mais o bairro.

Como pesquisador e residente *in loco*, tive por vezes a sensação de que o fenômeno “violência” passa por um processo de ritualização e de exacerbação nos relatos cotidianos dos moradores da localidade. Digo isso no sentido em que atos violentos estão sempre nas pautas das conversas do dia a dia, fala-se mais de “violências” do que se vê, e o campo semântico relacionado às formas de violência está no vocabulário de todos.

Em sala de aula, os alunos sempre citavam a violência como um dos principais problemas de Águas Lindas. No entanto, ao aprofundar mais a discussão, notava-se, paradoxalmente, que poucos tinham sido diretamente vitimados por qualquer tipo

de violência, assim como poucos declaravam fazer parte ou conviver com “os que cometem a violência”. Isso nos leva a pensar que a sensação de insegurança ambiente é, em grande parte, fruto de uma “supervalorização da violência”.

Durante as entrevistas com os jovens, perguntei o que eles achavam da violência em Águas Lindas e no bairro em que eles moravam e obtive as seguintes respostas: “É assim mesmo, é violência demais aqui. Muito acerto de conta, tráfico de droga, violência contra as crianças, bebedeira, briga de bar...” (Bernardo, morador do Jardim Brasília, 18 anos). “Pra mim é o maior problema daqui... tem muitas dessas domingueiras, e lá rola de tudo, muito assim, putaria sabe, e bebedeira, e depois briga e assassinato” (Ricardo, morador do Cidade do Entorno, 16 anos).

No entanto, quando perguntei se eles já tinham presenciado ou vivenciado algum ato violento: “Na verdade, não... é... parando pra pensar, faz oito anos que eu moro aqui e eu nunca passei por nada não, graças a Deus. Mas mesmo assim, é violento, eu é porque eu sou na minha, mas quem vacila leva chumbo aqui” (Bernardo, morador do Jardim Brasília, 18 anos). “Eu não, porque eu não mexo com coisa errada. Quem se dá mal é quem anda com más influências, quem fica andando com os vagabundos” (Ricardo, morador do Cidade do Entorno, 16 anos).

Enquanto em um primeiro momento foi relatada a imagem que lhes fora imposta – a que correlaciona a juventude local com os problemas relativos à violência –, no decorrer das conversas, sobretudo quando das entrevistas aprofundadas, percebeu-se que muitos se preocupavam em desconstruir esse estereótipo. “Ah, mas violência também existe em todo lugar, né? Não precisa vir pra cá pra ver isso não. Acham que aqui é como nas favelas lá do Rio, mas não é não...” (Giselle, moradora do Jardim Barragem IV, 17 anos).

Neutralizando o estigma

Interessa-nos saber aqui como o peso simbólico da estigmatização é gerenciado pelos jovens que residem no bairro Cidade do Entorno. Se o olhar do pesquisador

se virou para os jovens do setor é porque são eles que mais vivenciam o espaço e, por consequência, sofrem mais os efeitos da estigmatização territorial.

Como observa Wacquant (2005, p. 177), o estigma ligado ao local de residência tende a impor aos indivíduos um status de “anomalia social” e implica que eles sejam simbolicamente “desprovidos do controle de sua própria representação e de sua identidade coletiva” (Simmel, 1965 apud Wacquant, 2005).

Frente a essa realidade, criam-se diversos comportamentos distintos. Os que aqui serão analisados são os que testemunham uma vontade de “neutralizar” o estigma, de forma lúdica, irônica ou sarcástica (LEPOUTRE, 2001), como no exemplo a seguir:

[Terça, 5 de novembro de 2013] Em sala de aula, ao conversar com os alunos do 3º ano, estes começaram a relatar as diferenças entre “eles” e os “playboyzinhos de Brasília”. Perguntei se eles viam alguma diferença característica entre os jovens “daqui” e os “de lá” e várias respostas distintas surgiram, até que alguns evocaram a expressão “pé de toddy”. Intrigado, pois nunca tinha ouvido tal expressão, perguntei o que significava, e a resposta foi dada pelo aluno Davidson:

Professor, o negócio é o seguinte, aqui em Águas Lindas não tem asfalto, principalmente aqui no “Entorno” [bairro Cidade do Entorno], então imagina quando chove, vira uma lama sem fim. Todo dia depois da escola eu vou *pro* meu trabalho que fica lá em Águas Claras. Eu tenho que caminhar, no meio da lama até a parada de ônibus, pegar um baú e em uma hora de estrada eu chego lá. Mas assim, “pé de toddy” é porque sempre os tênis dos meninos de Brasília vão estar mais limpos que o meu, entendeu? Por isso, pé de toddy! Pé sujo! [“pé de merda”, exclamavam os outros alunos]. Você pode ter um tênis novinho, limpinho, branquinho, chegando em Brasília ele tá todo sujo, e todo mundo sabe que a gente é de Águas Lindas! Olha só teu tênis professor! Ninguém aqui tem o tênis limpo! (Davidson, morador do Cidade do Entorno, 19 anos).

Como analisou Goffman (2010) a respeito do comportamento do indivíduo estigmatizado, “para evitar esse isolamento [...] além de aceitar os estigmas impostos a ele, se vale de mecanismos para encobrir os ‘defeitos’ de sua identidade social” (p. 20).

Outra forma de neutralizar o estigma, utilizada pelos jovens, é a exacerbação das classificações, o que Goffman (2010) explicou como uma forma de procurar os atributos negativos no outro para se descarregar do que afeta a si mesmo. Essas classificações aparecem com o objetivo de designar o outro em oposição à representação que é feita deles mesmos, e por eles mesmos.

Surgiram, de forma recorrente, três categorias de classificação relativas ao jovem: o “jovem da paz”, o “mala/peba”, e o “playboyzinho”. Quando perguntado a eles quais eram os traços característicos de cada uma dessas categorias, as definições em muito se assemelhavam. O *playboyzinho* é “o jovem que mora em Brasília”, “que vai pra escola particular” e “faz faculdade como a UnB”; o *mala ou peba* é “o jovem de Águas Lindas”, “que faz coisa que não presta”, “o moleque que se droga” e “que queima o filme da cidade”; por último, o *jovem da paz*, é quase sempre representado por eles, é “o que estuda”, “que respeita os pais”, “que sabe ser humilde” e “que não se deixa influenciar por pessoas erradas”.

Eu fui em julho [de 2013] para as manifestações lá de Brasília, eu tava lá. Cheio de playboyzinhos [risos]. Tá lá pra manifestar e reclama não sei do quê ... eles têm mó vida boa, não precisa trabalhar, vai pra faculdade de rico... acho que foram pra matar aula [risos]... (Walter, morador do Cidade do Entorno, 22 anos).

Ainda temos vários jovens bons na cidade, tipo aqueles que não curte muito ir para festa de funk, como as domingueiras, que são um tipo de festa que atrai muita coisa errada... *esses peba* vão para caçar briga, usar drogas, bebedeiras, pega mulher... eles é que sujaram a imagem da cidade... e tem os jovens de boa, da paz...sou mais desses. (Roberto, morador do Cidade do Entorno, 16 anos).

Foi interessante reparar as percepções dos jovens de Águas Lindas acerca das demais cidades periféricas do Distrito Federal. Assim, por exemplo, existe um

preconceito forte com Ceilândia: “A maioria dos traficantes que tem aqui vem lá de Ceilândia, Samambaia... Estrutural, às vezes... eles vêm aqui fugidos da polícia, já que aqui é Goiás né. Aí depois eles vêm falar que é bandido daqui...” (Jéssika, moradora do Jardim Barragem IV, 16 anos).

Em suma, vemos que enquanto em um primeiro momento as características negativas relativas ao local de moradia são colocadas à frente, em um segundo momento, os jovens pesquisados se desvencilham dessa construção negativa da imagem local.

Mobilidade e proporção do efeito de bairro

Acredita-se que avaliar a mobilidade é uma chave importante para medir a proporção do efeito de bairro, pois essa questão tem um papel central no que diz respeito à socialização e aprendizagem dos jovens e adolescentes.

No que tange à mobilidade espacial, viu-se que de fato ela é relativamente limitada, sobretudo no que diz respeito à parcela mais nova dos residentes no Cidade do Entorno (abaixo dos 15 anos), pois são mais confinados ao bairro e, então, menos “livres para ir e vir”.

Esse confinamento que limita a capacidade de mobilidade se explica por dois motivos principais: o primeiro diz respeito à falta de opção de deslocamento para o exterior do bairro, pois, como já mencionado, o Cidade do Entorno é desservido por opções de transporte público; o segundo motivo é a falta de condições financeiras da família, o que limita não somente os deslocamentos em si, mas também o acesso a bens culturais não públicos.

Cinema eu só fui uma vez, e não foi aqui não, foi lá em Taguá [Taguatinga], mas faz mó tempão. Meus pais nunca têm muito tempo pra levar nós pra lá, eu até que eu queria ir sozinho, mas se eles me pega, eles me mata (Tayson, morador do Cidade do Entorno, 13 anos).

Essa restrição da mobilidade incita os adolescentes a se “fecharem no bairro”, outros espaços parecendo-lhes cada vez mais inacessíveis. O isolamento reforça a

tendência à adesão desses adolescentes às “galeras¹³ do bairro”. Em contrapartida, os mais velhos e principalmente os meninos gozam de uma liberdade maior para se deslocar por Águas Lindas e entre os bairros. “Quando meu pai libera o carro, eu vou [para o Shopping] mais meus irmãos, senão eu já fui de a pé mais o Paulo e outros amigos do curso de informática... nós foi lá, beirando a marginal...” (Bernardo, morador do Jardim Brasília, 18 anos).

Em síntese, calcula-se como “densa” a proporção do efeito de bairro que se exerce sobre os adolescentes do bairro Cidade do Entorno. Por sua vez, os jovens mais velhos utilizam-se de uma relativa mobilidade para driblar as condições de vida desfavoráveis e a adesão ao mundo do crime, criando redes sociais e afinidades que não se restringem somente ao espaço físico que habitam.

Por fim, podemos dizer que o efeito de bairro e seus desdobramentos atingem, sobretudo, os adolescentes do local, não querendo dizer com isso que todos eles estão fadados a adentrar e prosseguir seu percurso no mundo do crime. Como veremos a seguir, da mesma forma que o efeito de bairro pode levar a comportamentos “negativos”, ele cria também vínculos fortes em relação à localidade, que podem ser positivamente avaliados.

Territorialização e defesa do espaço

Segundo defende o antropólogo Agier (2011), ao se fazer uma etnografia urbana, devem ser observadas as práticas cotidianas e as relações de sociabilidade. A localidade não deve ser apreendida com uma totalidade, mas sim por meio de situações. Nesse sentido, o território não é um dado fixo e imóvel, mas o resultado de um processo de construção identitária, realizada por diversos atores e em diversas escalas. O território é, então, um espaço vívido e simbólico.

¹³ Por “galeras” entendem-se grupos que expressam suas identidades não somente por afinidades e formas de consumo, mas também pela ocupação de espaços físicos. Diferentemente das “tribos urbanas”, as “galeras” tendem a ser mais territorialistas, no entanto, não se deve assimilar aqui as “galeras” e as “gangues” (ANDRADE, 2007).

Com base nessa perspectiva, buscou-se “entrar” no bairro Cidade do Entorno observando três focos principais: os lugares, as situações e os movimentos (AGIER, 1999, p. 50-51). O objetivo, *in fine*, foi de compreender como os jovens “fazem o bairro” e de que maneira redefinem constantemente o território como dispositivo cultural.

Construção simbólica do espaço social

Ao focar na compreensão da percepção que os jovens do setor Cidade do Entorno têm sobre o seu bairro, sobre a cidade de Águas Lindas e sobre o Distrito Federal, percebemos como ocorre a construção do bairro como espaço simbólico notório.

Em um primeiro momento, procuramos entender de que forma o bairro Cidade do Entorno surge como um espaço social simbólico em função das percepções que se constroem sobre ele e das relações sociais que nele se criam.

Mesmo sendo Águas Lindas um município relativamente novo e onde o fluxo de idas e vindas da população ainda é grande, constatou-se que uma parcela importante dos jovens pesquisados vive na região desde o nascimento, ou pelo menos desde a infância. Para eles, o município é tido como um espaço de construção de sonhos, de possibilidades de melhoria de vida e de maiores perspectivas para, como muitos dizem, “serem alguém na vida”.

Ademais, seja por vínculos sociais primários – de ordem familiar –, ou por vínculos sociais secundários – como as amizades, a convivialidade, a prática da vizinhança e demais formas de criação de vínculo afetivo –, os jovens, tanto as crianças como os adolescentes, mantêm fortes laços com o bairro e não querem se desvincular.

Gosto de Águas Lindas pelo fato de que eu tenha crescido aqui e pelo fato dos meus amigos morarem aqui também, tem coisa que falta sim, como lazer e segurança, mas eu me relaciono com todos aqui, conheço todo mundo da minha rua e isso é legal, até os que mexe com coisa errada eles me respeita (Jéssika, moradora do Jardim Barragem IV, 16 anos).

Mais tarde eu me vejo morando aqui, ter minha família, meu trabalho... eu gosto daqui... eu nasci aqui e todo mundo que conheço é daqui. Falam de Brasília sempre, mas aqui a cidade tá crescendo e ficando cada vez melhor de ano em ano, só tá precisando melhorar mesmo a segurança né, e também abrir mais empresas para jovem aprendiz que querem crescer na vida. (Karolina, moradora do Jardim Barragem II, 17 anos).

Nessa perspectiva, a localidade é construída e vista por seus habitantes, sobretudo os que nela cresceram, como um local de enraizamento e um território a ser defendido e valorizado. “Tem muita gente que fica aqui na cidade porque tem esperança que Águas Lindas vai crescer né... e tá crescendo né... até que já tem um shopping, as lojas tão crescendo” (Bernardo, morador do Jardim Brasília, 18 anos).

Não gosto dessas pessoas que chega e só fala mal da cidade, critica sempre, mas também não faz nada para mudar. Eu vejo Águas Lindas como uma oportunidade. Para muitos aqui é longe de tudo, mas eu não acho. Aqui eu tô perto da cidade grande [Brasília], vou poder fazer um curso, estudar, ter um trabalho legal, coisa que eu não tinha onde eu morava antes. (Ricardo, morador do Bosque, 17 anos).

Há uma confluência de dois fluxos migratórios para a região: um importante fluxo de pessoas oriundas do DF, e um não menos importante fluxo de populações originárias de áreas rurais, sobretudo do Nordeste brasileiro, que vêm para a região em busca de condições melhores de vida.

Assim, enquanto para os que vêm de áreas urbanas, mais desenvolvidas, como as que existem no DF, vir para Águas Lindas tende a ser interpretado como um “retrocesso”; para as populações migrantes oriundas de áreas rurais, mais isoladas e pobres, Águas Lindas e sua relativa proximidade do DF significam uma oportunidade de melhores condições de vida e de crescimento em relação às oportunidades de estudo e trabalho:

Lá onde eu morava antes [Tocantins] não tinha como crescer, assim, só se você quiser trabalhar na roça e eu e meus irmãos a gente não queria isso né, e assim não dá muito lucro pra viver hoje em dia. E eu sempre quis fazer um curso... eu quero entrar no exército...

arranjar um bom emprego, e lá onde eu morava não tinha isso, era uma cidade pequena, pacata, não tinha oportunidades pra gente crescer. (Ricardo, morador do Bosque, 17 anos).

Eu adoro morar aqui, faz só um ano e meio que eu tô aqui..., antes eu morava no interior de Minas, lá sim era longe de tudo. Aqui parece que é longe, mas né não, primeiro porque a cidade tem quase tudo e segundo porque Brasília nem é tão longe... eu acho. (Ivonete, moradora do Cidade do Entorno, 18 anos).

O Cidade do Entorno e seus bairros vizinhos são vistos, por muitos de seus jovens habitantes, como espaços de pertencimento e de interconhecimento. Por interconhecimento entende-se as relações de solidariedade entre os vizinhos, que fortalecem justamente a construção de um sentimento de pertencimento em relação ao local em que se reside e as pessoas com quem se convive. Muitos jovens defendem, por exemplo, o caráter humilde e batalhador da população local:

O povo aqui é humilde, mesmo tendo dificuldades de emprego, poucas oportunidades de lazer, e uma educação de pouca qualidade... os jovens correm atrás das oportunidades, para não ficarem reféns dessa situação (Gisele, moradora do Jardim Barragem IV, 17 anos).

“Eu gosto daqui do jeito que é, apesar dos apesares. As pessoas são batalhadoras. Elas sabem dos problemas, mas mesmo assim tentam sempre melhorar a cidade, fazer ela crescer” (Jéssika, moradora do Jardim Barragem IV, 16 anos).

O bairro Cidade do Entorno pode ser visto como um espaço relacional de interconhecimento, pois os jovens sentem-se crescendo em um meio conhecido. “O bom no entorno [o bairro] é que eu conheço muita gente, aí eu me sinto protegida quando eu ando por aqui” (Kelly, moradora do Cidade do Entorno, 17 anos).

Em suma, vimos que o bairro Cidade do Entorno se constitui como espaço simbólico, carregado de significações, e onde se constroem sentimentos de pertencimento e de interconhecimento, os quais servem de proteção contra os estigmas atrelados ao local e impostos aos seus habitantes, sobretudo os jovens.

Para entender como esses jovens circulam, apropriam-se de bairro e como o espaço físico é investido e ocupado, tornou-se necessária uma aproximação maior às galeras juvenis.

Observa-se que apesar dos problemas presentes no bairro Cidade do Entorno e da ausência de equipamentos e espaços públicos destinados ao lazer, os becos, as ruas e as esquinas são investidos e transformados – pelo menos momentaneamente – para esses fins. Tais espaços constituem-se como *lócus* de trocas intensas, nos quais os jovens e as crianças do setor reúnem-se para brincar, conversar, compartilhar afinidades, namorar ou “ficar de boa”.

Alguns espaços, no entanto, são mais territorializados, demarcados e reivindicados por certas galeras, passando a adquirir fronteiras invisíveis, circunscrições imaginárias e sendo disputados entre grupos rivais. O território, por consequente, aparece como forte elemento de suas construções identitárias e sociabilidades diversas.

Um local específico aparece no setor Cidade do Entorno com uma aparente organização invisível e também como um espaço reinventado. Trata-se de um terreno desocupado e que se situa por entre ruas residenciais. Surgem, nesse espaço, ações territorializadas em função de identidades distintas. Assim, diversas “galeras” disputam o uso desse espaço, como por exemplo, os roqueiros e os funkeiros.

Cultura de rua e ethos adolescente

Nesta parte, cabe analisar como se constrói a cultura de rua adolescente, quais são os seus principais pilares e características. Ao se falar de *ethos* adolescente, considera-se a maneira de “ser” e de “se comportar” característica dessa faixa etária.¹⁴

Ao indagar os adolescentes sobre a imagem veiculada sobre a cidade, embora apareça ainda com frequência a ideia de cidade violenta, o Cidade do Entorno é, sobretudo, um lugar de moradia e de criação de lembranças e de amizades. “Oxe, eu brinco com

¹⁴ Considera-se aqui como adolescentes os jovens, em média, acima de 13 anos e até 16 anos.

meus vizinhos sim. A gente brinca de queimada, joga bola na rua, anda pela vizinhança e fica olhando as novinhas” [risos] (Tayson, morador do Cidade do Entorno, 13 anos).

Outra característica que sobressai da observação é a presença importante de crianças do sexo feminino ocupando as ruas, o que contrasta com a presença menos marcante de adolescentes de sexo feminino frequentando esses mesmos espaços. A “masculinização” da ocupação da rua ganha força a partir dos 13 ou 14 anos; as meninas, tornando-se adolescentes, deixam de frequentar a rua e de interagir publicamente e andar com os meninos.

Mostrou-se interessante também o processo de “ruptura”, por vezes forçado, que as jovens se impõem no período – impreciso – entre a adolescência e a vida adulta.

Minha mãe diz que quando eu era criança eu era o capeta. Eu aprontava muito, vivia brincando na rua com os meninos da vizinhança. A gente jogava bola, soltava pipa, bola de gude, tocava na casa do vizinho e corria... aí eu aproveitava, já que eu era menina e eu era assim bem pequena [...] eu fazia isso até os seis, sete anos, depois tive que crescer né, tinha meu irmão pequeno aí eu tinha que ajudar minha mãe a cuidar da casa. (Jéssika, moradora do Jardim Barragem IV, 16 anos).

Vimos anteriormente que, por conta de uma mobilidade espacial relativamente reduzida, os adolescentes tornam-se mais confinados ao bairro e, em consequência, são eles que tendem a desenvolver uma ligação maior com os espaços físicos e a formar os espaços simbólicos da localidade.

Em meio a uma densa proporção do efeito de bairro aliada a uma forte cultura territorialista, certas galeras formam-se mais em função da localidade do que em função de afinidades, origem social ou religião, como é o caso da “galera de pichadores”.

Pichações podem ser vistas em vários pontos dos bairros Jardim Brasília e Cidade do Entorno. São obras de duas galeras rivais de pichadores: a FGE, formada por jovens do Cidade do Entorno e a AS, formada por jovens do Jardim Brasília. Ao entrevistar um ex-integrante da FGE, este me relatou como os adolescentes são atraídos para entrar nessas denominadas “gangues”:

Assim, eu tinha uns 14 anos, tinha um cara que morava na minha rua, ele era pichador, conhecido na cidade [...] aí, um dia, depois da aula eu tava voltando pra casa, e tem um dos meninos da rua quem vem falar comigo e me diz que o Tubarão, que era o apelido do cara né, tava me procurando e queria falar comigo. Daí eu fui lá conversar com ele né, e ele veio com aquele papo de eu entrar pra gangue dele sabe, e disse que assim eu ia ficar conhecido na cidade e que as pessoas ia me respeitar. Na época, como eu nem tinha nada pra fazer mesmo eu me juntei com eles, só depois que eu fui parar pra pensar que na real eles fazem isso é pra que a gente compre os sprays para eles mandaram nossas assinaturas. Cada um tinha o seu nome, a sua assinatura né [...] eu fiquei até meio conhecido na cidade... [...] eu fiquei nessa gangue uns dois anos, eu saí porque começou a dar problema... porque assim, eu fazia isso meio que escondido sabe, meus dois irmãos mais novos não sabiam..., mas eles ficaram sabendo e se juntaram com a gente... (Wilson, morador do Cidade do Entorno, 18 anos).

A falta de opção de lazer tende a aproximar esses adolescentes do mundo das drogas, não sendo o principal fator responsável, mas reforçando o aliciamento praticado por demais habitantes da região: “No começo foi assim, mais pra brincar né, mas aí eu acabei por me desencaminhar... aí fiquei uns que uns dois anos mexendo com pichação, mexendo um pouco com droga também...” (Wilson, morador do Cidade do Entorno, 18 anos).

Entre afinidades e rivalidades

Além da galera de pichadores do Cidade do Entorno, destacaram-se outras galeras, cujas afinidades/rivalidades criaram-se em função de dois estilos musicais predominantes do bairro: os “roqueiros” e os “funkeiros”.

Ambas galeras se criticam mutuamente. Para a “galera do funk”, os roqueiros e as roqueiras são sinônimo de “sujeira” e assimilados ao “capeta”. Já a “galera do rock” critica na “galera do funk” as músicas “sem conteúdo” e de cunho “vulgar”, “a submissão da mulher” e a “apologia à bandidagem”.

Entre ataques e trocas de farpas, persiste a defesa de cada estilo musical. Os roqueiros defendem o rock como um estilo musical clássico, de origem estrangeira e “que conquistou o Brasil”, “auxiliando o país no desenvolvimento da democracia”. Para os funkeiros, o funk aparece como o “som da periferia”, a “voz dos excluídos”, um “rap para dançar e para paquerar”.

Quanto à ocupação do espaço físico do bairro Cidade do Entorno, ela é motivo de disputa entre essas duas galeras, no que diz respeito a um beco que se encontra perto do colégio estadual do bairro e que, dependendo do dia da semana, adquire fronteiras invisíveis e circunscrições imaginárias.

Entre as afinidades e rivalidades, formam-se também dois grandes grupos que ora se opõem, ora se apoiam: os católicos e os evangélicos. Deve-se destacar que, nesse caso, a rivalidade ultrapassa o universo dos jovens. Os embates entre evangélicos e católicos ocorrem entre os adultos de Águas Lindas, chegando até mesmo a provocar debates fervorosos entre os representantes de cada uma dessas comunidades religiosas. Tal debate fervoroso influencia os jovens e os adolescentes do município.

Com base nessas últimas observações, vemos que o bairro Cidade do Entorno surge como um espaço simbólico, com suas características e singularidades. A localidade não é mais estigmatizada, ou ao menos do estigma territorial não se faz a definição principal. O bairro é vivido, ocupado, nele criam-se histórias de vida, relacionamentos interpessoais em diferentes escalas, formam-se afinidades e também rivalidades. O Cidade do Entorno ganha vida e os efeitos de bairro são vistos em seu ponto de vista positivo.

Considerações finais

De forma geral, sobressaiu deste estudo a complexidade interna do bairro observado: o Cidade do Entorno. Por um lado, o bairro aparece como um espaço estigmatizado, o que se traduz em sua desvalorização simbólica e a degradação do espaço físico por sua população, em um círculo vicioso. Constatou-se também que

a estigmatização territorial atrelada ao bairro prejudica as estruturas sociais e as estratégias locais. Existe também uma supervalorização da violência – por meio da circulação de “fofocas” e reforçada por uma mídia local sensacionalista –, assim, a definição do bairro é sempre relacionada à violência, o que estigmatiza seus habitantes. Essas observações aparecem como sinais da forte proporção negativa dos efeitos de bairro, devido à mobilidade urbana limitada que afeta, sobretudo, a população mais jovem do local.

Por outro lado, viu-se que o bairro estudado aparece como um espaço territorializado e investido, no qual pôde ser constatada uma construção simbólica positiva e defensora do bairro e de sua população. O bairro constitui-se, para muitos, como um espaço de sonhos, de lutas e de solidariedade. Prevalece no território uma relação entre vizinhos de pertencimento e de interconhecimento. Observou-se que existem diversas formas de territorialização, sobretudo por parte das “galeras” jovens, que criam, no local, espaços investidos e redefinidos. Desse ponto de vista, o bairro aparece como um local de enraizamento e um território defendido e valorizado, onde prevalecem efeitos de bairro positivos.

Em suma, a despeito de uma realidade social marcada pela violência urbana e pela vulnerabilidade social; o bairro estudado aparece como um espaço com múltiplas formas de sociabilidade juvenil resultantes dos “efeitos de bairro”.

Por fim, esta pesquisa teve por ambição mostrar a pertinência de estudos que utilizam como escala de análise, não somente a cidade, mas territórios e bairros; e a necessidade de aumento de estudos de caráter qualitativo tendo por enfoque as “periferias das periferias”, ou seja, as regiões que se formam além das áreas periféricas das grandes metrópoles brasileiras atuais.

Referências

AGIER, Michel. *L'invention de la ville: Banlieues, townships, invasions et favelas*. Paris: Editions des archives contemporains, 1999.

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

ALDERDEN, M. A.; LAVERY, T. A. Predicting Homicides Clearance in Chicago: investigating disparities in predictors across different types of homicides. *Homicide Studies*, v. 11, n. 2, p. 115-132, 2007.

ANDRADE, C. C. D. *Entre gangues e galeras: juventude, violência e sociabilidade na periferia do Distrito Federal*. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília.

ANDRADE, L. T.; MARINHO M. A. C. Explorando as relações entre metrópole, juventude e homicídios. *E-metropolis: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 1, p. 13-21, 2011.

ANDRADE, Luciana; MARINHO, A. C. Organização social do território e violência letal na Região Metropolitana de Belo Horizonte: o balanço de uma década. In: ANDRADE, L; SOUZA, Dalva; FREIRE, Flávio Henrique (org.). *Homicídios nas regiões metropolitanas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

AUTHIER, Jean-Yves. Les citadins et leur quartier. *L'Année Sociologique*, v. 58, n. 1, p. 21-46, 2008.

BACQUÉ, M-H; FOL, S. Effets de quartier: enjeux scientifiques et politiques de l'importation d'une controverse. In: AUTHIER, Jean-Yves *et al.* *Le quartier*. Enjeux scientifiques, actions politiques et pratiques sociales. Paris: La découverte, 2006. p. 181-193.

BEAUD, Stéphane. *80% au bac. et après?* Les enfants de la démocratisation scolaire. Paris: La découverte, 2003.

BOURDIEU, P. Effets de lieux. In: BOURDIEU, P. (org.) *La misère du monde*. Paris: Points - Essais, 2007.

BLACK, D. *The behavior of Law*. New York Academic Press, 1976.

BLACK, D. *The manners and customs of the police*. New York Academic Press, 1980.

CAIADO, M. C. S. Deslocamentos intra-urbanos e estruturação socioespacial na metrópole brasiliense. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 4, p. 64-77, 2005.

CALDEIRA, Teresa. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 47, p. 155-176, 1997.

CHAVEIRO, E. F.; SILVA, G. E. R. Valparaíso de Goiás, a formação de um município de migrantes no contexto do Distrito Federal. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 32, n. 2, 2012.

CODEPLAN. *Brasília e sua região polarizada*. Brasília, 2003.

COSTA, A. T. M. Violências e conflitos intersubjetivos no Brasil contemporâneo. *Cadernos CRH*, v. 24, n. 62, p. 353-365, 2011.

DA MATA, C. C. *História*. Governo Municipal Santo Antônio do Descoberto/GO. Disponível em: http://santoantoniodescoberto.go.gov.br/2013/?page_id=87
Acesso em: set. 2013.

DAMIANI, A. L. *A cidade (des)ordenada: concepção e cotidiano do conjunto habitacional Itaquera I*. 1993. Programa de pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo.

- DINIZ, A. M. A.; ANDRADE, L. T. Criminalidade violenta e níveis de integração metropolitana na RMBH. *Pensar BH. Política Social*, v. 21, p. 23-27, 2008.
- FERREIRA, I. C. B.; VASCONCELOS, A. M. N.; PENNA, N. A. Violência urbana: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 16., out. 2008, Caxambu-MG.
- GARSON, Sol. *Regiões Metropolitanas: por que não cooperam?* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.
- GILBERT, P. “Ghetto”, “relegation”, “effets de quartier”. Critique d’une représentation des cités. *Métropolitiques*, fev. 2011.
- GOFFMAN, E. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
- GUIA, G. A.; CIDADE, L. C. F. Segregação residencial e reprodução das desigualdades socioespaciais no aglomerado urbano de Brasília. *Caderno Metropolitano*, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 145-168, 2010.
- HOLANDA, F. de. *O processo de transformação das cidades médias e pequenas do Centro-Oeste: o caso de Luziânia*. Universidade de Brasília/DEAUR, 1974. Mimeo.
- IBGE. *Aglomerados subnormais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- IBGE. *Informações básicas municipais – MUNIC*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- INNES, M. The process structures of police homicide investigations. *British Journal of Sociology*, n. 58, p. 669-688.
- JARVIS, J.; REGOECZI, W. C. Homicide Clearances: an analysis of arrest versus exceptional outcomes. *Homicide Studies*, v. 13, p. 174-188, 2009.
- LAVIERI, J. R.; LAVIERI, M. B. F.; DIAS, L. C. Luziânia, estudo do espaço urbano. *Caderno Estudantil*, Brasília, Universidade de Brasília (DEAUR), n. 2, 1974.
- LEPOUTRE, D. *Coeur de banlieue: codes, rites et langages*. Paris: Odile Jacob Poches, 2001.

MAGNANI, J. G. C.; SOUZA, B. M. D. (org.). *Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.

LITWIN, K. J.; XU, Y. The Dynamic Nature of Homicide Clearances. A multilevel model comparison of three times periods. *Homicide Studies*, v. 11, n. 2, p. 94-114, 2007.

MARINHO, A. C.; BASEGIO, L. J. Homicídios e relações municipais metropolitanas na Região Metropolitana de Porto Alegre. In: ANDRADE, L.; SOUZA, Dalva; FREIRE, Flávio Henrique (org.). *Homicídios nas regiões metropolitanas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

MARTINI, P. R. et al. *Sensoriamento remoto da trilha do Anhanguera: mapeando o percurso de um pioneiro no Brasil do Século XVIII*. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Disponível em: http://www.dgi.inpe.br/siteDgi/eusisser-4/Martini/Artigo_INPEPTV.pdf. Acesso em: set. 2013.

MEIRELES, J. D. Do arraial de Santa Luzia à Luziânia de hoje. In: MEIRELES, J. D. (org.) *História do Planalto*. Luziânia: Ed. Academia de Letras e Artes do Planalto, 1996. p. 23-139.

MONTEIRO, F. C. S. Águas Lindas do Goiás: reinterpretando sua história por meio de imagens. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA UFG, 2., 2011, Jataí – GO. *Anais [...]*.

MORENOFF, J. D.; SAMPSON, R. J.; RAUDENBUSH, Stephen W. Neighborhood inequality, collective efficacy, and the spatial dynamics of urban violence. *Criminology*, v. 39, n. 3, p. 517-558, 2001.

MORRIS, B. History of criminal investigation. In: NEWBURN, Tim (ed.). *Handbook of policing*. Cullompton: Willan Publishing, 2007.

NÓBREGA, M. D. S. *Representações sociais da moradia e da natureza dos moradores de loteamentos de baixa renda em Águas Lindas de Goiás – GO*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

- NUNES, B. F.; COSTA, A. T. M. Distrito Federal e Brasília: Dinâmica urbana, heterogeneidade social e violência. *Cadernos Metrópole*, v. 17, p. 35-57, 2007.
- PATERNOSTES, R. Prosecutorial discretion in requesting the death penalty: a case of victim-based racial discrimination. *Law & Society Review*, v. 18, p. 437-478, 1984.
- PATERSON, R. D.; HAGAN, J. Changing conceptions of race: toward an account of anomalous findings of sentencing research. *American Sociological Review*, v. 49, p. 56-70, 1984.
- PUCKETT, J. L.; LUNDMAN, R. J. Factors affecting homicide clearances: multivariate analysis of a more complete conceptual framework. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, v. 40, p. 171-193, 2003.
- RAMADIER, Thierry. Mobilité quotidienne et attachement au quartier: une question de position? In: AUTHIER, J.-Y.; BACQUÉ, M.-H.; GUÉRIN-PACE, F. *Le quartier: Enjeux scientifiques, actions politiques et pratiques sociales*. Paris: La découverte, 2006. cap. 10, p. 127-138.
- REGOECZI, W. C.; JARVIS, J.; RIEDEL, M. Clearing murders: is it about time? *Journal of Research in Crime and Delinquency*, v. 45, p. 142-162, 2008.
- REGOECZI, W. C.; KENNEDY, L. W.; SILVERMAN, R. A. Uncleared homicide: a Canada/United States comparison. *Homicide Studies*, v. 4, p. 135-161, 2000.
- RIEDEL, M.; JARVIS, J. The decline of arrest clearances for criminal homicides: causes, correlates and third parties. *Criminal Justice Policy Review*, v. 9, p. 279-306, 1998.
- SAMPAIO, C.; PAZ, F.; CORRÊA, G.; CASTRO, S. Arranjos institucionais de gestão metropolitana: O caso da Rde-DF. In: COSTA, M. A. *et al. 40 anos de Regiões Metropolitanas*. Brasília: IPEA, 2010.
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SANTOS, M. *Natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2008.

SEPLAN. *Perfil socioeconômico e demográfico dos moradores da RIDE*. CODEPLAN, 2003.

SHAW, C. R.; MCKAY, H. D. *Juvenile delinquency and urban areas – A study of rates of delinquency in Relation to differential characteristics of local communities in American cities*. Rev. Ed., 1972.

SOARES, L. E. Novas Políticas de Segurança Pública. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 47, 2003.

SPOSITO, M.; BELTRÃO, E. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. *Investigaciones Geograficas*, v. 54, p. 114-139, 2004.

UNODC. *Gestão e governança da segurança pública no Distrito Federal e Entorno*. UNODC, 2011.

VASCONCELOS, A. M. N.; COSTA, A. T. M. Demografia da violência no Distrito Federal: evolução e características. In: PAVIANI, Aldo (org.). *Violência no Distrito Federal*. Brasília: Editora UnB, 2005. p. 33-56.

WACQUANT, Loic. *Parias urbains: Ghetto, banlieues, État*. Paris: La découverte, 2005.

WAISELFISZ, J. J. *Mapa da violência dos municípios brasileiros*. Brasília: RITLA/ Instituto Sangari/Ministério da Saúde/Ministério da Justiça, 2012.

WELLFORD, C.; CRONIN, J. An analysis of variables affecting the clearance of homicides: a multistate study. *Justice Research and Statistic Association*, 1999.

Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif
e impresso no sistema *offset*, sobre papel *offset* 75g/m²,
com capa em papel cartão supremo 250 g/m².